C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

147

147

SALVADOR • AGOSTO DE 2006

SEI
Informação a serviço da sociedade

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI
CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL
Cesar Vaz de Carvalho Junior
Edmundo Sá B. Figueirôa

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA
Alynson dos Santos Rocha
Carla Janira Souza do Nascimento
Fabiana Karine Pacheco dos Santos
Joseanie Aquino Mendonça
Nícia Moreira da Silva Santos
Rosângela Ferreira Conceição

NORMALIZAÇÃO
Coordenação de Documentação e Biblioteca - COBI

REVISÃO
Vera Lúcia Brito

DESIGNER GRÁFICO
Humberto Farias

EDITORAÇÃO GRÁFICA
Karol Farias

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2005.

Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115-4823/4822 Fax: (71) 3116-1781
www.sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

Maturidade e mercado de trabalho: observações a partir da pesquisa mensal de emprego do IBGE
Joseanie Mendonça 4

Conjuntura Econômica Baiana 8

Artigos

Indústria nacional e local: carros chefe do crescimeto parco e limitado, mas sem desenvolvimento correspondente
Francisco Gimbitzki Marques 18

Âncora cambial: o fundamento da estratégia da equipe de Palocci
Nilson Araújo de Souza 26

Sistema de metas de inflação e níveis de preços no Brasil: uma abordagem econométrica
Fábio Batista Mota
Lúcio Flávio de Freitas 34

Investimentos na Bahia

Eixo Metropolitano concentra 48% dos investimentos industriais previstos no Estado da Bahia 40

Notícias 44

Legislação 48

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos 50
Indicadores Sociais 56
Finanças Públicas 66

Carta do Editor

A atividade econômica de um determinado país ou região é acompanhada observando-se os mais diversos indicadores disponíveis para tal objetivo, como por exemplo, mercado de trabalho, vendas industriais e do comércio, produção física, comércio exterior, movimentação econômica. São indicadores que demonstram o quanto e como a economia está se deslocando, crescendo. De uma forma mais agregada, todos eles podem ser resumidos ao se fazer uma leitura dos dados do PIB, que irá mostrar o desempenho da economia como um todo, na medida em que ele corresponde ao agregado de todos aqueles indicadores citados anteriormente.

Francisco Gimbitzki Marques, no artigo Indústria nacional e local: carros-chefe do crescimento parco e limitado, mas sem desenvolvimento correspondente, analisa o desempenho da indústria nacional nos primeiros cinco meses de 2006. O autor mostra que, apesar de evidenciar taxas de crescimento, cresce em ritmo menor que nos anos anteriores. Além do texto citado acima, a revista traz ainda dois artigos que analisam o lado monetário da economia. Em um deles, Sistema de metas de inflação e níveis de preços no Brasil: uma abordagem econométrica, os autores Lúcio Flávio de Freitas e Fábio Batista Mota analisam, através de um modelo econométrico, a eficácia da política de metas de inflação sobre o controle dos preços; no outro artigo, Âncora cambial: o fundamento da estratégia da equipe de Palocci, o autor Nilson Araújo de Souza analisa as estratégias utilizadas pela equipe do ex-ministro Antonio Palocci para manter a estabilidade monetária, utilizando, para isso, a política de metas inflacionárias.

Com essas abordagens, a revista Conjuntura & Planejamento, vem, mais uma vez, contribuir para com a sociedade e, em particular, com os seus leitores, com a veiculação de informações relativas ao comportamento da economia, tanto em âmbito local quanto nacional. Tais informações, seja no campo teórico ou empírico, têm como principal característica, a contribuição de forma decisiva na descrição dos movimentos que são característicos da atividade econômica, dando aos leitores, um arcabouço amplo de questões relacionadas e fatos relacionados ao ambiente econômico.

Maturidade e mercado de trabalho: observações a partir da pesquisa mensal de emprego do IBGE

Joseanie Mendonça*

Num momento em que os jovens se constituem o foco de ações e políticas públicas voltadas para a geração de emprego, os ocupados, com idade igual ou superior a cinqüenta anos, vêm assumindo posição de destaque, a despeito da inexistência de ações estratégicas voltadas para esse público. Tomando-se por base os dados da PME (Pesquisa Mensal de Emprego) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e o estudo "O trabalho a partir dos cinqüenta anos de idade" (IBGE), observa-se, nos últimos quatro anos, um avanço da população ocupada nessa faixa etária, em detrimento dos mais jovens, cujas estatísticas revelam mormente o crescimento da taxa de desocupação.

Conforme dados da PME, para todas as regiões metropolitanas do Brasil, entre os meses de maio de 2002 e maio de 2006, a população com idade superior a cinqüenta anos apresentou crescimento de 2,7% na participação no total da população em idade ativa. Na PME, dentre os que se declararam como responsáveis pelos domicílios, 26% estavam na faixa etária dos cinqüenta anos ou mais. Curiosamente, a pesquisa captou que 32,7% dos ocupados nessa faixa etária estão na categoria "por conta própria", e 33,6% compunham a categoria "empregadores", indicando uma relevante participação de empreendedores na faixa etária chamada madura. E ainda, no tocante à renda, os trabalhadores com idade superior aos cinqüenta recebiam 36% a mais que o total de ocupados, obviamente por conta da categoria ocupacional em que se inserem.

A Tabela 1 revela alguns indicadores do mercado de trabalho captados pela PME. Por esses dados, em maio/2002, a população madura representava 15,4% dos ocupados no Brasil. Em maio/2006, essa taxa alcançou 18,1% da população ocupada total. Nesse mesmo período, a participação da população madura cresceu cerca de quatro p.p. na composição da PEA (População Economicamente Ativa).

* Especializanda em Planejamento e Gestão Governamental pela UNIFACS, economista pela UCSAL.

Tabela 1
Participação das pessoas com 50 anos de idade ou mais: RM's, Maio/2002-2006

	2002	2003	2004	2005	2006
População em idade ativa	22,4	23,2	24,1	24,9	25,3
População ocupada	15,4	16,7	17,5	18	18,1
População desocupada	5,8	7	7,1	6,3	6,4
População não economicamente ativa	32,3	33,5	34,8	35,6	36,2

Fonte: PME/IBGE

Ainda conforme a Tabela 1, nessa faixa etária (50 ou mais) há um comportamento distinto do observado para as outras faixas etárias, uma vez que para os mais maduros 33,1% estavam ocupados no período e apenas 1,4% encontravam-se desocupados.

> "A proporção de pessoas com cinqüenta anos ou mais voltadas para o mercado de trabalho, expressa pela taxa de atividade, foi estimada em maio de 2002, em 34,8%, e apresentou crescimento no período, alcançando em maio de 2005, 38,6% das pessoas.
>
> (...)
>
> Se nos fixarmos apenas na população com 60 anos ou mais (em maio de 2006 representava 52,7% das pessoas na categoria com 50 anos ou mais de idade) as estimativas mostram que 19,3% dos idosos estavam voltados para o mercado de trabalho, 18,8% como ocupados e 0,5% como desocupados" (O Trabalho A Partir dos Cinqüenta ..., 2006)

Em maio de 2006, 3,9% das pessoas com cinqüenta anos ou mais estavam desocupadas, e 2,7% das pessoas com mais de sessenta anos; enquanto que a taxa de desocupação média da população total nos mesmos períodos eram, respectivamente: 10,2% (maio/06) e 11,9% (maio/02).

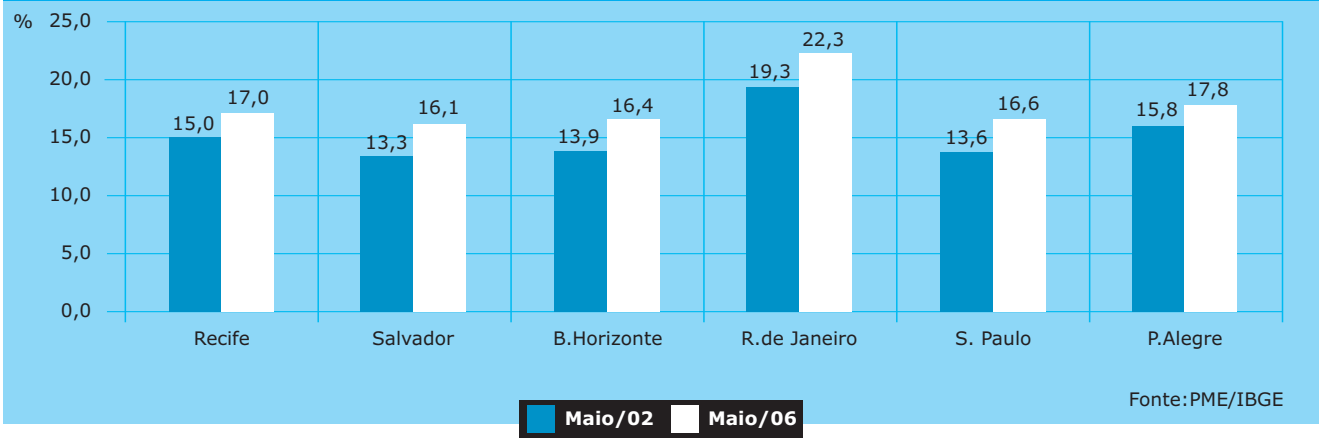
Pela análise geográfica disponibilizada pela PME, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro destaca-se com uma participação de 29,8% da população na faixa etária superior aos cinqüenta anos na população ativa. Pelo Gráfico 1, percebe-se que, entre a população ocupada, também a Região Metropolitana do Rio de Janeiro destaca-se com 19,3% de ocupados com idade entre 50 anos ou mais participando do total de ocupados em maio de 2002, e com 22,3% em maio de 2006.

Apesar de o desempenho da RM do Rio de Janeiro se justificar pelo tamanho da amostra, deve-se considerar que, quando retirado esse efeito da análise, a população da maioridade ocupada também é significativa, se comparada com a população total da RM do Rio. Ou seja, comparando-se a população ocupada e a população ocupada com mais de cinqüenta anos nas regiões metropolitanas do Brasil, em maio de 2006, no Rio de Janeiro, a população ocupada representava 24,9% da PEA e a população com cinqüenta anos ou mais alcançava 30,6% da PEA.

Para a RMS (Região Metropolitana de Salvador), a PME demonstrou aumento contínuo da população madura na composição da população ativa (Gráfico 1). A participação da população com cinqüenta anos ou mais na população ocupada passou de 13,3% em maio de 2002 para 16,1% em maio de 2006. Além disso, considerando-se a população ocupada com mais de cinqüenta anos, por nível de escolaridade, observa-se que 49,8% dessas pessoas possuíam onze ou mais anos de escolaridade. Nas demais regiões metropolitanas verifica-se também um alto nível de escolaridade para essa faixa etária, ainda que em menor proporção do que na RMS (Tabela 2).

Isso se dá porque a maior incidência de ocupados nessa faixa etária ocorre no segmento de *educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social* da PME (26,1%), diferentemente

Gráfico 1
Participação das pessoas ocupadas com 50 anos ou mais de idade no total de pessoas ocupadas: RM's, Maio/2002 e Maio/2006



Fonte: PME/IBGE

Tabela 2
Distribuição da população ocupada com 50 anos ou mais, segundo o nível de escolaridade: RM's, Maio/2006

Anos de estudo	Total	Recife	Salvador	B. Horizonte	R. de Janeiro	S. Paulo	P.Alegre
0 a <1	6,2	9,8	7,1	5,9	5,7	6,4	4
1 a 3	10,3	10,6	7,4	10,3	10,3	10,8	10,6
4 a 7	29,2	23,4	20,1	32,7	29,3	29,4	34,4
8 a 10	13,9	12,9	15,5	13,5	14,7	13,1	14,8
11 ou mais	40,3	43,2	49,8	37,5	40	40,3	36,3

Fonte: PME/IBGE

das outras regiões metropolitanas onde a predominância está no segmento de *comércio* (caso de Recife e Porto Alegre; no Rio de Janeiro, o segmento predominante é *serviços* e em São Paulo, *indústria*). Nesta análise não se pode perder de vista a importância desses setores na economia da região e, conseqüentemente, na geração de postos de trabalho.

Segundo a posição na ocupação das pessoas com cinqüenta anos ou mais na RMS, cerca de 40% foram classificados como "empregadores" ou que "trabalham por conta própria". Entretanto, verificou-se um percentual significativo (aproximadamente 46%) que são "empregados com carteira" ou "funcionários públicos e militares". A contratação de pessoas via concursos públicos aumentou nos últimos anos, sobretudo com o advento da Lei 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e prevê a preferência pelos idosos como critério de desempate nos concursos, e ainda os incentivos financeiros, conforme o Art. 40, Parágrafo 19 da Constituição Federal, para que os servidores continuem na ativa explicam sobremedida esse desempenho.

Disparidades também foram verificadas na comparação entre os rendimentos da população madura ocupada e a população ocupada total. O rendimento

Tabela 3
Distribuição da população ocupada com 50 anos ou mais, segundo o grupamento de atividade: RM's, Maio/2006

Atividade	Total	Recife	Salvador	B. Horizonte	R. de Janeiro	S. Paulo	P.Alegre
Indústria	16,2	13,0	11,4	15,6	13,2	19,6	18,4
Construção	8,9	3,9	9,2	10,4	8,6	9,6	8,8
Comércio	18,6	26,8	16,7	16,3	17,6	18,9	9,2
Serviços prestados a empresas	11,3	10,2	10,7	10,5	12,5	10,8	11,2
Educação, saúde, adm. pública	17,9	23,6	26,1	19,1	17,5	15,7	17,6
Serviços domésticos	9,5	5,2	6,6	10,7	11,2	9,0	9,2
Outros serviços	16,4	15,3	18,4	15,7	18,6	15,1	14,6

Fonte: PME/IBGE

Tabela 4
Distribuição da população ocupada com 50 anos ou mais, segundo a posição na ocupação: RM's, Maio/2006

Posição	Total	Recife	Salvador	B. Horizonte	R. de Janeiro	S. Paulo	P.Alegre
Trabalhador doméstico	9,5	5,2	6,6	10,7	11,2	9	9,2
Empregado com carteira	24,1	20,9	24,4	23,4	23,6	24,5	26,8
Empregado sem carteira	9,6	7,1	6,1	6,3	9,3	11,9	8,3
Militar e Funcionário Público	13,8	21,4	21,8	15,7	13,2	11,2	13,8
Conta própria	32,7	34,8	32,4	34,1	33,7	31,1	33,8
Empregador	9,5	8,8	8,1	8,8	8,5	11,3	6,7

Fonte: PME/IBGE

habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas nos meses de maio de 2002 e 2006 foi, respectivamente, R$ 1.566,94 e R$ 1.027,80 enquanto que, para as pessoas com cinqüenta ou mais, alcançou, respectivamente, R$ 1.604,49 e R$ 1.401,30 no total das regiões metropolitanas. Em maio de 2006, na RMS, o rendimento médio da população com cinqüenta anos ou mais foi 58,7% superior à média da população total. Entretanto, o maior rendimento, em muitos casos, pode ser explicado pela menor carga horária dos trabalhadores com cinqüenta ou mais anos, ante o fato de que a sua inserção no mercado de trabalho se dá em atividades com jornada de trabalho inferior à média da jornada da população ocupada.

Por fim, a inserção maior dessa população mais madura no mercado de trabalho pode ser reflexo ainda da crescente especialização laboral, e, portanto, da necessidade de pessoas mais experientes em determinadas atividades, como também pelo número de concursos públicos nos diversos níveis de governo nos últimos anos, e mais ainda pelas vantagens financeiras auferidas por esses servidores públicos mais experientes. Por outro lado, uma análise mais profunda desses dados pode revelar o recente envelhecimento da população brasileira, a precariedade das relações de trabalho, ou ainda o aumento dos idosos como responsáveis por domicílios frente ao mercado de trabalho excludente para os jovens.

Referências

IBGE. *Pesquisa Mensal de Emprego*. IBGE, Rio de Janeiro, Maio/2002. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 11 ago. 2006.

_____. *Pesquisa Mensal de Emprego*. IBGE, Rio de Janeiro, Maio/2006 Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 11 ago. 2006.

_____. *O Trabalho A Partir dos Cinqüenta Anos de Idade*. IBGE, Rio de Janeiro, Jul./2006. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 11 ago. 2006.

Conjuntura Econômica Baiana

No mês de maio, verificou-se mais uma vez a trajetória de expansão por que vem passando a economia baiana nos últimos anos. Os indicadores relativos à produção física da indústria, vendas do comércio e comércio exterior, mantiveram a tendência de crescimento, registrando taxas de crescimento acima das verificadas em nível nacional.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, em maio de 2006, variação positiva de 7,2%, em relação ao mesmo mês de 2005. No ano, a indústria acumula crescimento de 6,7% em comparação com o mesmo período de 2005. Nesse mesmo período, o crescimento de três segmentos merece destaque: *Celulose, papel e produtos de papel* (37,4%), *metalurgia básica* (21,5) e *borracha e plástico* (10,5%). Por outro lado, os segmentos de *produtos químicos* (-1,6%), *alimentos e bebidas* (-4,8%) e *automotivo* (-9,6%) registraram desempenho negativo no período em enfoque.

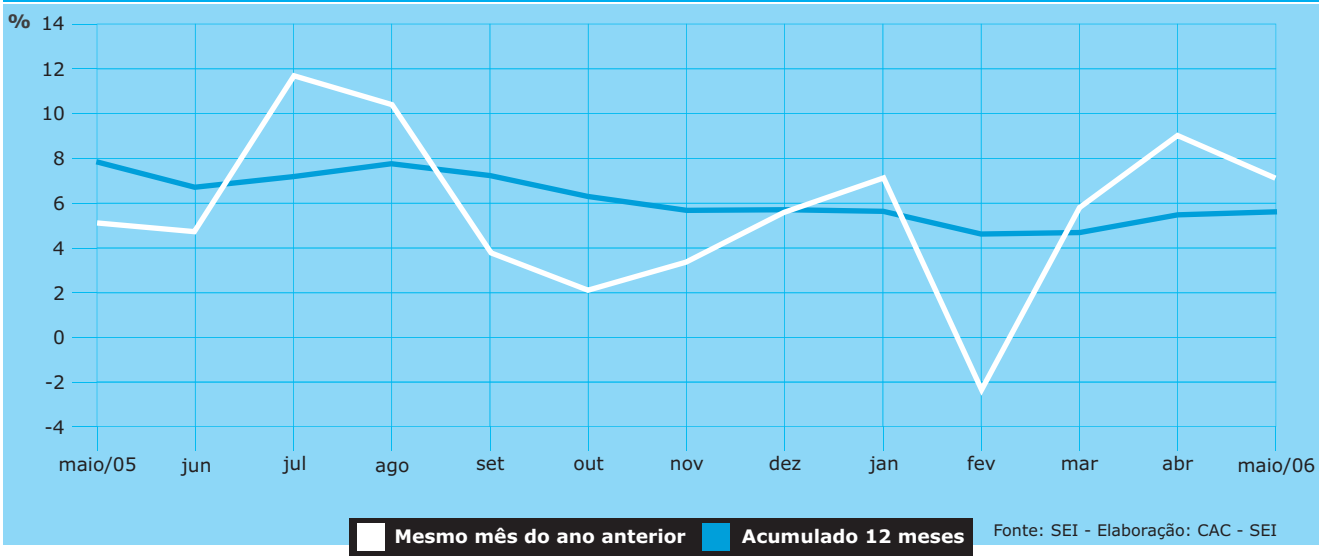
No que se refere ao comércio exterior, o destaque fica por conta das exportações, que registraram crescimento de 31,1% até o mês de junho, com valor total exportado de US$ 3,0,61 bilhões. As importações apresentaram crescimento um pouco mais modesto (22,3%), com valor total de US$ 1,878 bilhão. No primeiro semestre de 2006, o saldo da balança comercial baiana acumulou superávit de US$ 1,183 bilhão.

O comércio varejista, conforme os dados da PMC-IBGE, registrou variação positiva no volume das vendas de 9,8%, de janeiro a maio de 2006. Os segmentos que apresentaram as maiores taxas de crescimento no ano são: *equipamentos e materiais para escritório* (58,5%); *móveis e eletrodomésticos* (25,5%) e *hipermercados e supermercados* (19,4%). O segmento veículos, motos, partes e peças registrou crescimento de 20,0% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou, no mês de julho 2006, queda de 0,25%. No mesmo mês de 2005, também ocorreu queda 0,13%. De janeiro a julho de 2006, os preços se elevaram, em média, 2,66%, sendo que os maiores impactos foram determinados pelos grupos habitação e encargos (18,16%) e transporte e comunicação (4,74%).

O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), fechou o mês de maio com taxa de desemprego em 24,4%, determinando uma média anual de 24,2%. Com relação ao rendimento, foi verificada queda de 2,6% na comparação abril de 2006 em relação ao mesmo mês do ano anterior, enquanto que no acumulado dos doze meses foi verificada estabilidade.

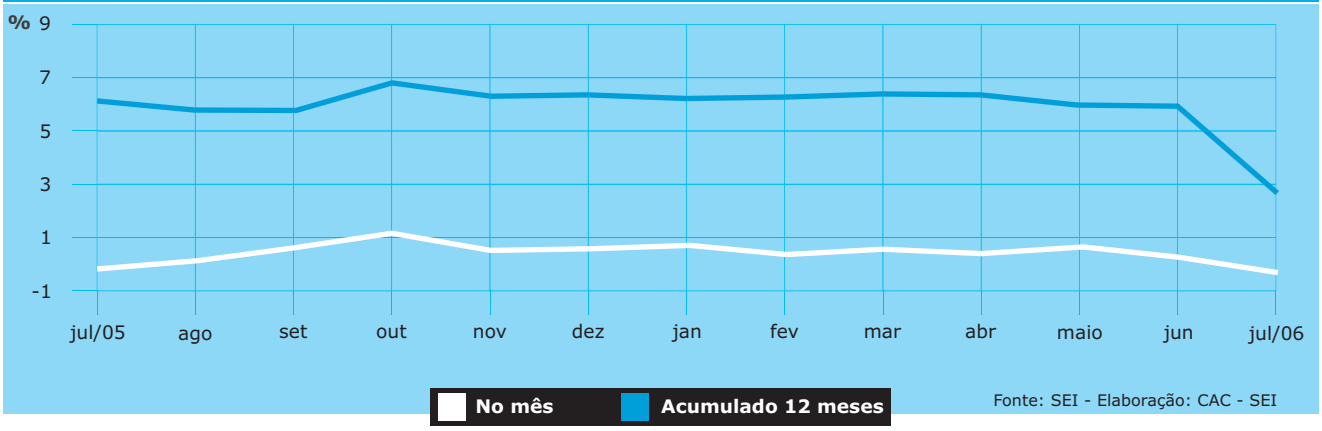
Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



Fonte: SEI - Elaboração: CAC - SEI

Em maio, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC), cresceu 7%, em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Já em comparação com o mês de abril de 2006, houve uma queda de 0,8%. No acumulado dos doze meses, o índice apresentou um crescimento em relação ao mês de fevereiro, registrando alta de 5,6%.

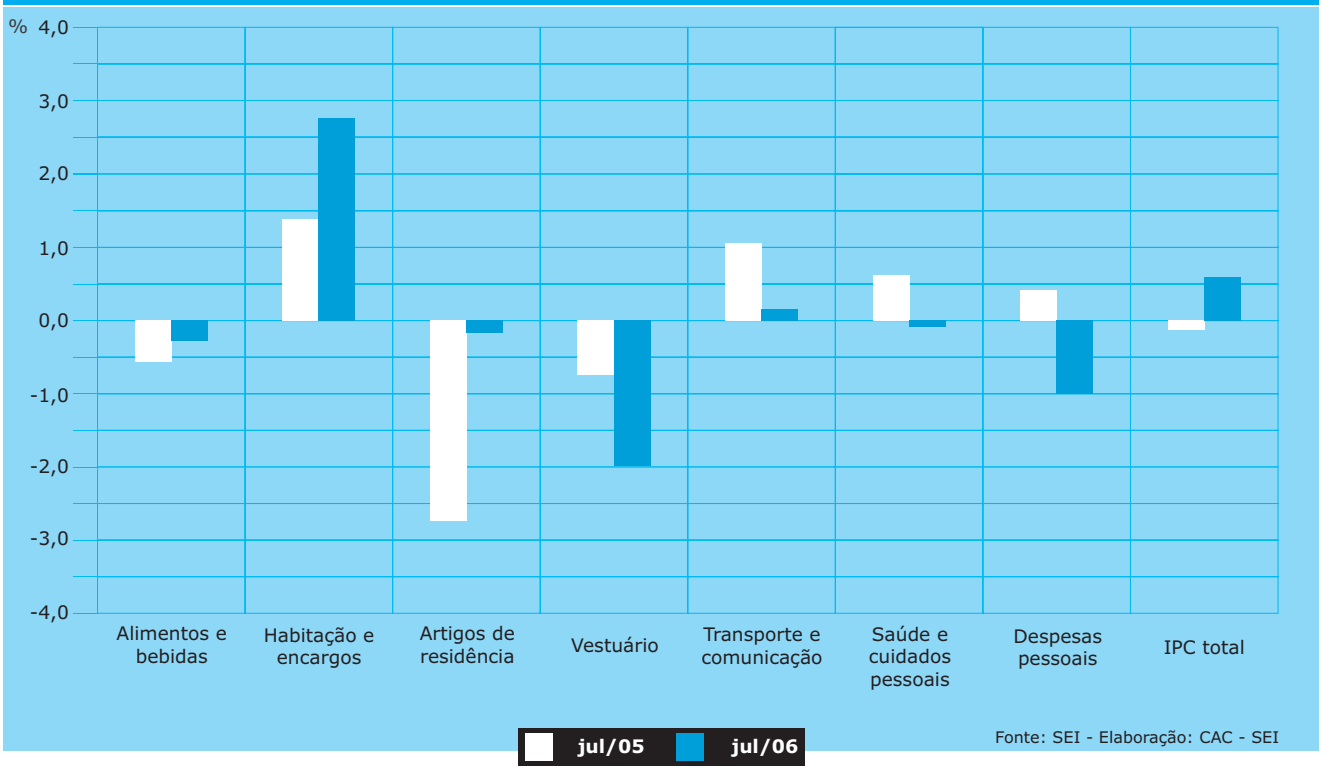
Taxa de variação do IPC - SEI - Salvador



Fonte: SEI - Elaboração: CAC - SEI

No mês de julho, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela SEI, registrou taxa negativa de 0,3%.Taxa inferior a do mês de junho, que foi de 0,2%. Com esse resultado, o índice acumula, nos doze meses, alta de 5,7%. Habitação e encargos (26%) e transporte e comunicação (11,5%) foram os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos doze meses. Já artigos de residência (1,1%) e vestuário (0,7%) registraram a menor pressão no mesmo período, com taxa negativa.

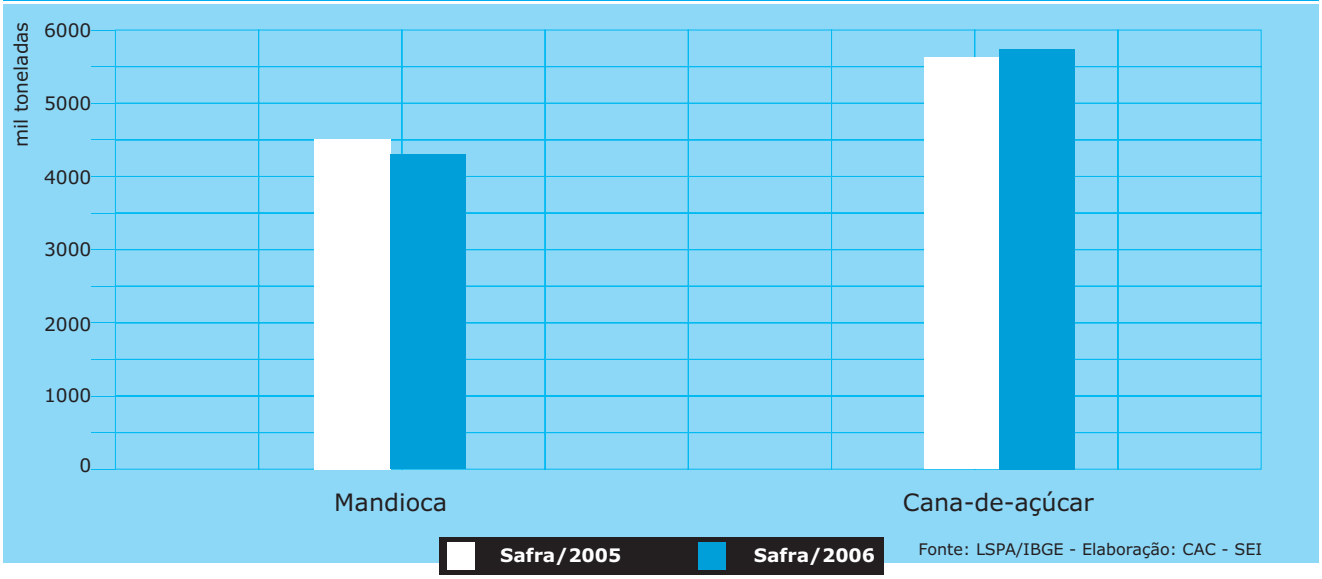
Taxa de variação do IPC-SEI: Grupos selecionados - Salvador



Fonte: SEI - Elaboração: CAC - SEI

Os grupos de vestuário (-2%) e de despesas pessoais (-1%) apresentaram, em julho, as maiores contribuições para a taxa negativa de inflação. Com relação a esses grupos, os subitens *roupas de mulher* (-6,5%) e *recreação* (-4,7%) foram os que apresentaram as maiores taxas negativas no período.

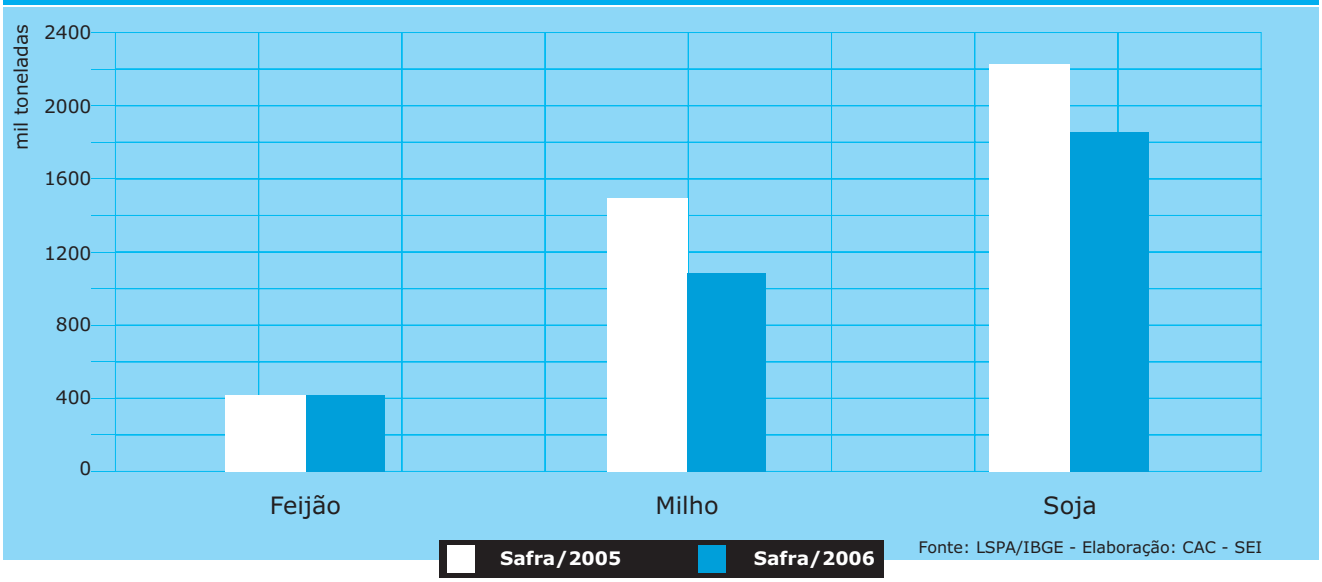
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



Fonte: LSPA/IBGE - Elaboração: CAC - SEI

As estimativas para a safra baiana, realizadas em julho de 2006 pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), apontam redução de 2,2% para a safra de mandioca. Embora se verifique aumento da área plantada para a lavoura (3,4%), esta é compensada negativamente pela queda do rendimento (1,7%). Para a cana-de-açúcar, observa-se aumento da produção (2,7%). Esse resultado reflete a conjuntura favorável dos preços do açúcar e do álcool.

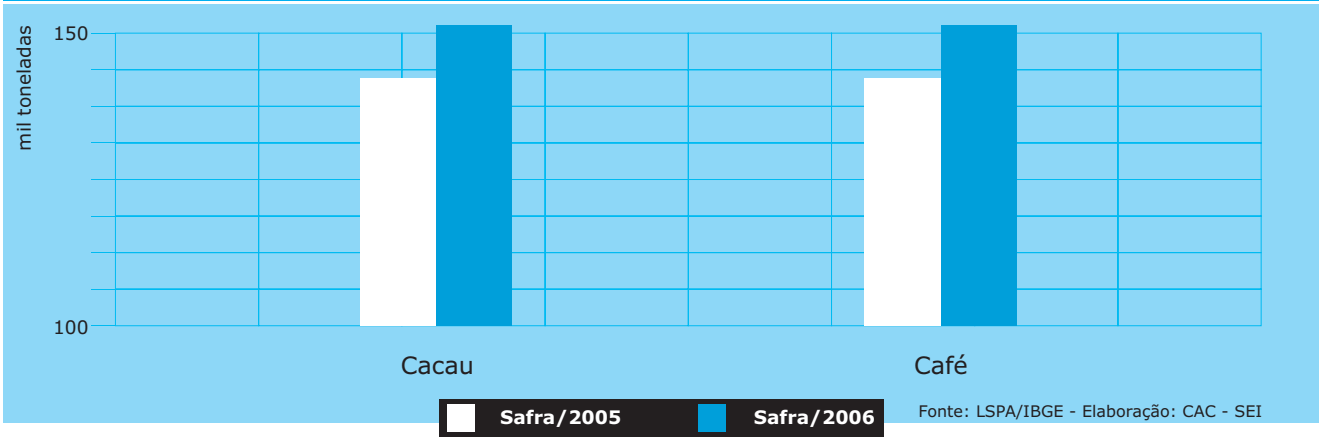
Estimativa de produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia



Fonte: LSPA/IBGE - Elaboração: CAC - SEI

A safra de feijão apresenta queda de 10% da produção em 2006. O feijão 1ª safra responde por esse resultado, com queda de 49% da produção, segundo os resultados da lavoura, agora em fase de entressafra. A produção de milho apresentou redução de 26%. Para esse resultado, combinam-se chuvas irregulares e preços pouco atraentes para o produtor. Para a lavoura de soja, mantêm-se as estimativas anteriores: queda de 17% da produção. Custos elevados e câmbio desfavorável explicam os resultados.

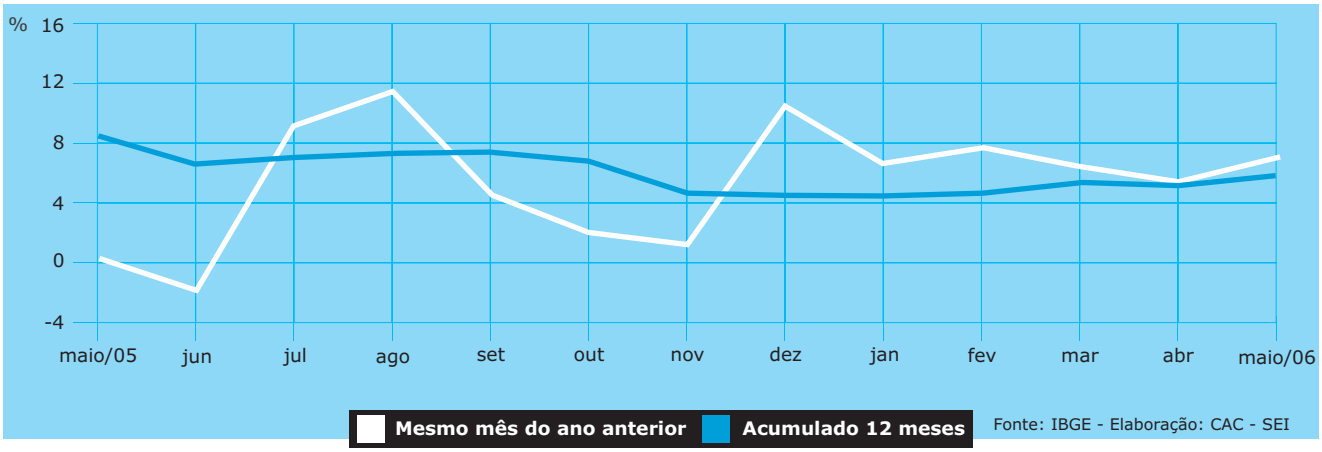
Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



Fonte: LSPA/IBGE - Elaboração: CAC - SEI

As estimativas para o cacau são de queda de 3,4% da produção. Com a lavoura em frutificação, os produtores já vislumbram o cenário negativo das estimativas, mesmo utilizando-se do pacote tecnológico disponível, especialmente a clonagem das mudas. Para o café, tem-se a elevação da produção de 15%. Observando a trajetória de preços em alta em 2005, os cafeicultores aguardam lucros com a comercialização do grão, uma vez que a lavoura também se encontra em frutificação.

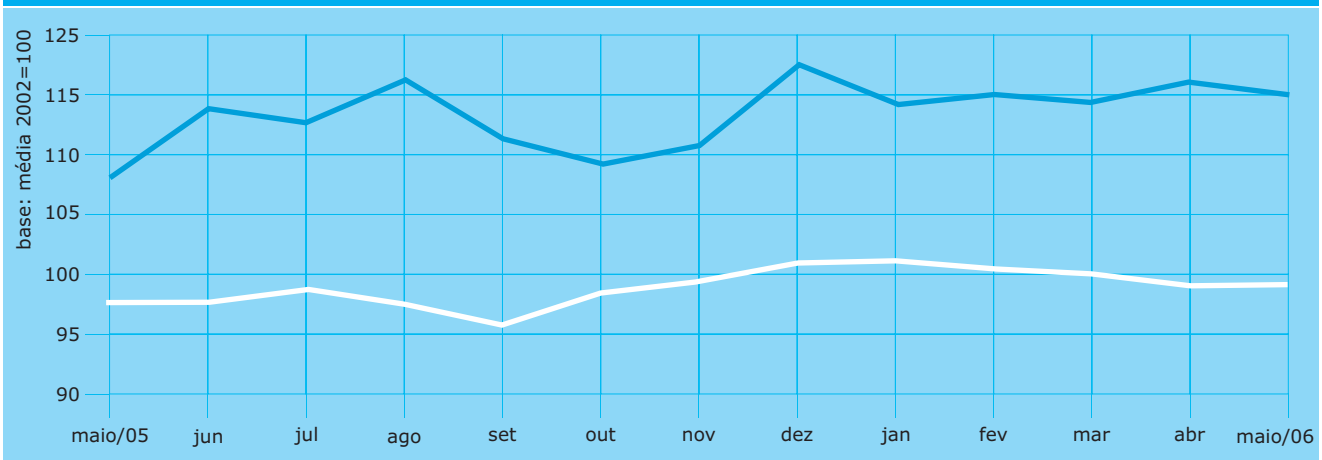
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE - Elaboração: CAC - SEI

A produção industrial do setor de transformação da Bahia registrou expansão de 6,9%, em maio de 2006 ,na comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE). Para os doze meses, o índice passou de 5,2%, em abril, para 5,8% em maio, indicando, assim, tendência de expansão na produção industrial. Os setores que acumularam as maiores altas nos doze meses foram: celulose, papel e produtos de papel (34,8%), metalurgia básica (14,6%) e minerais não-metálicos (13,2%).

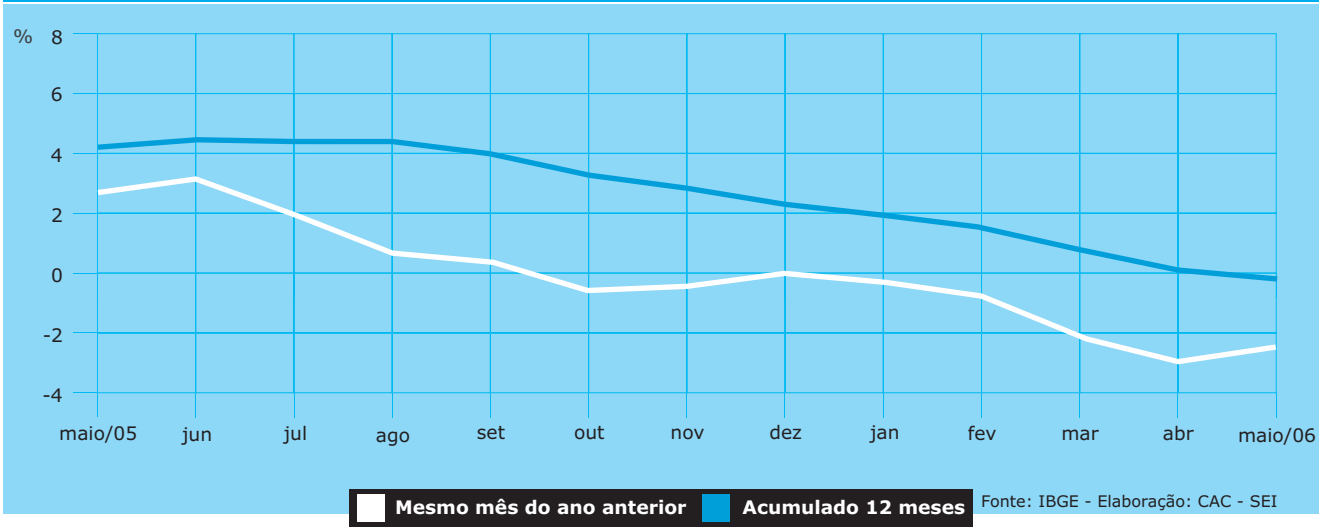
Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia



Fonte: IBGE - Elaboração: CAC - SEI

A série livre de influências sazonais da produção da indústria de transformação baiana mostra taxa negativa de -1,0%, entre os meses abril e maio de 2005. Os setores que apresentaram desempenho negativo no período foram: metalurgia básica (-10,0%), alimentos e bebidas (-11,1%) e celulose, papel e produtos de papel (-3,0). A indústria extrativa mineral registrou, no mesmo período, crescimento de 0,2%.

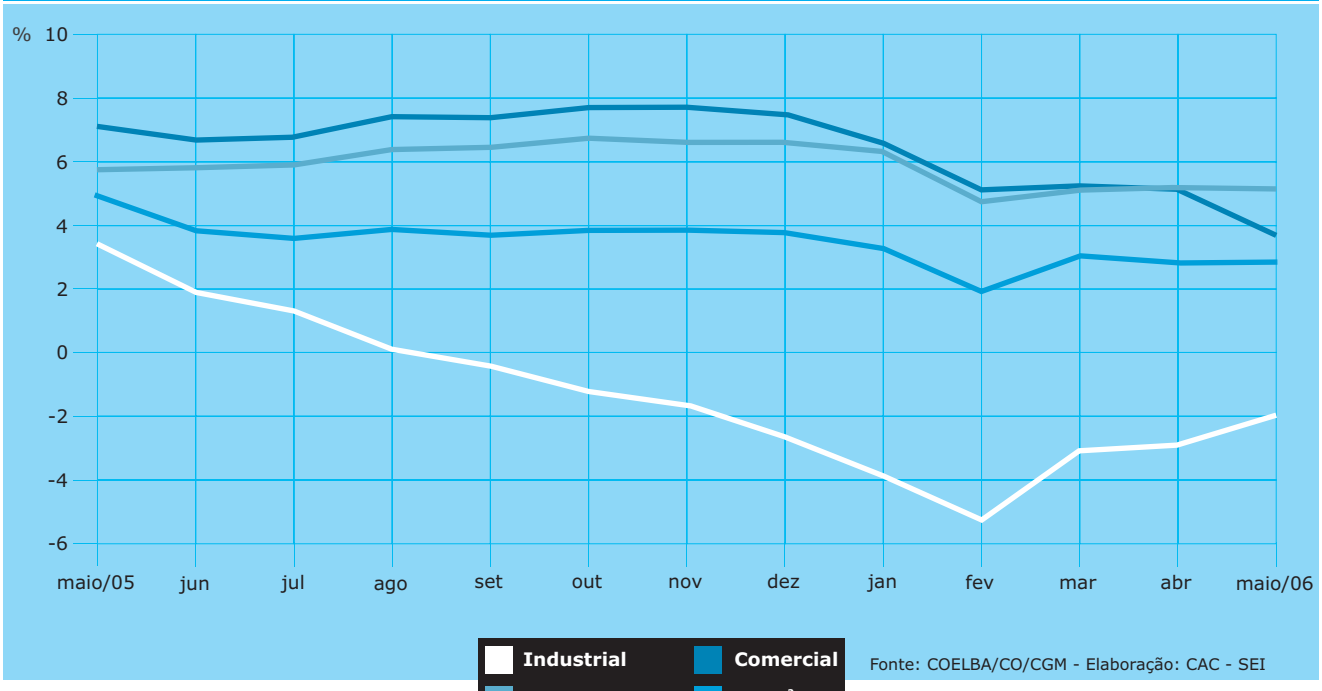
Taxa de variação de pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE - Elaboração: CAC - SEI

O emprego na indústria baiana de transformação registrou, em maio de 2006, queda de 2,4% em relação a maio de 2005; no acumulado dos últimos doze meses, o índice registrou taxa de negativa de 0,1%. Em maio, os setores que registraram as maiores quedas foram: vestuário (-11,4%), minerais não-metálicos (-9,8%) e produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (-9,2%).

Taxa de variação do consumo de energia elétrica[1] - Bahia



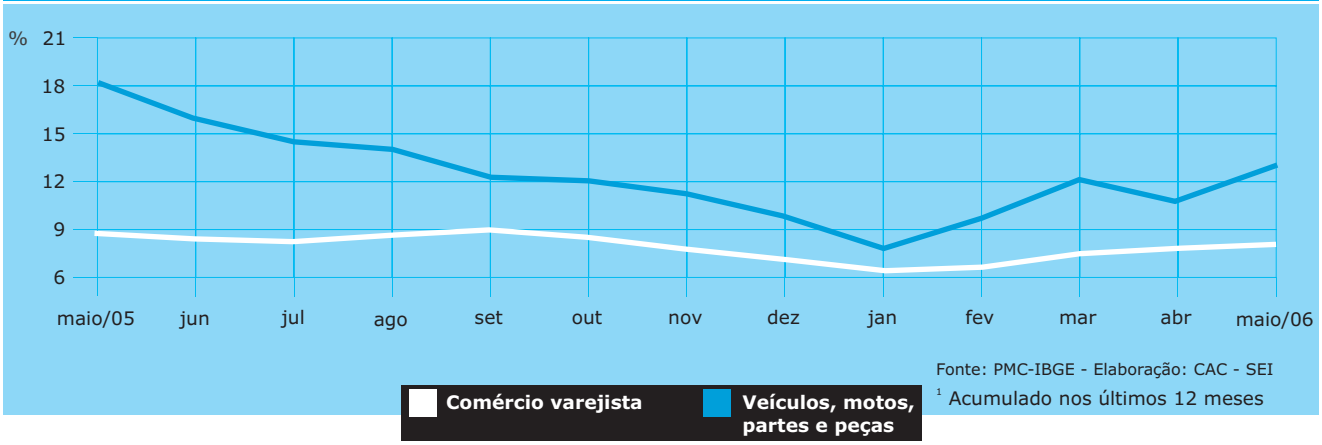
Fonte: COELBA/CO/CGM - Elaboração: CAC - SEI

[1] Acumulado 12 meses

[2] Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA.

O consumo total de eletricidade, no estado da Bahia, registrou, em maio de 2006, crescimento de 0,6%, em relação a maio de 2005. No acumulado dos doze meses, a taxa fechou em 2,9%, mantendo a tendência de crescimento ao longo dos últimos meses. Dentre os principais consumidores, o residencial apresentou a maior taxa de crescimento acumulada nos doze meses, com alta de 5,2%. O consumo comercial também mantém tendência de crescimento, registrando 3,7%, No entanto, o consumo industrial vem caindo ao longo do período, registrando, nos doze meses, uma taxa de 1,9%.

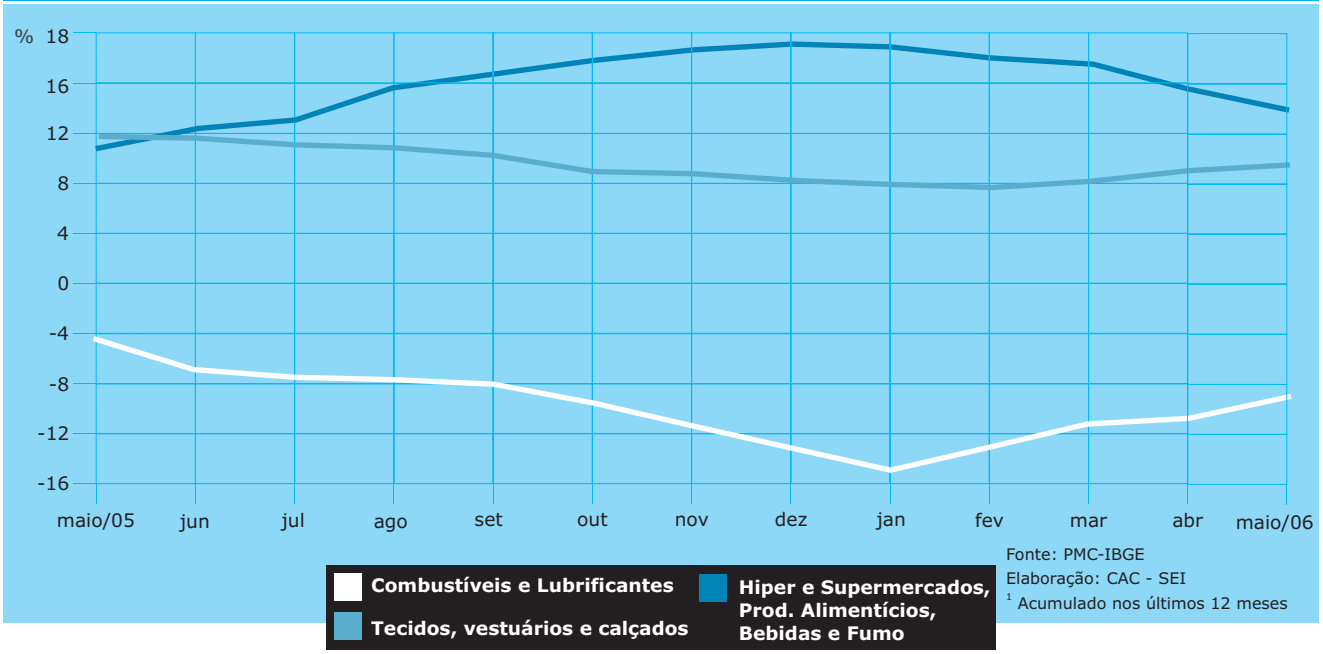
Taxa de variação de volume de vendas no varejo[1] - Bahia



Fonte: PMC-IBGE - Elaboração: CAC - SEI
[1] Acumulado nos últimos 12 meses

O comércio varejista na Bahia apresentou, no mês de maio de 2006, expansão de 9,7% nas vendas. A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC - IBGE) apurou, para o acumulado dos últimos doze meses, expansão de 8,1%. O segmento de veículos, motos e peças apresentou crescimento de 29,7% ante igual período de 2005. Nos últimos doze meses o crescimento do volume de vendas desse segmento foi de 12,9%, crescimento que se justifica pela recuperação do poder aquisitivo do consumidor e, sobretudo, pela concorrência entre as concessionárias.

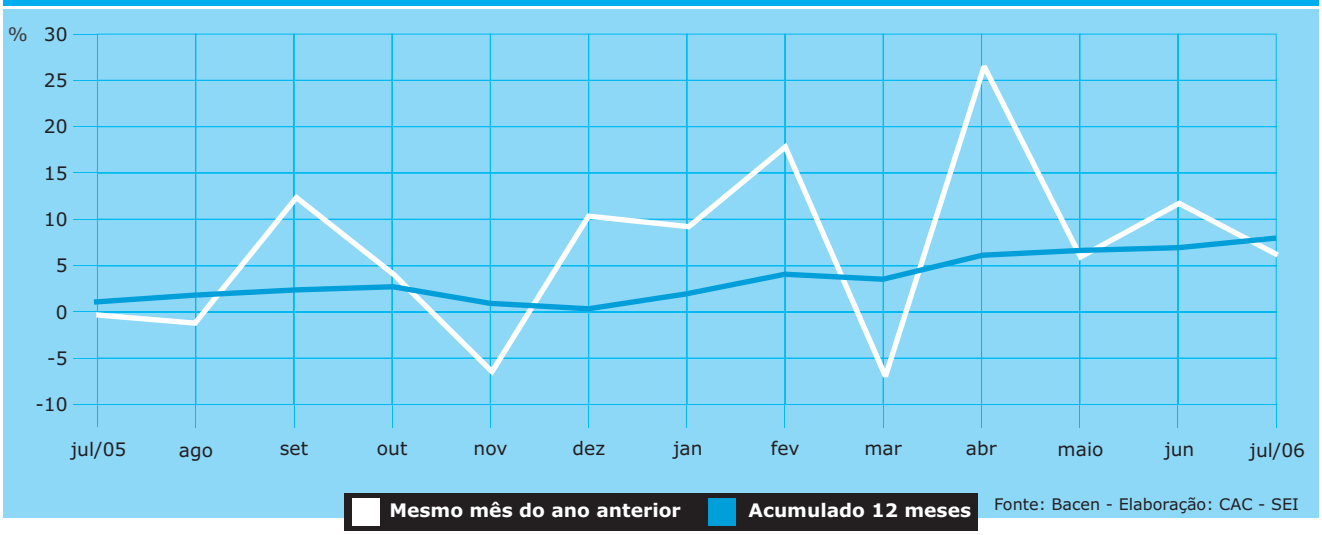
Taxa de variação do volume de vendas no varejo[1]: principais segmentos - Bahia



Fonte: PMC-IBGE
Elaboração: CAC - SEI
[1] Acumulado nos últimos 12 meses

Conforme a PMC (IBGE), o segmento de móveis e eletrodomésticos apresentou, para o acumulado nos últimos 12 meses até maio/06, um crescimento de 32,7% no volume de negócios. Esse desempenho deveu-se à ampliação do crédito direto ao consumidor e dos empréstimos pessoais, consignados em folha, verificados nos últimos meses. O mesmo comportamento positivo foi observado para os segmentos tecidos e vestuário e hiper e supermercados, com 12,2% e 8,1%, respectivamente.

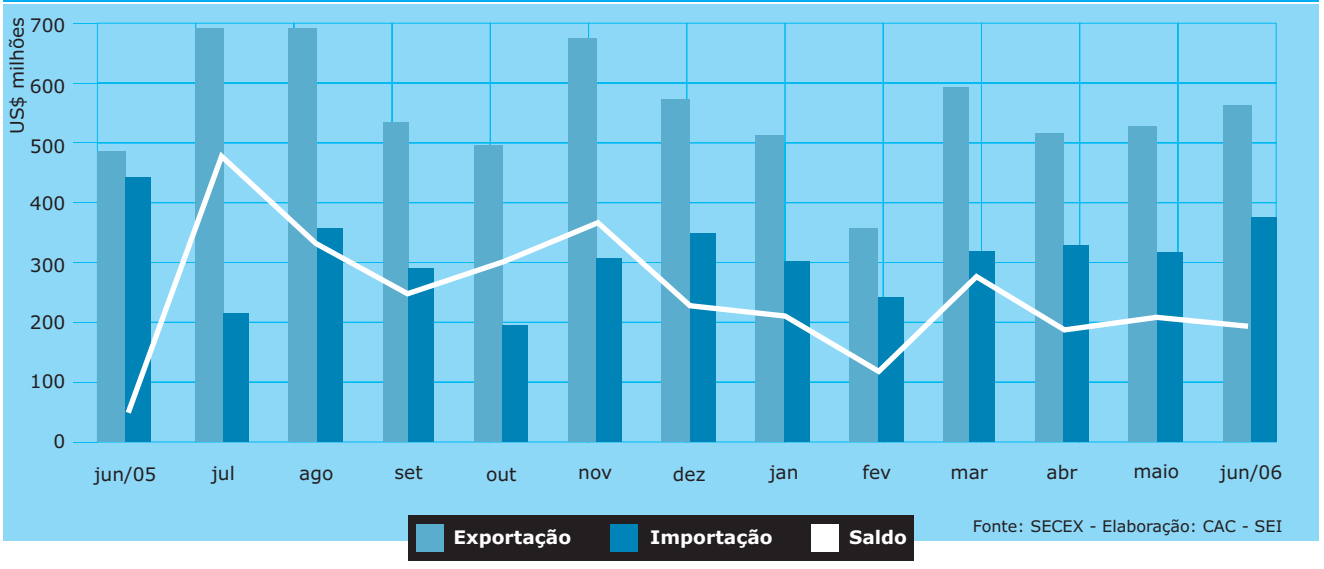
Quantidade de cheques sem fundos - Bahia



Fonte: Bacen - Elaboração: CAC - SEI

Em junho de 2006, foram emitidos 383.000 cheques sem fundos no estado da Bahia. Em comparação com o mês de maio de 2006, houve queda de 14,8%. Apesar da queda, a taxa, no acumulado dos doze meses manteve tendência de crescimento, uma vez que essa passou de 7,0%, no mês anterior, para 7,5% no mês atual.

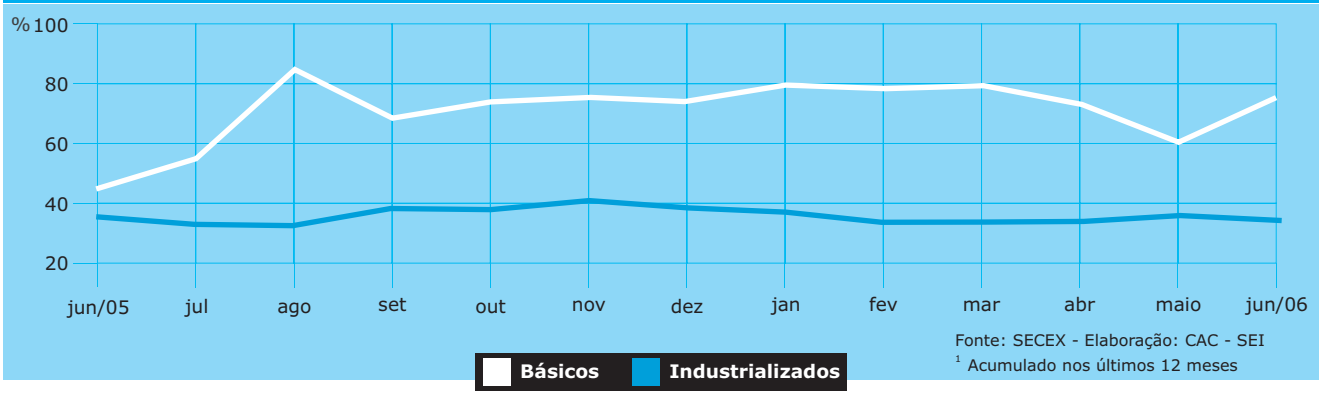
Balança comercial - Bahia



Fonte: SECEX - Elaboração: CAC - SEI

A balança comercial baiana registrou, em junho de 2006, saldo superavitário de US$ 189,5 milhões. As vendas externas alcançaram US$ 562,7 milhões, o que representou um crescimento de 16% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já as importações totalizaram US$ 373,3 milhões, com queda de 15,6% em relação a junho de 2005. No ano, a balança comercial alcançou superávit de US$ 1,2 bilhões.

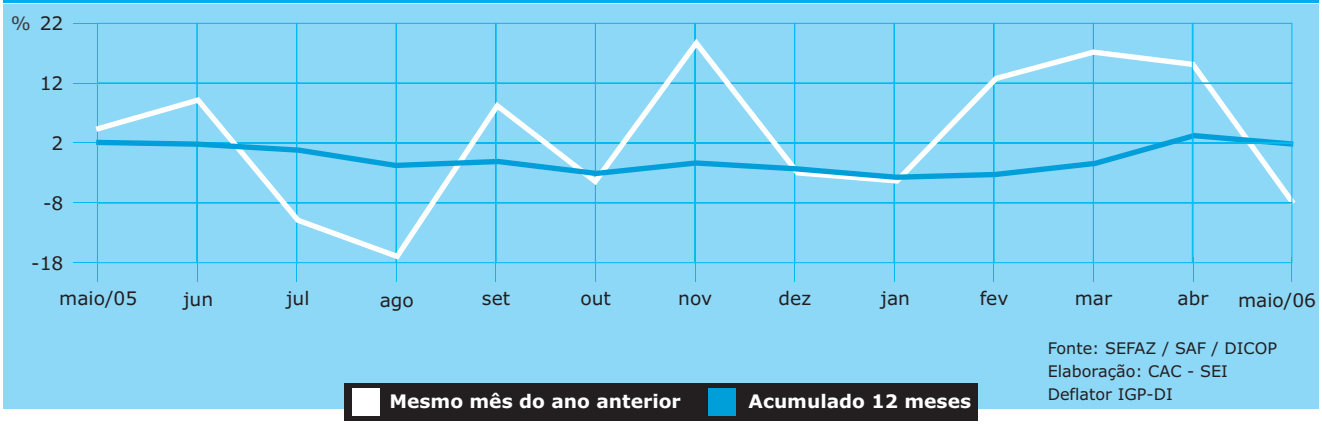
Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado[1] - Bahia



Fonte: SECEX - Elaboração: CAC - SEI
[1] Acumulado nos últimos 12 meses

As exportações baianas, por fator agregado, registraram variação positiva de 82,4% para a categoria de produtos básicos, nos últimos doze meses, representando, no período, uma recuperação das vendas externas de insumos básicos. Os produtos industrializados, que participaram com cerca de 90% do total da pauta de exportação, registraram 35,6% nas vendas, com destaque para automóveis, derivados de petróleo, derivados de cobre e químicos e petroquímicos.

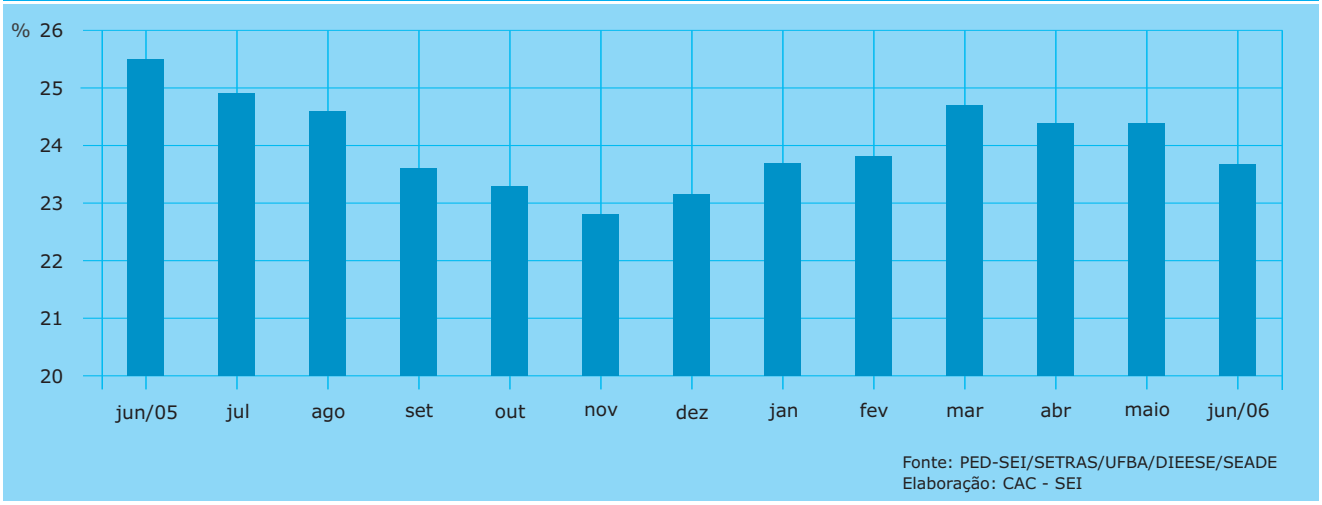
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia



Fonte: SEFAZ / SAF / DICOP
Elaboração: CAC - SEI
Deflator IGP-DI

A arrecadação de ICMS no Estado da Bahia registrou, no mês de maio de 2006, queda de 8,2% em comparação com o mesmo mês do ano anterior. No mês, a arrecadação total foi de R$ 551.866 milhões. No acumulado dos últimos doze meses, o índice acumulado da arrecadação sofreu redução de 1,1 p.p, passando de 3,1% para 2%, com valor total de R$ 7.040.935 bilhões.

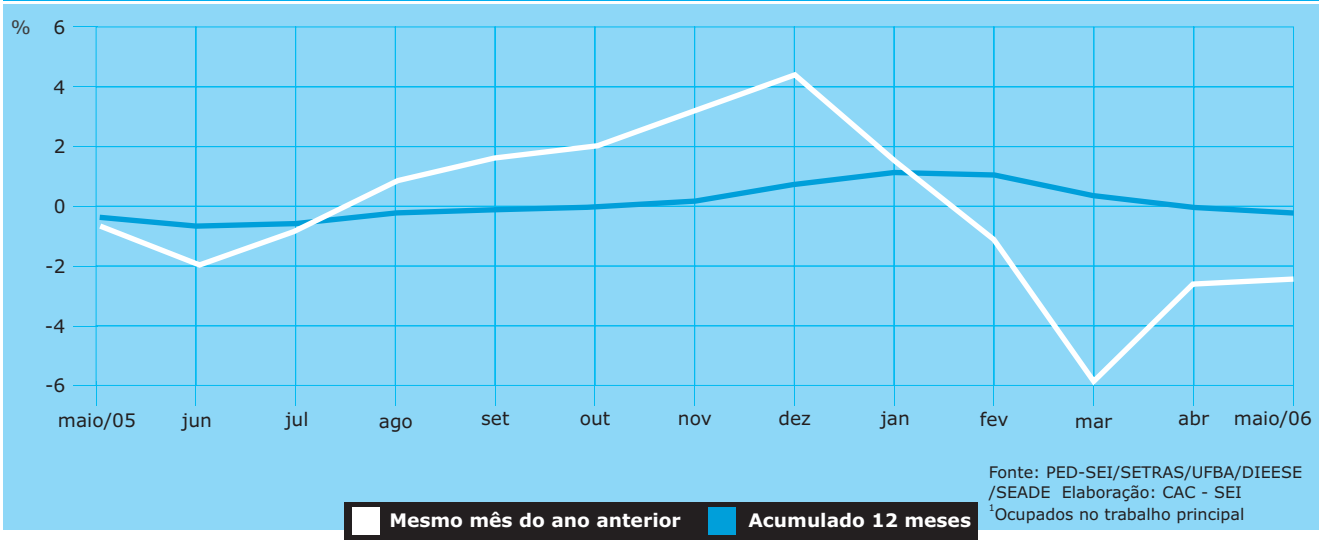
Taxa de desemprego total - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: CAC - SEI

Em junho/06, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) estimou uma ligeira redução da taxa de desemprego de 23,7% da População Economicamente Ativa (PEA) na RMS. Por conta de uma melhora no nível de ocupação em quase todos os setores da economia baiana, sobretudo no setor de serviços, cujo nível ocupacional cresceu 1,7%, com a geração de 13 mil novos postos de trabalho, o que mais do que compensou a entrada de mil pessoas na PEA, no período.

Taxa de variação do rendimento médio real[1] - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE /SEADE Elaboração: CAC - SEI
[1]Ocupados no trabalho principal

O rendimento médio real dos ocupados na RMS, medido pelo índice dos rendimentos da PED, apresentou queda de 2,43% em maio de 2006, comparando-se a maio do ano anterior. No acumulado dos últimos doze meses, observou-se variação negativa de 0,15%, resultado que ainda não reflete a recomposição do nível de ocupação verificada em junho/06.

Indústria nacional e local: carros chefe do crescimeto parco e limitado, mas sem desenvolvimento correspondente

Francisco Gimbitzkki Marques*

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta, no seu relatório conjuntural, que "o desempenho atual [da economia] é um pouco superior às expectativas que vigoravam no início do ano: atividade em expansão, mercado de trabalho ativo, inflação controlada e contas externas superavitárias", esperando, então, para 2006, uma "expansão de 3,7% para o PIB e de 5,0% para o PIB industrial". Esta expectativa, apesar de positiva, está aquém do crescimento mundial e, em especial, dos países emergentes. O que pode ser evidenciado na constatação de que o "Brasil levará um século para dobrar a renda per capita, se mantiver o atual ritmo de crescimento".

Sendo consenso nacional que o Brasil precisa crescer, distribuir renda e desenvolver-se, a CNI demonstra preocupação com três limitadores da expansão do nível de atividade: a deterioração fiscal, a perda de dinamismo das exportações devido à sobrevalorização do câmbio e o nível de investimento limitado. Fatores que afetam diretamente a indústria nacional, que se apresenta como força motriz do crescimento econômico em 2006.

Os resultados apresentados pelo IBGE da produção por categorias de uso até maio de 2006 corroboram tal análise.

Pode-se observar que continua a ocorrer na economia um processo de expansão industrial com certa consistência, 3,3% de janeiro a maio, um crescimento de maio com relação a abril de 1,6% (base relativamente elevada) e um crescimento de 4,8% frente a maio de 2005. Ainda que parcamente, a indústria está se

Tabela 1
Produção por categorias de uso: Brasil, maio/2006

Categorias de uso	Variação (%)			
	Mês/Mês*	Mensal	Acumulado	
			No ano	12 meses
Bens de Capital	1,8	5,9	6,6	5,0
Bens Intermediários	1,9	4,0	2,1	0,9
Bens de Consumo	0,8	5,7	4,6	4,6
Duráveis	-0,3	8,1	10,2	9,5
Semiduráveis e não Duráveis	0,4	4,9	3,0	3,2
Indústria Geral	1,6	4,8	3,3	2,6

Fonte: IBGE

* Estudante de Economia (FCE/UFBA) e membro do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC). (chicomarquez@yahoo.com.br).

expandindo como um todo. Mais otimista, o BACEN vislumbra que "a maior sintonia entre as diferentes categorias de uso sugere um crescimento robusto da atividade industrial" (BACEN, ATA DO COPOM – REUNIÃO 120º).

Entre abril e maio, treze das vinte e três atividades pesquisadas mensalmente pelo IBGE tiveram resultados positivos, dos quais os mais expressivos foram veículos automotores (6,2%), alimentos (2,5%) e máquinas e equipamentos (3,1%). Os dados negativos referem-se a material eletrônico e equipamentos de comunicações (-7,9%) e outros químicos (-2,7%).

Entre abril e maio, treze das vinte e três atividades pesquisadas mensalmente pelo IBGE tiveram resultados positivos, dos quais os mais expressivos foram veículos automotores (6,2%), alimentos (2,5%) e máquinas e equipamentos (3,1%)

Os dados continuam a apontar para uma melhora na condição do investimento nacional. A expansão anual já alcança os 6,6% de bens de capital brasileiros e no primeiro trimestre o investimento cresceu 9%. Como foi abordado no relatório passado, as importações de bens industriais, principalmente de bens de capital, têm subido bastante. A produção está crescendo, mas a capacidade instalada acompanha tal subida, conforme demonstra a Fundação Getúlio Vargas FGV em seu estudo sobre o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI). A NUCI chegou aos 81,5% em maio, uma elevação de 0,4 p.p, em relação ao mês de abril com dados dessazonalizados, oscilando ainda no patamar 81% ,como aponta a CNI.

Estes dados não preocupam o Comitê de Política Monetária, que prossegue com a sua redução gradual da taxa básica de juros da economia (taxa SELIC) iniciada em setembro de 2005. "Os dados referentes à atividade econômica sugerem expansão em ritmo condizente com as condições de oferta ao longo dos próximos trimestres, com baixa probabilidade de que observemos pressões significativas sobre a inflação" (BACEN, ATA DO COPOM-120º REUNIÃO). Sem perigo de inflação de demanda e mesmo com um relativo horizonte de inflação de oferta (custos), materializado no preço elevado das commodities, em especial, do petróleo, além de uma possível diminuição da liquidez internacional, o BACEN está permitindo que a economia cresça um pouco mais. Fenômeno evidenciado na redução de 0,5 p.p. na taxa SELIC, de 15,25% para 14,75%, demonstrando expressamente que o impacto da política monetária no conjunto da economia tem uma certa defasagem temporal.

Outro dado relevante refere-se à melhora na composição dos dados da indústria, tal seja, o incremento mais difundido entre os diferentes setores industriais. A produção de bens intermediários, que apresentava de-

Tabela 2
Índices conjunturais da indústria, Brasil: maio/2006

Bens intermediários por atividade	Acumulado (1)		
	Jan-Mar	Jan-Abr	Jan-Maio
Indústrias Extrativas	113,30	111,03	110,07
Alimentos	96,37	95,09	98,92
Têxtil	104,96	102,51	102,70
Celulose e papel	103,24	103,82	103,47
Refino de petróleo e produção de álcool	102,65	103,86	103,79
Outros produtos químicos	99,38	98,73	98,54
Borracha e plástico	105,06	103,00	102,85
Minerais não metálicos	103,55	101,45	101,99
Metalurgia básica	98,40	98,49	99,95
Produtos de metal	93,97	92,73	93,65
Veículos automotores	100,14	98,22	100,54
Demais Atividades*	104,93	101,27	101,76

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

sempenho negativo por um vasto período, subiu 1,9% em maio, com relação a abril de 2006, e acumula no ano somente 2,1% de incremento, demonstrando uma melhora nas condições de produção ainda que pontual (mês de abril). Entretanto, este fenômeno aparenta continuar paulatinamente ocorrendo. Conforme a tabela a seguir, percebemos que setores relacionados à atividade extrativista mineral tiveram uma melhora sensível juntamente com alimentos e veículos automotores.

Refletindo, assim, uma utilização maior de insumos minerais, principalmente metálicos, tanto interna quanto externa. Internamente, a utilização por parte da indústria de bens duráveis, em especial, o setor de eletroeletrônicos e a utilização pela construção civil. Externamente, a demanda de países emergentes, como a China e a Índia, continua elevada, além de países desenvolvidos que estão com sua economia, de modo geral, aquecidas.

Foi posto como um dos fatores de aumento da indústria de bens intermediários o alto nível de produção da indústria de bens de consumo duráveis, o que pode parecer contraditório com a pequena redução mensal de 0,3% de maio, frente a abril de 2006. Todavia, deve-se vislumbrar que este segmento industrial tem tido grande crescimento no ano 10,2% e acumula 9,5% nos últimos doze meses. O grau de dinamismo do segmento permite que se relativize essa queda mensal que está associada à diminuição da produção de celulares (-17,4%) frente à produção de maio de 2005.

Já os bens de bens de capital superam em 5,9% a produção de maio de 2005, graças aos subsetores: energia elétrica (38,1%), construção (24,6%), transporte (7,2%) e bens de capital para uso misto (3,3%). Os bens de capital agrícolas continuam em queda (-8,8%) acompanhando o resultado fraco do setor agrícola e a baixa expectativa futura do setor, estando há vinte e um meses consecutivos em queda. Máquinas e equipamentos para fins industriais tiveram uma queda (-0,8%), devido, entre outros fatores, à valorização do câmbio.

Os bens de capital agrícolas continuam em queda (-8,8%) acompanhando o resultado fraco do setor agrícola e a baixa expectativa futura do setor, estando há vinte e um meses consecutivos em queda

Segundo o IBGE, o segmento de bens de consumo semi e não duráveis subiu em 4,9% frente a maio de 2005, "influenciado pela performance dos subsetores de alimentos e bebidas elaborados para consumo doméstico (6,4%) e outros não duráveis (5,2%), com destaque para os itens refrigerantes e jornais, respectivamente". Estando, pois, refletido a melhora do nível de renda das classes menos abastadas (classes D e E), já contemplando o recebimento do salário mínimo reajustado acima da inflação.

Vale ressaltar que o crescimento do setor da construção civil tem efetivamente ocorrido. Porém, segundo alguns especialistas do setor, o fenômeno não teria o peso que se previa, haja vista que ele se encontra à revelia da classe média. Esta tem perdido poder aquisitivo desde a implantação do Plano Real, em 1994, e não está, de modo geral, "surfando na onda" imobiliária. O crescimento, então, localiza-se no "efeito formiga", reformas e construções das classe de baixa renda e também no consumo suntuário e na aplicação patrimonial das classes abastadas, que não têm um déficit habitacional relevante.

Os dados regionais apontam na mesma direção de consolidação do crescimento da produção industrial , conforme a Tabela 3 a seguir.

Tabela 3
Produção industrial regional, Brasil: maio/2006

Locais	Taxa de variação (%)		
	Mensal	Acumulado	
		Jan - Mai	12 meses
Amazonas	-5,7	1,7	5,3
Pará	17,9	13,2	7,1
Região Nordeste	4,9	3,3	1,5
Ceará	4,9	7,2	-1,2
Pernambuco	5,0	4,5	3,9
Bahia	6,6	6,3	5,4
Minas Gerais	8,5	5,8	5,8
Espírito Santo	5,0	2,6	0,7
Rio de Janeiro	4,3	3,9	2,8
São Paulo	6,7	4,0	3,0
Paraná	0,9	-4,3	-3,0
Santa Catarina	2,7	-0,7	-3,0
Rio Grande do Sul	-1,9	-3,2	-3,5
Goiás	9,3	1,7	1,6
Brasil	**4,8**	**3,3**	**2,6**

Fonte: IBGE

Em quatorze estados pesquisados, doze apresentaram resultados positivos. Os dois estados que apresentaram desempenho negativo foram Rio Grande do Sul e Amazonas.

O primeiro – Rio Grande do Sul – evidencia perdas relativas à atividade industriais ligadas ao campo e atividades exportadoras sensíveis ao câmbio. A indústria gaúcha retrocedeu 1,9% no mês de abril. Os piores desempenhos foram das atividades de fumo (-10,8%), calçados e artigos de couro (-10,3%) e máquinas e equipamentos (-15,0%), cujos itens que mais retrocederam foram: fumo processado; calçado de material sintético; e aparelhos de ar condicionado, respectivamente.

O segundo – Amazonas – teve um queda mensal de 5,7%, valor bastante relevante, e continua, apesar deste dado, com uma expansão anual 1,7% e uma alta de 5,3% nos últimos doze meses. Este resultado mensal foi influenciado pela diminuição em material eletrônico e equipamentos de comunicações (-18,2%), setor que apresenta individualmente o maior peso na estrutura industrial desse estado. Segundo o IBGE, "uma queda na produção explicada por uma combinação de fatores: queda nas exportações de telefones celulares em maio de 2006, redução nas importações de componentes, em decorrência da greve na Receita Federal e uma base de comparação elevada, por conta da maior produção em maio de 2005", redundariam nas causas de tal recuo.

O grande destaque continua sendo o Pará, com um crescimento "chinês" perene e o único na casa de dois dígitos. Por essa razão, a análise elaborada neste estudo vai centrar-se sobre esse estado a partir de agora, com o objetivo final de relacionar sua estrutura produtiva com a nacional e verificar os dilemas que se colocam para ambos.

O Estado do Pará

O estado do Pará teve um crescimento do PIB, de 1998 até 2003, de 32% frente aos 13% do Brasil, um crescimento médio de 5,33%. O estado acumula um incremento de 7,1% nos últimos 12 meses, 13,2% até maio de 2006 e impressionantes 17,9%, em relação ao mesmo período do ano anterior. De acordo com o site do governo do Estado "a nova base produtiva do Pará está calcada em três grandes áreas: agroindústria, verticalização da produção mineral e turismo". Todavia, torna-se inegável que o dinamismo econômico tem como propulsor a indústria extrativista mineral. A indústria correspondia a 35% do PIB paraense enquanto que os serviços e comércio representavam ainda 41% e a agropecuária 24%, em 2003. A proporção da indústria está historicamente crescendo na composição do PIB estadual, tendo em vista sua formação histórica agrícola.

De acordo com o site do governo do Estado "a nova base produtiva do Pará está calcada em três grandes áreas: agroindústria, verticalização da produção mineral e turismo"

A idéia de verticalização industrial está associada à agregação de valor internamente ao estado, ampliando a cadeia produtiva e arrefecendo a exportação de minério em estado bruto. A verticalização tem tido alguns avanços, ressaltando-se, dentre esses, a criação do maior complexo de alumina e alumínio do País, em Barcarena (próximo a Belém). Por outro lado, pode-se afirmar que a verticalização ainda é mais um projeto governamental do que uma realidade generalizada. Isto, entretanto, não tira o mérito de se pensar uma diversificação da produção e uma difusão da renda de forma mais abrangente na economia, haja vista que estamos tratamos de um estado pobre como o Pará.

Para se ter uma idéia do tamanho do problema socioeconômico daquele estado: 58 % da população recebe até dois salários mínimos, sendo 31% até um salário mínimo, 12% da população com dez anos ou mais de idade não têm instrução, ou têm menos de um ano de estudo e 18% da população com cinco anos ou mais de idade é analfabeta (fonte PNAD 2004- IBGE). Um estado como esse não pode se dar o luxo de crescer sem distribuir renda de forma mais equânime, o que não vem acontecendo até agora.

A agricultura tradicional continua tendo força no Pará e novas culturas têm sido introduzidas e aliadas à indústria local como a produção de óleo de palma, sucos, polpas de frutas, fibra de cocos, soja e derivados. Os serviços continuam tendo certa preponderância, mas têm crescido os serviços relacionados à produção e espera-se o incremento em serviços turísticos tanto de negócios como o turismo ecológico,

porque, segundo OEA (Organização dos Estados Americanos) o estado do Pará concentra 49% das atrações naturais da Amazônia.

Outra questão relevante que se coloca nesse estado é desconcetração da produção e da renda: 40% de todo o PIB do Pará são gerados na mesorregião metropolitana de Belém. O sudeste do estado tem crescido com investimentos industriais e em agropecuária, todavia o estado ainda concentra sua produção. Estas duas messoregiões são as mais dinâmicas do Pará e, mesmo internamente a elas, há bastante disparidades socioeconômicas, tal seja, um crescimento centralizado e voltado para a demanda externa ao estado.

O crescimento industrial paraense é superior ao brasileiro, em 2004 e 2005, 10,4% e 3,8% frente aos 8,3% e 3,1% nacionais, respectivamente

O crescimento industrial paraense é superior ao brasileiro, em 2004 e 2005, 10,4% e 3,8% frente aos 8,3% e 3,1% nacionais, respectivamente. O crescimento mais expressivo refere-se à indústria extrativista, cuja principal empresa incentivadora e que, segundo especialistas, participa de todos o projetos relevante na área é a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Para dimensionar o tamanho deste incentivo, a receita operacional bruta da CVRD foi de R$ 35,3 bilhões em 2005 e, neste mesmo ano, ela produziu 96,2 milhões de toneladas de minérios e derivados. Estes dados devem ser muito relativizados por não se reportarem somente ao estado do Pará, pois a CVRD é uma transnacional que atua em diversos locais e segmentos como agricultura, logística, produtos químicos e combustíveis. No entanto, a indústria como um todo cresceu no estado. Os segmentos de Comunicações, a Indústria de Transformação de forma generalizada e os Serviços de Utilidades Pública (SIUP) têm apresentado bons resultados.

A efervescencia industrial tem ajudado o Pará a crescer, no entanto sem uma efetiva distribuição de renda, sem uma melhora nas condições de vida, sem desenvolvimento. Como aponta Celso Furtado em seu artigo “Os desafios da nova geração”,“...o desenvolvimento se caracteriza pelo projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento”.

No Brasil, o pequeno aquecimento do mercado interno tem vazamentos de renda relevantes, pois a importação de produtos industrializados continua aumentando

No Brasil, o pequeno aquecimento do mercado interno tem vazamentos de renda relevantes, pois a importação de produtos industrializados continua aumentando. A importação de bens de consumo duráveis e semi e não duráveis aumentou mais que proporcionalmente no início deste ano. Setores manufaturados mais sensíveis ao câmbio e à concorrência asiática, em especial, a chinesa, sofrem com a valorização do Real. As compras externas de artigos de vestuário, madeira, calçados e têxtil subiram, respectivamente, 23%, 13%, 7% e 39%, enquanto que a produção nacional caiu, respectivamente, 6,8%, 8%,4,5% e subiu 2,5%, de janeiro a abril de 2006. Os dados da CNI e do IBGE ratificam esta análise.

A previsão de crescimento do Ipea para o PIB foi refeita de 3,4% para 3,8%, com uma contribuição da demanda interna em 4,7% e externamente uma redução de 0,9%. A indústria continua puxando o incremento com 4,8% de variação até março deste ano, frente aos 3,3% da agropecuária e 2,5% de serviços. Ressalta-se, entretanto, o aumento da capacidade instalada representado na rubrica investimento, juntamente com o investimento meramente de reposição. O Ipea prevê para este ano 20,5% do PIB de investimento contra os 19,7% de 2005. Tanto com o aumento da Formação Bruta de Capital Fixo- FBCF- (7,8% no 1º trimestre) quanto com o incremento da construção civil, porém valor ainda abaixo dos 25% do PIB sugeridos como prudente por alguns teóricos da macroeconomia. Dado que reafirma a crítica da CNI sobre o limitado investimento e a deterioração fiscal que impedem investimentos públicos.

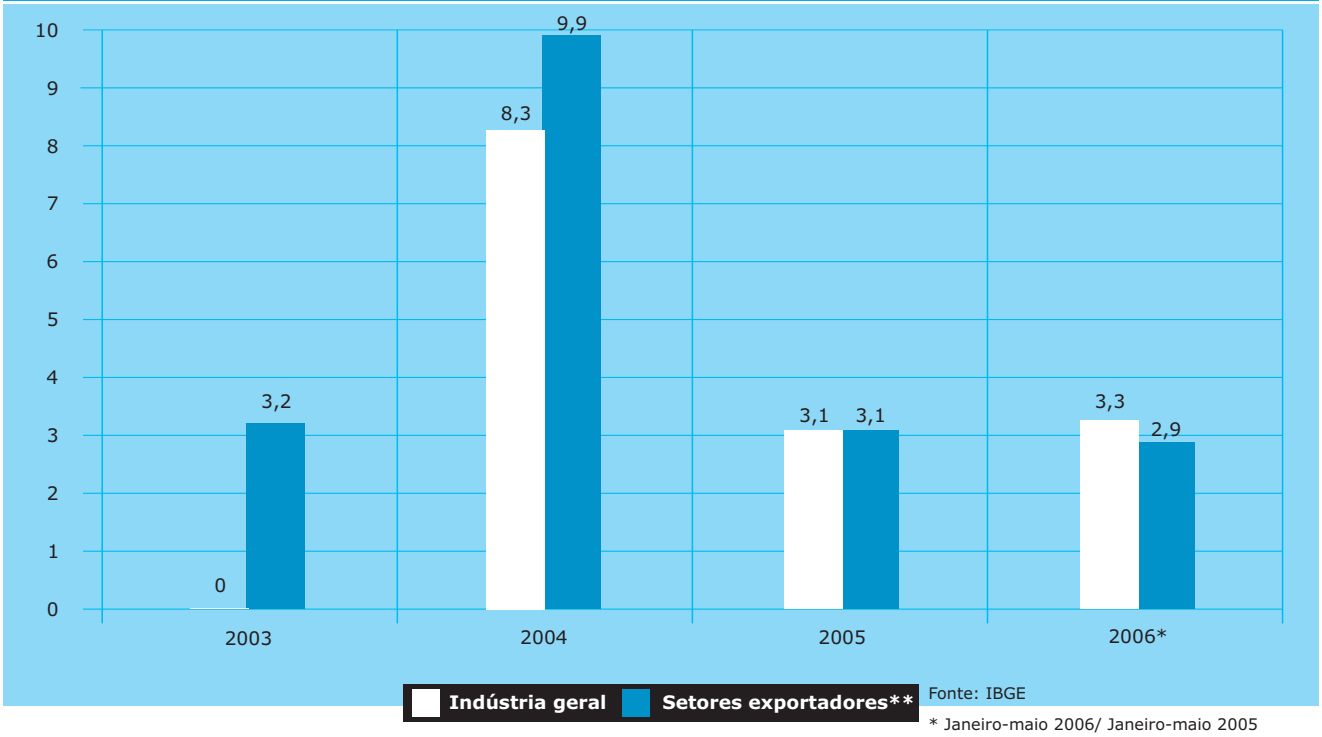
Um dado positivo é que a produtividade nacional está subindo em 2006. Até o mês de abril o crescimento acumulado em 2006 foi de 3,2%, haja vista que a produção cresceu 2,9% enquanto houve uma queda de 0,3% nas horas trabalhadas. Ao contrário do que ocorreu em 2004 e 2005, em que a maior eficiência teve como motivo o crescimento da produção relativamente superior ao incremento das horas de trabalho, isto é, ambas cresceram. A produtividade crescente foi impulsionada especialmente pela indústria extrativista nacional que cresceu 10% em produtividade; o estado do Pará demonstra em crescimento esta melhora de eficiência. Já a indústria de transformação nacional subiu apenas 2,78% em produtividade.

Esta produtividade crescente apresenta diversas configurações a depender do ramo de atividade estudado. Indústrias intensivas em capital e setores mais dinâmicos ligados à exportação tiveram um aumento de produção proporcionalmente muito maior que o requerido aumento de horas trabalhadas. Os setores de vestuário, calçados e madeira tiveram maior eficiência técnica devido à redução proporcionalmente maior em trabalhadores (horas trabalhadas) do que a produção. Vale salientar que a capacidade instalada, como já afirmado anteriormente, ainda está em patamares bastante aceitáveis e o aquecimento da demanda não ameaça levar a um processo inflacionário, como argumenta o BACEN. Logo, este aumento de produtividade pode refletir a necessidade de melhorar a competitividade nacional em um processo de liberalização crescente e câmbio favorável às importações.

Vale salientar que o gráfico a seguir demontra que, pela primeira vez, desde o processo de crescimento das exportações pós-desvalorização cambial de 1999, consolidado em 2001, a indústria, como um todo, cresceu mais que os setores exportadores. Apesar de refletir um arrefecimento relativo à produção destinada à demanda externa, o dado corresponde a uma média que reflete discrepâncias dentro do segmento exportador. Setores mais sensíveis ao câmbio e à concorrência voraz externa acumulam perdas, enquanto setores cuja cotação dos preços internacionais está em patamares elevados (como o segmento produtor de commodities) têm, em geral, incrementos, mesmo que percam em quantidade exportada, ganham em receita auferida.

Algo semelhante ao que ocorre no estado do Pará é verificado no Brasil. A centralização da produção industrial na região Sudeste (55% do PIB em 2003) e

Gráfico 1
Índice acumulado no ano: Brasil, 2003-2006



Fonte: IBGE

* Janeiro-maio 2006/ Janeiro-maio 2005
** Com coeficiente de exportação superior ao da média industrial (20,4%), conforme análise de resultados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) - Empresa 2004

a concentração da produção em regiões litorânea e em regiões metropolitanas, são próprias da formação histórica colonialista agroexportadora (cana-de açúcar e café) e da colonização belicosa voltada para a defesa das metrópoles concorrentes. Os índices relativos à qualidade de vida da população são bastante baixos e o crescimento brasileiro pós-plano real (1994), que foi pífio, não se reverteu plenamente em desenvolvimento. Portanto, com a melhora das condições macroeconômicas, com um maior aquecimento da demanda interna, melhora do nível de renda e emprego, refletido em leve e incipiente crescimento industrial mais consistente, a questão que se coloca ao Brasil e ao estado paraense é como crescer mais (continuar crescendo) e, ao fazê-lo, como convertê-lo em desenvolvimento. Como aumentar o investimento privado em níveis que permitam maior expansão do nível de atividade, como incrementar o investimento público com um orçamento público limitado, contigenciado e deficitário, e mais, como manter a sinergia exportadora com uma demanda externa que não sinaliza manter um nível tão alto por muito tempo e com o câmbio sobrevalorizado?

Referências

BACEN. *Ata do COPOM (120ª reunião)*. Disponível em: http://www.bc.gov.br/?COPOM120. Acesso em: 27 jul. 2006.

CVRD. Disponível em: <http://www.cvrd.com.br/cvrd/media/CVRD_RA_2005.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2006.

DURÃO, Vera Saavedra. Ipea projeta investimento de 20,5% do PIB este ano. Valor. 8 jun. 2006. p. A3.

FURTADO, Celso. "Os desafios da nova geração" *Revista de Economia Política*. v.24, n.4 (96) out.dez. 2004, pp. 483-486.

GOVERNO DO PARÁ. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?idb2002/b01.def>. Acesso em: 20 jul. 2006.

INDICADORES CONJUNTURAIS – CNI. Disponível em: <http://www.cni.org.br/f-ps-info-conj.htm> . Acesso em: 23 jul. 2006.

LAMUCCI, Sérgio. Setores expandem capacidade de oferta. Valor. 19 jul. 2006. p. A3.

LAMUCCI, Sérgio e SALGADO, Raquel. Importação cresce mais e tira espaço da produção local. Valor. 7 jun. 2006 p. A3.

NOTAS ECONÔMICAS – CNI. Disponível em: <http://www.cni.org.br/f-ps-info-conj.htm.> Acesso em 23 jul. 2006.

O PARÁ. Disponível em: <http://www.pa.gov.br/noticias2005/11_2005/18_02.asp>. Acesso em: 19 jul. 2006.

PNAD ESTADOS. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pa&tema=pnad&titulo=Popula%E7%E3o%20e%20Domic%EDlios%20-%20PNAD%202004 <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pa&tema=pnad&titulo=Popula%E7%E3o e Domic%EDlios - PNAD 2004>. Acesso em: 20 jul. 2006.

Produto Interno Bruto do Brasil a preços correntes, por Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2000-2003. Disponível em: http://www.ibge.com.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2003/tabela02.pdf . Acesso em: 24 jul. 2006.

SALGADO, Raquel. Produtividade sobe 3,2% até abril. Valor. 16, 17 e 18 jun. 2006. p. A3.

SANTOS, Chico. Pará cresce em ritmo chinês sem ganho equivalente na área social. Valor. 22 jun. 2006. p. A2.

TURISMO NO PARÁ. Disponível em: <http://www.pa.gov.br/turismo/index_novo2.asp> . Acesso em: 19 jul. 2006.

www.sei.ba.gov.br

Informação a um só **clic**

Através do site da SEI você fica por dentro das mais relevantes informações socioeconômicas e geoambientais dos Estado. Pesquisas, publicações, indicadores - PIB, PED IPC entre outros - limites municipais, cartogramas e o banco de dados da SEI estão ao seu alcance. Navegue e conheça a Bahia de perto. Um canal de comunicação aberto para você.

SEI

SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA

Âncora cambial: o fundamento da estratégia da equipe de Palocci

Nilson Araújo de Souza*

O objetivo deste trabalho é analisar os fundamentos da gestão econômica da equipe de Antônio Palocci. Arrancamos nossa análise da constatação de que a equipe palocciana herdou do governo anterior a idéia do primado da estabilidade monetária sobre o desenvolvimento. E, mais que isso, também herdou, como política de combate à inflação, o "sistema de metas de inflação".

Nesse sistema, caberia à política monetária a responsabilidade principal pela gestão antiinflacionária, sendo a taxa de juros seu principal instrumento. É a chamada "âncora monetária". Daí decorre a "necessidade" de praticar elevados superávits primários nas contas públicas, como forma de garantir o pagamento dos encargos financeiros derivados da política de juros altos. Trata-se da "âncora fiscal".

A combinação dessas duas "âncoras" promove a forte atração de capitais especulativos externos, aumentando a oferta interna de dólares e provocando, em conseqüência, o barateamento dessa moeda, ou, dito de outra forma, a valorização do Real. É a velha "âncora cambial" que foi, ao mesmo tempo, "âncora" e calcanhar-de-aquiles do Plano Real. Demonstramos, neste artigo, que, ressuscitando as bases do antigo Plano Real, a "âncora cambial" tem sido o fundamento da política de combate à inflação da gestão Palocci, ainda que o instrumento central para criar essa "âncora" seja a política monetária. O objetivo central desta não seria, portanto, a contenção da demanda ou o refinanciamento da dívida pública, como se propaga, mas a valorização da nossa moeda.

Demonstramos que a valorização do Real tem mantido a inflação sob controle, mas, simultaneamente, já começou a engendrar as seqüelas típicas da época do Real, tais como deterioração das contas externas e desaceleração da economia. Por fim, constatamos que a política macroeconômica baseada nessas três "âncoras", se consegue manter momentaneamente a inflação sob controle, impede o crescimento auto-sustentado, além de provocar fortes vulnerabilidades na economia.

A valorização do Real tem mantido a inflação sob controle, mas, simultaneamente, já começou a engendrar as seqüelas típicas da época do Real, tais como deterioração das contas externas e desaceleração da economia

O fantasma da "âncora cambial"

A mais importante decorrência da política de juros e superávites primários elevados vem sendo o retorno do fantasma, já tão nosso conhecido, da sobrevalorização externa da nossa moeda. Lembremo-nos de que a sua valorização durante o primeiro mandato de FH levara à explosão das contas externas e internas, ao sucateamento de parcela importante da nossa indústria, ao estancamento da economia, ao aumento do desemprego, enfim, ao colapso financeiro do país, forçando o governo a, no apogeu da crise, em janeiro de 1999, desvalorizar o Real. Pois bem, em termos reais, isto é, descontada a inflação do Brasil e dos seus principais parceiros comerciais, estávamos, ao final de 2004, com o Real mais valorizado do que na véspera do colapso de janeiro de 1999[1]. Nos dois primeiros

* Doutor em Economia pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), com Pós-Doutoramento na USP; professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação da Universidade Ibirapuera (UNIb). araujonilson@terra.com.br.

[1] Estudo feito pela Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior - FUNCEX, em novembro de 2004, mostra que, diante de uma cesta de 13 moedas de outros países, em outubro daquele ano o Real estava 2,1% mais alto do que em dezembro de 1998. Só ao longo de 2004 o Real acumulou uma valorização de 12,6% em relação a essa cesta de moedas. E vejam que em outubro de 2004 o Dólar ainda não havia chegado aos R$ 2,10 do começo de 2006.

anos de governo Lula, o Dólar caiu, em termos reais, 32% em relação ao Real[2]. E não nos esqueçamos de que esse processo prosseguiu ao longo de 2005: o Dólar caiu mais 17% até setembro.

Essa revalorização do Real não se deve apenas aos juros elevados, mas, como observaremos, estes vêm tendo o papel principal. Os neoliberais alegam que o valor das moedas é estabelecido pelo mercado, desde que se as deixem flutuar. Por outro lado, as autoridades econômicas brasileiras procuram nos convencer – e convencer a si mesmas – de que não se pode fazer muita coisa para evitar a sobrevalorização do Real porque essa queda do Dólar faz parte de um movimento mais geral, já que essa moeda tem caído diante de todas as principais moedas do mundo. De fato, esse movimento existe, e se explica, sobretudo, pelo crescimento dos chamados déficits gêmeos dos EUA (combinação do déficit público com o déficit externo)[3], o que exige a demanda de recursos externos (da Europa, do Japão, da China e dos "tigres asiáticos") para financiá-los. Essa maior demanda de moeda estrangeira pelos EUA força o enfraquecimento da moeda estadunidense. Essa é apenas parte da verdade, já que a valorização do Real diante do Dólar é maior do que a de outras moedas. Assim, como vimos anteriormente, o Real está se valorizando não apenas em relação ao Dólar, mas a uma cesta de moedas dos 13 principais países com os quais o Brasil comercializa[4]; além disso, segundo estudo da FIESP, o Real foi a segunda moeda que mais se valorizou em relação ao Dólar. De maio de 2004 a janeiro de 2005, acumulou valorização de 16,4%, atrás apenas da Polônia, cuja moeda valorizou-se 18,4% - nesse estudo, caso o nível de valorização do Real fosse dentro da média dos demais países, a cotação do Dólar no começo de fevereiro de 2005 seria de R$ 2,86, e não de R$ 2,60, como estava (Cardoso, 2005: B5).

Então, existem razões relacionadas ao Brasil que provocam esse movimento. Certamente, como aduzem os tecnocratas do Banco Central (BC) – e a mídia repete à exaustão –, os enormes superávites comerciais obtidos nos primeiros 31 meses do atual governo (acumulando um total de US$ 83,2 bilhões) e a entrada de recursos sob a forma de "investimento direto estrangeiro" – em torno de US$ 38,9 bilhões – (Banco Central do Brasil, 2005)[5] ajudam a explicá-lo. Por duas razões: de um lado, porque produzem o aumento da oferta de Dólar no mercado interno e, de outro, porque garantem aos que trazem seus dólares para aplicar no Brasil que, assim que quiserem retornar à esfera internacional ou à sua origem, poderão contar com dólares suficientes para fazer o câmbio. Mas é uma explicação parcial. Os dólares provenientes dos superávites comerciais, por exemplo, entram por uma porta e saem por outra, engolidos pelos encargos do passivo externo (juros, lucros, dividendos) e pelos demais encargos da balança de transações correntes (turismo, frete, *royalties*), além de amortização de dívida externa, inclusive de forma antecipada, como vem sendo feito. Referimo-nos às antecipações de amortização de dívida feitas ao FMI e aos Bancos Centrais associados ao Clube de Paris.

No entanto, o fato principal que vem garantindo a atração de capitais estrangeiros, sobretudo em sua forma especulativa, é a combinação de juros elevados com superávites primários também elevados. Assim, os especuladores contam que, além dos elevados ganhos para suas aplicações em títulos do governo, podem receber parte significativa desses ganhos e, além disso, convertê-los em dólares quando quiserem retornar à esfera internacional. Nos primeiros sete meses de 2005, entraram, sob essa forma, no País, US$ 27,77 bilhões (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2005b). Como se trata de um capital mundano, sem paradeiro certo, e, além disso, de alta rotatividade, ele vai e volta: evadiram-se no mesmo período US$ 24,51 bilhões (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2005b). Mas, como o

O Real está se valorizando não apenas em relação ao Dólar, mas a uma cesta de moedas dos 13 principais países com os quais o Brasil comercializa[4]

[2] Em dezembro de 2002, US$ 1 custava R$ 3,53. Se fizermos incidir sobre essa taxa de câmbio a inflação brasileira de 2003 e 2004 (17,92% pelo IPCA) menos a inflação estadunidense do mesmo período (de 5,24% pelo seu IPC), a taxa deveria ser de R$ 3,98 em dezembro de 2004. No entanto, nessa época, chegamos a uma taxa de R$ 2,70 – portanto, uma desvalorização real do Dólar de 32%.

[3] O déficit comercial dos EUA em 2004 atingiu a cifra recorde de US$ 617,7 bilhões, superior em 24,4% ao déficit registrado em 2003 (cf. "Déficit comercial dos EUA atinge recorde de US$ 617,7 bi em 2004". In Folha Online - Dinheiro. Acesso: 10/02/2005, 12h29m).

[4] Ver nota 1 deste texto.

[5] Registre-se, para relembrar, que esses capitais têm vindo, não tanto para aumentar a capacidade produtiva da economia, mas basicamente para abocanhar o patrimônio nacional.

ingresso tem sido maior do que as saídas, o resultado vem sendo o barateamento do Dólar.

Fica evidente que o movimento da taxa de câmbio não está diretamente relacionado com "forças de mercado". Sua queda recente resulta de uma política deliberada do governo, que, ao praticar juros e superávites primários elevados, atrai capitais especulativos externos na forma de dólares, provocando seu enfraquecimento. Pode-se ver, na Tabela 1, a sincronia entre a elevação da taxa Selic e a queda da taxa de câmbio desde que começou o movimento de subida dos juros, em setembro de 2004.

exemplo: quando a moeda estadunidense estava a R$ 2,70, com US$ 1.000,00 o especulador estrangeiro, ao entrar no Brasil, comprava R$ 2.700,00; ao sair, se o Dólar estivesse a R$ 2,25, com os mesmos R$ 2.700,00 ele iria comprar US$ 1.200,00. Ganharia, dessa forma, 20% no câmbio, além do ganho que obteria com os juros. A valorização do Real é, pois, um instrumento de favorecimento dos aplicadores internacionais em títulos brasileiros. Recentemente, eles receberam um novo privilégio, com a isenção de imposto de renda sobre seus ganhos com a aplicação em títulos do Governo.

Quadro 1
Comportamento da Selic e da taxa de câmbio: Brasil, Set/2004 – Fev/2005

Data definição Selic	01.09.04	15.09.04	20.10.04	17.11.04	15.12.04	19.01.05	16.02.05
Taxa Câmbio (R$/US$)	2,933	2,902	2,872	2,762	2,725	2,711	2,563
Taxa Selic (%)	16,00	16,25	16,75	17,25	17,75	18,25	18,75

Fonte: Banco Central do Brasil

A área econômica do governo tem utilizado a sobrevalorização do Real como seu principal instrumento de combate à inflação, fazendo renascer a chamada "âncora cambial", pois com Dólar barato os produtos importados também ficam baratos, pressionando a estrutura de preços internos para baixo. Não se pode deixar de reconhecer o quanto há de consciente nessa atitude, pois o FMI, que tem funcionado como "consciência" da área econômica do governo, revelou estar apostando no uso desse instrumento de combate à inflação: em seu relatório anual sobre o Brasil, divulgado em 25 de março de 2005, afirma, entre outras coisas, que "a recente valorização do Real e o aumento das taxas de juros" devem ajudar a derrubar a inflação nos próximos meses (RELATÓRIO..., 2005).

Os objetivos não declarados do FMI, na verdade, parecem ser outros. Para o Fundo, tanto faz se a inflação está alta ou baixa. O que lhe interessa, como monitor das finanças internacionais, é que as políticas adotadas favoreçam aos interesses objetivos da banca internacional. Neste caso, com a valorização do Real, o especulador estrangeiro, além de ganhar com os juros elevados, também ganha com a taxa de câmbio. Isto porque, ao levar seus capitais do País, na fase em que o Dólar estiver mais barato, consegue comprar mais dólares do que trouxe. Por

Os reflexos da "âncora cambial" nas contas externas

Além disso, com a "âncora cambial", podem retornar os problemas que já se tornaram comuns : em primeiro lugar, na balança comercial, com o aumento desordenado das importações e a limitação ao crescimento das exportações, podendo trazer de volta os déficits comerciais, com seu conseqüente impacto no aumento da vulnerabilidade externa; em segundo, nas finanças públicas, pois a manutenção de juros elevados ,como forma de atrair capitais externos destinados a cobrir eventuais déficits na balança comercial provoca o aumento dos encargos financeiros da dívida pública; terceiro, na estrutura produtiva interna, ao substituir produção interna por produção importada e prejudicar os setores exportadores; em quarto lugar, no nível de emprego, que seria afetado pela queda ou estancamento da atividade econômica.

As importações já começaram a evidenciar sinais dessa situação: em 2003, devido à estagnação da economia, elas praticamente estacionaram – cresceram apenas 2,22% -, mas em 2004, quando a economia começou a reagir, subiram 30%, retornando ao recorde de US$ 62,78 bilhões alcançados, em 1997 ,por

conta da sobrevalorização do Real[6]. Em 2005, o ritmo de expansão das importações seguiu elevado (17%). Teve certa redução em relação ao ritmo de 2004 em face da desaceleração da economia: o PIB, que crescera 4,9% em 2004, atingiu apenas 2,3%, em 2005. Mas, em 2006, voltou a registrar crescimento, chegando a 20% no primeiro bimestre.

As exportações, ainda que mais lentamente, já começaram a sofrer o impacto do Real valorizado: depois de um registro de crescimento da ordem de 21% de 2002 para 2003, chegando a atingir 32% em 2004, tiveram o ritmo reduzido para 22,65% em 2005 e 16%, no primeiro bimestre de 2006 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2003, 2004, 2005a, 2006). Continuaram crescendo a um ritmo elevado, mas o ritmo de expansão foi reduzido. A continuidade da expansão tem levado os defensores do Real valorizado a profetizarem que, desta vez, não haverá problema com as exportações; não se repetirá o cenário do Plano Real. Não percebem que os efeitos do Real valorizado sobre as exportações, por um lado, se manifestam retardatariamente[7] e, por outro, estão sendo, por enquanto, compensados por fatores alheios à política cambial de Palocci-Meireles e que, como discutiremos adiante, têm seus limites. Referimo-nos basicamente a dois fatores: 1) à política de diversificação comercial adotada pelo governo Luís Ignácio Lula da Silva, combinada com o fato de que essa diversificação tem procurado mercados cujas moedas também se valorizaram em relação ao Dólar, ainda que não na mesma proporção da moeda brasileira; 2) o forte crescimento (para os padrões recentes) da economia mundial a partir de 2003, que vem provocando uma ainda mais forte expansão do comércio internacional. Estimativas dão conta de um crescimento de 15% das exportações mundiais e 20,4% nas dos países em desenvolvimento, na primeira metade de 2005 (INSTITUTO..., 2005: 1). Além disso, deve-se computar o artifício adotado pelos exportadores, corporificado nos chamados Adiantamentos de Contrato de Crédito, que consiste em antecipar empréstimos internacionais para financiar as exportações, cujos recursos são aplicados no mercado financeiro interno a juros mais elevados, permitindo que recuperem na arbitragem dos juros o que perdem com a valorização do real.

As exportações, ainda que mais lentamente, já começaram a sofrer o impacto do Real valorizado

Equipe econômica usa "âncora cambial" para combater inflação

Aparentemente, a equipe do BC tem buscado combater a inflação mediante a contenção da demanda resultante do aperto monetário e fiscal. Mas essa contenção não necessariamente garante a queda da inflação. Numa situação de elevado grau de cartelização da economia, o corte da demanda só consegue derrubar a inflação se puder provocar uma recessão tão violenta que impeça os cartéis de reajustarem seus preços como forma de compensar a queda da demanda. No entanto, como poderemos observar, não houve essa recessão no período: ocorreu estagnação econômica no primeiro ano do atual governo, recuperação da economia no segundo e desaceleração no terceiro. Apesar disso, a inflação cedeu. Acreditamos que isso se deveu não à queda da demanda, mas à incorporação ao receituário antiinflação da "âncora cambial", que, ao favorecer a entrada de produtos importados baratos, impediu a remarcação de preços pelos grupos cartelizados, à exceção dos que controlam os setores com preços administrados, que têm seus reajustes garantidos por contrato.

A equipe do BC tem buscado combater a inflação mediante a contenção da demanda resultante do aperto monetário e fiscal

[6] Em 1997, um ano antes do estouro do Real, as importações haviam alcançado U$ 61,35 bilhões, maior nível atingido até então (Fonte: Banco Central do Brasil).

[7] Na opinião do economista da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (FUNCEX), Fernando Ribeiro, o impacto da valorização do real sobre as exportações é retardado, na medida em que a maioria das empresas fecha contratos com prazos de seis meses a dois anos, utilizando uma cotação do dólar preestabelecida – no caso recente do Brasil, mais elevada do que a atual. É importante registrar que a aceleração da valorização do Real ocorreu, como vimos na tabela anterior, a partir de setembro de 2004 – portanto, seus efeitos ainda não se fizeram sentir inteiramente nas vendas externas.

Na verdade, como o recrudescimento inflacionário de fins de 2002 decorreu, sobretudo, da forte valorização do Dólar, que, ao subir 52% naquele ano, chegando a atingir R$ 4,00 em alguns momentos, encareceu violentamente em Real os produtos importados e os preços internos dos produtos exportados, foi a derrubada dessa moeda que conteve a escalada da inflação. Como vimos, o Dólar caiu de R$ 3,53 ,em dezembro de 2002, para R$ 2,70 em dezembro de 2004, acumulando uma queda real de 32%, e seguiu caindo em 2005[8]. Nesse sentido, a elevação dos juros e do superávit primário contribuiu para derrubar a inflação, não principalmente porque haja contido a demanda interna – até porque a inflação não era de demanda -, mas porque derrubou o valor do Dólar. Tanto é assim que, mesmo após a demanda interna ter voltado a crescer em 2004, a inflação seguiu caindo em compasso com a queda do Dólar.

A elevação dos juros e do superávit primário contribuiu para derrubar a inflação, não principalmente porque haja contido a demanda interna – até porque a inflação não era de demanda -, mas porque derrubou o valor do Dólar

Trata-se da mesma forma de combate à inflação adotada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, isto é, no que diz respeito ao uso da "âncora cambial" como instrumento de combate à inflação, a área econômica do governo Lula reproduz o mesmo erro da política cambial do governo FH. Ao baratear a produção importada e assim impedir a elevação dos preços internos, essa política até consegue, momentaneamente, derrubar a inflação. Mas não passa de uma estabilização artificial. Não se trata de uma queda sustentada da inflação, pois, tão logo o Real venha a se desvalorizar, a inflação acompanhará seu rastro, como aconteceu em 1999 e no último trimestre de 2002, quando a inflação anualizada projetou um índice de 65%. E, cedo ou tarde, nossa moeda terá que se desvalorizar, sob a pressão da deterioração das contas externas, provocada por um Real supervalorizado, como já se registrou em janeiro de 1999. Isso significa que, se a pretensão do governo for uma estabilização monetária verdadeira, será necessário buscar um outro caminho de combate à inflação. Um caminho que ataque as causas reais do processo inflacionário: a drenagem de recursos para o exterior, a esterilização de recursos na especulação financeira e o elevado grau de cartelização da economia.

O Real valorizado serve conjunturalmente à política do Banco Central de combate à inflação, além de favorecer na arbitragem cambial os ganhos dos especuladores estrangeiros, mas nem por isso as autoridades monetárias deixaram de perceber que uma sobrevalorização muito acentuada pode prejudicar as exportações e comprometer sua disposição de honrar os encargos do passivo externo. Por isso, o Banco Central começou a intervir no "mercado" a partir dos últimos meses de 2004.

No entanto, diante do atrativo dos juros, do superávit primário e do superávit comercial elevados, que, além de permitir alta rentabilidade, garante seu recebimento e expatriação, os capitais externos continuam adentrando ao País em grandes volumes[9], aumentando a oferta de dólares e forçando seu preço para baixo. A continuar esse quadro, não são apenas intervenções pontuais do BC no mercado cambial que vão conseguir promover a necessária desvalorização do Real.

O mercado de dólar tem operado como uma gangorra: os juros internos elevados, combinados com superávites primário e comerciais igualmente elevados e o enorme déficit nas contas internas e externas dos EUA, empurram o Dólar para baixo; enquanto isso, a aceleração dos leilões de compra de dólares pelo BC, combinada com a tendência de elevação dos juros nos EUA, puxam o Dólar para cima. Por isso, o comportamento do preço do Dólar tem sido volátil, mas as forças que o empurram para baixo têm prevalecido. Em conseqüência, sua trajetória, a partir de então, seguiu em linha descendente, a ponto de haver atingido R$ 2,10, no começo de 2006[10].

[8] No começo de 2006, chegou a R$ 2,10.

[9] No primeiro trimestre de 2005, o ingresso líquido de recursos externos – isto é, excluídas as remessas para o exterior – atingiu o montante de US$ 8,313 bilhões, cifra superior aos US$ 6,362 bilhões que ingressaram ao longo do ano de 2004 (Cf. Folha de S.Paulo, 07.04.2005, p. B5).

[10] Com base nessa trajetória e nos movimentos de capitais nas contas externas brasileiras, a diretoria da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq) chegou a prever um câmbio de R$ 1,80 ainda em 2006.

Apesar de disfarçadamente virem intervindo no câmbio (comprando dólares) desde o final de 2004, as autoridades monetárias têm difundido que essa taxa de câmbio não prejudica as exportações, alegando que o forte crescimento da produtividade compensaria essa defasagem cambial. Na verdade, a produtividade industrial não cresceu tanto assim. Se for computada, tomando como base o pessoal ocupado, ela teria crescido 5,3% nos onze primeiros meses de 2004, em relação a igual período do ano anterior, depois de três anos de queda; mas, se adotarmos o critério correto e tomarmos como referência as horas trabalhadas, o crescimento foi de apenas 2,7% (CONFEDERAÇÃO...., 2005). Esse aumento da produtividade tanto não foi suficiente para compensar a valorização do Real que, segundo estudo da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior - FUNCEX, houve uma queda de 12,7% na rentabilidade das exportações brasileiras em 2004. A situação deteriorou mais ainda ao longo de 2005, quando o Real acelerou sua trajetória de valorização e a produtividade cresceu menos ainda, em face da queda do ritmo da economia.

Mesmo que o crescimento da produtividade compensasse a valorização do Real, isso em nada beneficiaria o exportador brasileiro – já que perderia por um lado, a valorização do Real, o que houvesse ganho por outro, o aumento da produtividade -, e, por isso, não lhe traria qualquer estímulo para seguir exportando. Não beneficiaria também ao resto da economia, ou aos setores sociais aí envolvidos, na medida em que as exportações deixariam de produzir qualquer dinamismo na economia. Os únicos beneficiários seriam, como vêm sendo, os financistas de Wall Street, que podem favorecer-se da arbitragem cambial decorrente da valorização do Real, que, em grande medida, estaria se sustentando no aumento da produtividade. Assim, melhoria da produtividade acompanhada de valorização da moeda é uma forma de transferir renda nacional para os especuladores estrangeiros.

Melhoria da produtividade acompanhada de valorização da moeda é uma forma de transferir renda nacional para os especuladores estrangeiros

Agrega-se à apreciação do Real sua enorme volatilidade cambial: "O Brasil é o país que apresenta a maior volatilidade cambial. A média da diferença entre a cotação máxima e a mínima da moeda brasileira atingiu 22%" (Cardoso, 2005: B5). Disputam o segundo lugar o Reino Unido, o Japão, a Rússia, o Chile e a Coréia, com variação de 11,1% e 10,4% (Cardoso, 2005: B5). Essa volatilidade deixa o exportador inseguro nas suas transações internacionais, na medida em que não consegue formar seu preço – e, consequentemente, sua margem de lucro - de forma minimamente planejada, podendo desestimulá-lo a seguir procurando o comércio exterior. Alheio à realidade, o Ministério da Fazenda, em documento mais uma vez da lavra de Marcos Lisboa, tentou atribuir o crescimento das exportações a uma suposta redução da volatilidade cambial: "A estabilidade alcançada nos preços e a redução da volatilidade cambial têm levado a sucessivos recordes na balança comercial e, pela primeira vez em dez anos, a um superávit na conta de transações correntes" (BRASIL, 2004: 22)

A elevação dos juros reais, desde o último quadrimestre de 2004, ao incrementar os custos industriais, torna ainda mais adversa a capacidade exportadora das empresas instaladas no País. Num quadro assim tão adverso para os exportadores, nem mesmo a política de diversificação comercial da diplomacia brasileira poderá conseguir resultados muito favoráveis nas exportações, pois os novos parceiros comerciais teriam dificuldade de absorver produtos brasileiros mais caros[11] numa situação em que suas economias, impactadas por uma eventual desaceleração mundial, poderiam também enfrentar dificuldades.

As exportações seguem crescendo graças às razões já assinaladas (diversificação do comércio exterior brasileiro, crescimento da economia mundial e aplicação doméstica dos recursos de ACC), mas a pressão da sobrevalorização do Real cobra cada vez mais seu preço, forçando para baixo o ritmo de seu crescimento: 32% ,em 2004; 22,6%, em 2005 e 16% nos dois primeiros meses de 2006. Vários setores da economia já deixaram de exportar, enquanto que outros têm procurado transferir suas plantas industriais para outros países. Ao mesmo tempo, o espetacular crescimento das importações,

[11] Na medida em que, pressionados pela valorização da moeda, os exportadores instalados no Brasil, além de serem induzidos a suspender as exportações ou a operar com prejuízo, podem também recorrer ao aumento dos preços em dólares.

A elevação dos juros reais, desde o último quadrimestre de 2004, ao incrementar os custos industriais, torna ainda mais adversa a capacidade exportadora das empresas instaladas no País

ao substituir produção interna por produção importada, desanima importantes setores industriais. Em ambos os casos, o sacrificado é o emprego dos brasileiros.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Boletim do BC – Relatório Mensal*, setembro de 2005b. Disponível em: www.bacen.gov.br. Acesso em: 16 set. .2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório Anual 2003*. Disponível em: www.bacen.gov.br. Acesso em: 10 maio 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório Anual 2004*. Disponível em: www.bacen.gov.br. Acesso em: 05 maio 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório Anual 2005a*. Disponível em: www.bacen.gov.br. Acesso em: 28 abr. 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Boletim do BC – Relatório Mensal*, março de 2006. Disponível em: www.bacen.gov.br. Acesso em: 31mar. 2006.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Reformas microeconômicas e crescimento de longo prazo*. Brasília, dez. 2004.

CARDOSO, Cíntia. Real é moeda com a maior volatilidade mundial. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 fev. 2005.

CONFEDERAÇÃO Nacional da Indústria. *Notas Econômicas*, janeiro de 2005. In: "CNI: produtividade da indústria cresce, após três anos de estagnação", Agência JB. Disponível em: http://br.news.yahoo.com. Acesso em: 25 jan. 2005.

DÉFICIT comercial dos EUA atinge recorde de US$ 617,7 bi em 2004. *Folha Online - Dinheiro*. Acesso: 10 fev. 2005.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. *Temas do comércio exterior brasileiro na atualidade*. Rio de Janeiro, Agosto 2005.

RELATÓRIO *do FMI elogia avanços econômicos do Brasil*. Disponível em: http://noticias.uol.com.br/ultinot. Acesso em: 25 mar. 2005.

C&P
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ESPAÇO RESERVADO

Você também pode aparecer nestas páginas. Envie um artigo para o conselho editorial da C&P e mostre o que você tem a dizer sobre a conjuntura e o planejamento na Bahia e no Brasil.
Informações: **www.sei.ba.gov.br**

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Sistema de metas de inflação e níveis de preços no Brasil: uma abordagem econométrica

Lúcio Flávio de Freitas*
Fábio Batista Mota**

Nos últimos meses a condução da política monetária pelo Banco Central do Brasil (BACEN) vem sofrendo críticas de diversos segmentos da sociedade quanto a sua eficácia no controle dos níveis de preços e as conseqüências da manutenção de juros altos para o crescimento da economia. Os últimos boletins do BACEN têm mostrado que, apesar do elevado nível atual do juro básico, a expectativa para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no final do ano tem persistido acima da meta perseguida pela autoridade monetária. Neste sentido, economistas têm argumentado que o cenário básico para a análise da economia, adotado pela autoridade monetária, pode estar descolado da realidade, e que o índice oficial de inflação pode não ser o parâmetro mais adequado para a medição da inflação brasileira.

Dado que este arranjo de política monetária é relativamente novo e que, por isso, ainda tem sua base teórica em formação, este artigo limita-se a tentar captar alguma mudança estrutural pós-implementação do regime de metas, bem como a comentar a hipótese de que o IPCA é uma função da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

Este trabalho está dividido em mais duas seções além desta introdutória e da conclusão. Na seção dois fazemos uma breve discussão sobre o regime de metas de inflação, também chamado de *inflation target* (IT). A seção três apresenta a Função de Regressão Amostral (FRA) proposta e os resultados da regressão para o caso brasileiro.

Regime de metas de inflação – breve comentário

A meta de inflação tem sido adotada porque os responsáveis pela política monetária acreditam que ela funcionará como uma âncora para as expectativas inflacionárias dos agentes. Assim, o uso das metas, na concepção novo-clássica, serve para acomodar as flutuações entre produto e emprego, na medida em que isola o Banco Central de pressões expansionistas sistemáticas e reduz a possibilidade de viés inflacionário dos governantes.

O uso das metas, na concepção novo-clássica, serve para acomodar as flutuações entre produto e emprego, na medida em que isola o Banco Central de pressões expansionistas sistemáticas e reduz a possibilidade de viés inflacionário dos governantes

* Economista e mestrando em economia pela UFBA. luciofreitas@yahoo.com.br
** Economista e mestrando em economia pela UFBA. motafb@hotmail.com

A implementação do IT envolve a definição e a divulgação oficial de limites para um dado índice de inflação em determinado horizonte de tempo. Envolve também a delegação ao Banco Central na missão de conduzir a política monetária com o fim de atingir, no final de um determinado período, nível de preços pré-estabelecido. Deste modo, cabe ao BACEN ajustar os instrumentos de política monetária, maiormente a SELIC, para forçar a convergência das expectativas de inflação dos agentes econômicos para a meta. Os que defendem a tese da independência dos bancos centrais apóiam-se, dentre outros fatores, na busca por reputação – medida pelo grau de confiança dos agentes privados nos dirigentes do Banco Central – e nas relações da curva de Phillips expectacional – que diz que a taxa de desemprego natural prevalecerá na ausência de erros ou decepção das expectativas.

Comparativamente ao sistema de taxas fixas de câmbio, o IT é mais flexível quanto à utilização dos instrumentos de política monetária na definição dos níveis da taxa de juros, do desemprego ou dos preços, por exemplo. Entretanto, por necessitar de câmbio flexível, o IT tem a desvantagem de permitir variações mais acentuadas na taxa de câmbio nominal. Os defensores do IT também advogam a tese de que nesse sistema os choques de velocidade de circulação da moeda não têm relevância. Sendo assim, o BACEN não precisaria se preocupar em controlar o montante de M1, M2 ou de qualquer outro agregado.

A idéia principal de um anúncio oficial para a meta de inflação é a de garantir a continuidade do processo. Acredita-se que tentar cumprir a meta sem a explicitação ou sem a institucionalização daquela estratégia, além de pouco transparente, sujeitaria o IT a um grau mais elevado de discricionariedade, relativamente à conduta dos formadores de política monetária. Economias sob *target* também não combinam com governos expansionistas – dado que esse tipo de comportamento poderia resultar em desequilíbrio fiscal e, conseqüentemente, em alguma forma de financiamento do déficit como a emissão de dívida pública ou de moeda, gerando juros mais elevados e inflação.

A tentativa de adoção da taxa de câmbio como outra forma de âncora nominal (além da meta de inflação) também pode ser citada como provável causa de uma performance deficiente da política monetária sob IT. Neste sentido, intervenções no câmbio, como esterilizações, por exemplo, poderiam afetar a transparência da política monetária. Os partidários do IT argumentam que as mudanças na taxa de juros nominal são mais transparentes e indicam mais claramente qual é, de fato, a âncora nominal utilizada pelo BACEN, no caso brasileiro, o IPCA.

Argumenta-se que a independência de instrumentos nas ações do Banco Central poderia reduzir o chamado viés inflacionário na condução da política monetária. Por outro lado, a falta de independência de instrumentos poderia dar margem à existência do problema de inconsistência temporal – uma vez que o nível de confiança do público na meta estabelecida é considerada uma função da coerência das ações do Banco Central e do Governo para com o objetivo de longo prazo da política monetária. Deste fato resulta a idéia de credibilidade operacional, no sistema, e política, nos *policy-makers*. Neste sentido, a busca por um elevado grau de transparência – que tem por fim promover a convergência das expectativas dos agentes econômicos à meta anual – é condição necessária para o bom funcionamento das economias sob IT.

Os efeitos resultantes das decisões de política monetária somente se materializam sobre o nível de atividade econômica e a taxa de inflação após certo período de tempo. Decisões diferentes surtem resultados distintos e com defasagens diferentes. Por esse motivo, quando o objetivo principal do BACEN é atingir uma meta para a inflação, acredita-se que sua política monetária deva nortear-se pela avaliação prospectiva da inflação. O horizonte considerado pelo BACEN é de seis meses a dois anos. Uma dificuldade decorrente do exposto anteriormente seria a manutenção da credibilidade do Banco Central ao longo do tempo. Isto porque se a inflação apresentar alto grau de imprevisibilidade, por exemplo, o público poderia ter dificuldade em avaliar a conduta do Banco Central na tentativa de atingir a meta.

Os efeitos resultantes das decisões de política monetária somente se materializam sobre o nível de atividade econômica e a taxa de inflação após certo período de tempo

Os erros associados ao processo de decisão e as longas defasagens no âmbito operacional da política monetária prejudicam a perspicácia da autoridade monetária no que tange ao cumprimento do *target*

Também os erros associados ao processo de decisão e as longas defasagens no âmbito operacional da política monetária prejudicam a perspicácia da autoridade monetária no que tange ao cumprimento do *target*. Segundo Bogdanski (2000), como forma de otimizar o processo de tomada de decisão, o BACEN utiliza-se de metodologias para a *análise de indicadores antecedentes, construção de modelos estruturais e não estruturais*. A primeira metodologia consiste na combinação de variáveis econômicas que tentam captar com antecedência fases de crescimento e de recessão ou, pelo menos, captar os prováveis pontos de inflexão na trajetória futura da inflação[1]. A segunda se baseia em relações de causa e efeito com as quais se tenta captar inter-relações dos principais agregados da economia. A terceira corresponde a um resumo estatístico de relações entre diversas variáveis e tem por objetivo gerar projeções alternativas de inflação de curto prazo, estimar a taxa real de juros, e simular choques sobre componentes do IPCA[2].

Equação estimada e análise dos resultados

A nossa equação de regressão estimada foi elaborada de modo a permitir comparações entre o período amostral que vai de julho de 1986 a maio de 1999, que precede a implementação do IT, e o período de junho de 1999 a fevereiro de 2006, já sob o sistema de metas. A função de regressão amostral – FRA- proposta tem por fim verificar se a implementação da atual política monetária resultou em mudança estrutural relativamente ao primeiro período, e se as variações da taxa SELIC podem realmente explicar as variações nos níveis de preços medidos pelo IPCA. Os dados para o IPCA e para a SELIC foram coletados no site do Banco Central do Brasil.

Com base na relação funcional π = f (*Treatment** r), construímos a FRA:

$$\pi_t = \beta_0 + \beta_1 (Treatment) + \beta_2 (Treatmentt^* r_{t-3}) + \beta_3 r_{t-3} + \beta_4 \pi_{t-1} + \beta_5 D_2$$

Onde t = 1,…,236 denota os períodos mensais de julho de 1986 até fevereiro de 2006; π_t é a taxa de inflação do IPCA no período t; A *Dummy Treatment* assume valor = 1 se o regime de metas faz parte da política monetária brasileira e = 0 se não; r_{t-3} é a SELIC com defasagem de três meses; (*Treatmentt** r_{t-3}) é a variável *Dummy* multiplicada pela SELIC no período t-3, e D_2 é uma variável *Dummy* que divide a amostra entre os períodos de julho de 1986 a julho de 1994, e daí a fevereiro de 2006, assumindo o valor igual a zero para o primeiro período e um para o segundo. A inclusão desta variável é justificada pela quebra na série de inflação verificada a partir do Plano Real.

O coeficiente β_1 associado à variável *Dummy Treatment* é chamado de coeficiente de intercepto diferencial, e nos diz em quanto o valor do termo de intercepto da categoria que recebe o valor 1 difere do coeficiente de intercepto da categoria base, aquela que recebe valor zero. O β_2 é o coeficiente de inclinação diferencial e indica em quanto o coeficiente de inclinação da função no primeiro período difere do coeficiente de inclinação da função no segundo período. Assim, a introdução da variável *Dummy* na forma multiplicativa nos permite diferenciar os coeficientes de inclinação dos dois períodos. β_2 e β_3 nos mostram a variação no IPCA provocada por uma variação na taxa SELIC. O coeficiente β_4, associado à variável IPCA defasada em um mês, nos informa sobre a importância da indexação de preços ainda existente na economia brasileira e remetendo à trajetória do IPCA no tempo, resumindo os efeitos da inflação passada na inflação atual. Já o β_5 se constitui em um coeficiente de intercepto diferencial ligado à quebra verificada na série do IPCA no mês de julho de 1994.

O teste de Breusch-Godfrey para grandes amostras excluiu a possibilidade de auto-correlação serial dos resíduos da regressão estimada. Os resultados do

[1] O BACEN utiliza 49 variáveis como indicadores antecedentes para a análise da inflação. Estas variáveis estão classificadas em cinco grupos: Moeda e Finanças, Emprego e Salários, Preços, Nível de Atividade e Setor Externo.

[2] Dentre estes modelos destacam-se os autoregressivos VAR, bayesianos BVAR e modelos de médias móveis ARMA.

Quadro 1
Resultados da Regressão

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	6.438.901	3.626.215	1.775.654	0.0771
TREAT	0.489870	0.564133	0.868359	0.3861
TREAT*SELIC (-3)	0.000912	0.017134	0.053252	0.9576
SELIC (-3)	-3.02E-05	1.05E-05	-2.882.443	0.0043
IPCA (-1)	0.759080	0.175522	4.324.711	0.0000
D2	-6.784.941	3.545.679	-1.913.581	0.0569
Adjusted R-squared	0.858832	F-statistic	283.2875	
Durbin-Watson stat	1.855.182	Prob (F-statistic)	0.000000	

teste de White retornaram a presença de heteroscedasticidade. Assim, os parâmetros foram estimados segundo o critério de consistência de White. Não há, na amostra, indícios de multicolinearidade entre as variáveis explicativas. Foi confirmada a significância global da regressão, avaliada no teste F. O valor elevado do R-quadrado ajustado significa que as cinco variáveis explicativas respondem conjuntamente por aproximadamente 86% da variação no IPCA.

O valor *p* individual da estatística *t* do coeficiente β_3 , altamente significativo, indica que podemos considerar que as variações no IPCA são relacionadas com o nível da taxa SELIC. Conseqüentemente, rejeitamos a hipótese nula de que o verdadeiro parâmetro da população seja igual a zero (H_0: $\beta_3 = 0$). Entretanto, um aumento de um ponto percentual na SELIC implica, após o período de defasagem de três meses, uma variação de apenas - 0,000032 ponto percentual no IPCA, claramente um impacto diminuto, frente à responsabilidade depositada pelo regime de metas inflacionárias sobre a taxa de juros. Os parâmetros estimados β_4 e β_5, estatisticamente significantes, indicam que a inflação no mês anterior explica 75% da variação da inflação atual, e que há uma alteração no intercepto da FRA a partir de julho de 1994. Essa mudança estrutural marca o início da vigência do Plano Real.A partir daí, o IPCA passa a registrar taxas muito menores de aumento dos preços.

Uma vez que tanto o coeficiente do intercepto diferencial relativo à variável *Treatment* β_1 quanto o coeficiente da inclinação diferencial β_2 são estatisticamente insignificantes, ou seja, equivalentes ao grupo base, podemos dizer que não ocorreu mudança estrutural a partir da implementação do regime de metas de inflação no Brasil. Em outras palavras, a implantação do sistema de metas, no caso brasileiro, não implicou necessariamente uma mudança estrutural na dinâmica da inflação, i.e., o IT não parece explicar as variações no IPCA. Não significa dizer, contudo, que a estabilidade seja resultado, apenas, de uma política monetária mais agressiva.

Considerações finais

Após introdução, na Nova Zelândia, em 1990, muitos outros países desenvolvidos e emergentes, além do Brasil, adotaram o regime de metas de inflação. Todavia, segundo a literatura consultada, ainda não existem, atualmente, no cenário mundial, estudos empíricos que comprovem fortes evidências de uma relação causal entre a adoção do regime de metas e os baixos níveis de preços com estabilidade. Esta dificuldade pode ter sua origem no fato de que o IT é uma política monetária relativamente nova, tendo sua base teórica ainda em formação. Como demonstrado na última seção, os resultados da regressão parecem concordar com este argumento quando sugerem não ter havido, no caso brasileiro, mudança estrutural quando da adoção deste regime.

Neste sentido, e apesar da grande quantidade de estudos empíricos dedicados à tentativa de provar os benefícios do IT, as questões referentes à eficácia desta nova política podem ser consideradas ainda em aberto. A expectativa é que, para os próximos anos, estudos empíricos no campo da econometria possam chegar a resultados mais consistentes e responder se, de fato, a estabilidade de preços pode ser considerada uma função do IT, ou, maiormente, de uma política monetária mais agressiva.

Referências

ALVES, Sérgio A. L. Avaliação das Projeções do Modelo Estrutural do Banco Central do Brasil para a Taxa de Variação do IPCA. Banco Central do Brasil, *BCB Working Paper Series*, Brasília, N.16, Jul, 2001. Disponível em: < http://www.bc.gov.br >.

BLANCHARD, Olivier. *Macroeconomia: Teoria e Política Econômica*. Editora Campus, 1999.

BOGDANSKI, J., TOMBINI, A. A., & WERLANG, S. R. C. Implementing Inflation Target in Brazil. *BCB Working Paper Series*, Brasília, N.1, Jul, 2000. Disponível em: < http://www.bc.gov.br >.

BONOMO, Marco A. & BRITO, Ricardo D. Regras Monetárias e Dinâmica Macroeconômica no Brasil: Uma Abordagem de Expectativas Racionais. *BCB Working Paper Series*, Brasília, N.28, Nov, 2001. Disponível em: < http://www.bc.gov.br >.

FRANCO, Gustavo. Metas para a Inflação. OESP, 26 de maio de 2002. Disponível em: < http://www.gfranco.com.br >.

FREITAS, Paulo S. & MUINHOS, Marcel K. A Simple Model for Inflation Targeting in Brazil. *BCB Working Paper Series*, Brasília, N.18, Abr, 2001. Disponível em: < http://www.bc.gov.br >.

GUJARATI, Damodar N. *Econometria Básica*. Terceira Edição. São Paulo: Makron Books, 2000.

MENDONÇA, H. F. Metas para a Taxa de Câmbio, Agregados Monetários e Inflação. *Revista de Economia Política*. v. 22, N. 1 (85), p. 34-52, janeiro-março 2002.

WU, Thomas Y. Does Inflation Targeting Reduce Inflation? An Analysis for the OECD Industrial Countries. *BCB Working Paper Series*, Brasília, N. 83, Maio de 2004. Disponível em: < http://www.bc.gov.br >.

A SEI mais perto de você.

Londres	Aracaju	Boa Vista do Tupim	Araraquara
Feira de Santana |São Paulo	Campinas	Natal	Terezina
Lisboa	Alagoinhas	Washington	Petrolina	Valença	Curitiba
Luxemburgo	Caetité	Cruz das Almas	Vitória	Xique-Xique	Viçosa
Lauro de Freitas	Brasília	Maceió	Serrinha	Goiânia	Rio de Janeiro
Cuiabá	São Luís	Belém	Recife |Caxias do Sul |Porto Velho
Aracruz	Taguatinga	Fortaleza	Manaus	Seabra	Santo Amaro

Visite o site da SEI e conheça os 300 endereços onde você pode consultar as nossas publicações em Salvador e outras cidades do Brasil e do mundo.

Economia	Sociedade	Cartografia	Geografia
Informação ambiental	Documentos históricos
Censo demográfico	Estatística	Conjuntura e Planejamento
Revistas temáticas	Estudos e pesquisas	Bahia em dados
Boletins	Séries especiais	Mapas	Vídeos

Acesse www.sei.ba.gov.br
e encontre um endereço próximo de você.

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Eixo Metropolitano concentra 48% dos investimentos industriais previstos no Estado da Bahia

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2006-2010, totalizaram um volume da ordem de R$ 10,5 bilhões, agregando 436 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

No que tange à localização dos investimentos, indicado pelos eixos de desenvolvimento, observa-se que o eixo Metropolitano concentra cerca de 48% dos investimentos previstos, representados num volume de R$ 5,0 bilhões, além de alocar 52% dos projetos. Os demais agregam montante na ordem de R$ 5,5 bilhões em 209 projetos, destacando-se o eixo Extremo Sul que responde por 32,2 % dos investimentos previstos.

No que se refere ao complexo de atividade econômica, infere-se que 69% encontram-se alocados nos complexos Madeireiro (40,3%), Químico-Petroquímico (18,3%) e Agroalimentar (10,7%), perfazendo R$ 7,3 bilhões em 171 projetos. Os demais são responsáveis por um valor de R$ 3,2 bilhões distribuídos em 265 projetos, notadamente no complexo de Calçados/Têxtil/Confecções com participação de 9,0% dos investimentos.

Analisando os investimentos quanto à situação, verifica-se que 56,3% estão em ampliações de unidades industriais, representando aproximadamente R$ 5,9 bilhões em 91 projetos. Enquanto que 43,5% encontram-se em implantações e 0,2% em reativações, somando recursos na ordem de R$ 4,6 bilhões em 345 projetos.

Em relação ao número de empregos previstos, tem-se a expectativa de que os empreendimentos industriais gerem 58.218 postos de trabalho, sendo que os eixos Metropolitano (38,5%) e Grande Recôncavo (21%) absorvem aproximadamente 60% dos empregos, ou 34.619 postos de trabalho. Os restantes são responsáveis por 40% dos empregos, especialmente o eixo Mata Atlântica, respondendo por 12,4% dos empregos ou 7.195 novos postos.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2006, encontra-se a Newsul S.A. Embalagens e Componentes, Bella Napoli Indústria e Comércio de Alimentos Ltda, Rosana Lima Vertin Solventes e Tintas da Bahia, New Power Indústria de Alimentos Ltda, EKA da Bahia e Norsa Refrigerantes.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2006-2010

Complexo	Volume (R$1.000,00)	Nº de Projetos
Agroalimentar	1.125.470	72
Atividade mineral e beneficiamento	434.756	21
Calçados/Têxtil/Confecções	940.676	50
Complexo madeireiro	4.230.615	13
Eletroeletrônico	208.826	57
Metal-mecânico	452.621	42
Químico-petroquímico	1.925.404	86
Reciclagem	1.156	1
Transformação petroquímica	798.452	86
Outros	376.029	8
Total	**10.494.002**	**436**

Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração: CAC - SEI
Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/07/06.

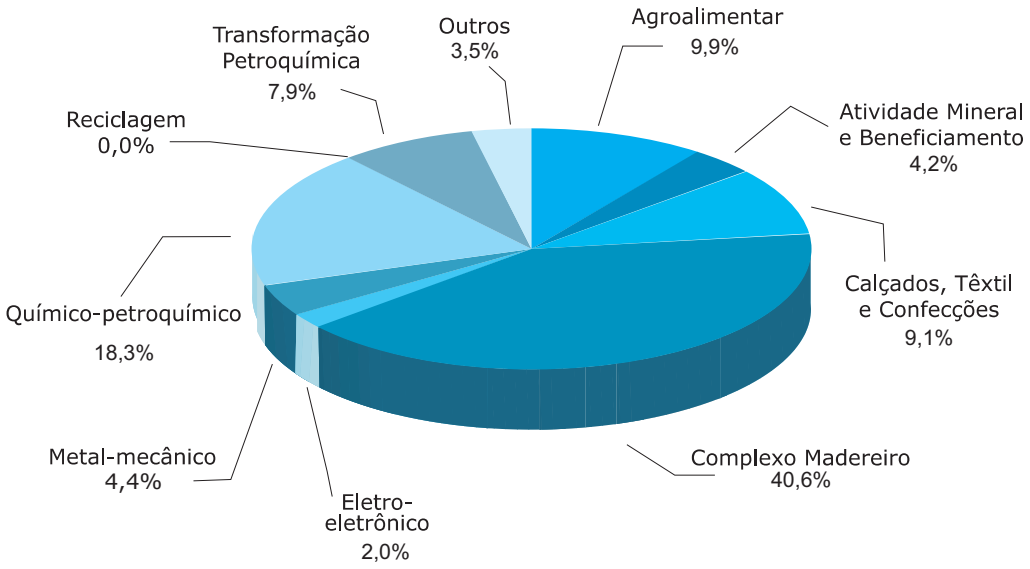
Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento 2006-2010

Eixo	Volume (R$1.000,00)	Nº de Projetos
Baixo Médio São Francisco	49.439	7
Centro Leste do São Francisco	22.193	2
Chapada Norte	64.217	8
Chapada Sul	4.890	4
Extremo Sul	3.376.221	16
Grande Recôncavo	481.731	64
Mata Atlântica	247.505	48
Médio São Francisco	2.300	1
Metropolitano	5.026.482	227
Nordeste	33.424	6
Oeste do São Francisco	253.348	6
Planalto Central	292.103	1
Planalto Sudoeste	203.074	36
A Definir	437.076	10
Total	**10.494.002**	**436**

Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração: CAC -SEI
Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/07/06.

Investimentos previstos para a Bahia - 2006/2010

Participação por Complexo de Atividade



Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração: CAC - SEI

Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no Estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e a participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* da SEI, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

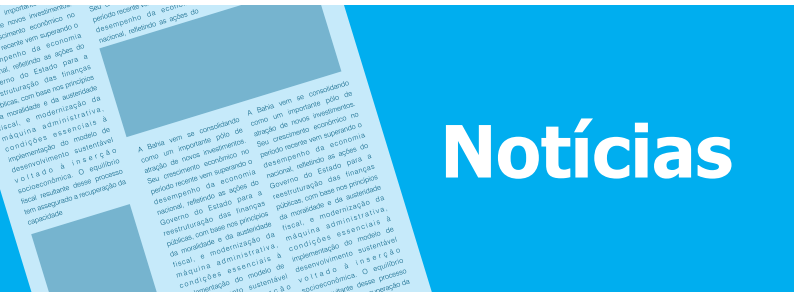
BAHIA
ANÁLISE & DADOS

Conheça a importância da **Tecnologia para o desenvolvimento no Estado**

Leia a revista **Bahia Análise & Dados "Ciência, tecnologia e inovação"**. Essa publicação versa sobre as implicações dos avanços e inovações tecnológicas no desenvolvimento da Bahia e do Brasil, evidenciando a importância do investimento na Ciência como forma de se alcançar o progresso social e econômico.

A revista também traz uma visão mais específica sobre o assunto, abordando casos locais de políticas de C&T, inclusão digital e questões ambientais.

SEI
SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA



Notícias

Negócios

Uruguai na Bahia

A antiga sede de uma fábrica de chocolates, que se transformou em um dos principais centros de compras de vestuário voltados para a população de baixa renda de Salvador, completa 10 anos em 2007, com faturamento anual de R$ 50 milhões e empregando cerca de 600 pessoas. O Outlet Center fica no bairro do Uruguai, na Península de Itapagipe, a dez minutos do centro da cidade. Das 240 lojas que hoje abriga, 20% são voltadas para serviços - dentre essas, uma agência do Sebrae e uma casa lotérica.

A área mínima de cada loja é de exíguos 15 metros quadrados, mas há casos de lojas com até 100 metros quadrados. Cada loja tem faturamento médio anual entre R$ 250 mil e R$ 300 mil. Cinqüenta delas são de fábrica e têm produção na vizinhança do centro de compras, localizado em um bairro com tradição em produção de roupas. O preço médio de cada peça de roupa é de R$ 20 e o gasto médio de cada família é de cerca de R$ 200 a cada 15 dias.

O fluxo diário de pessoas é de dez mil pessoas, volume que chega a quadruplicar em épocas de maior movimento. O público cativo do Outlet Center é formado por mulheres acima de 18 anos, com renda média de quatro salários mínimos. Boa parte das consumidoras vive nas proximidades, em uma das regiões mais populosas da cidade - no entorno vivem 170 mil pessoas. Mas o centro de compras atrai gente de outras regiões de Salvador. Na página do Outlet Center na internet, por exemplo, o item “como chegar” lista as principais linhas de ônibus que levam ao local.

A vocação do bairro do Uruguai para a indústria de confecções fez com que o Outlet Center trabalhasse com o Sebrae e o governo do Estado na organização de uma estrutura de produção que já soma 105 pequenos fabricantes de roupas. Um terço desses pequenos fabricantes tem lojas no centro de compras. Entre os casos de maior projeção está a empresa batizada de 220 Voltz.

Uruguai, na Bahia, fatura com a baixa renda. Valor econômico, 31/07/2006.

Sisal da Bahia expande as exportações

Empresários baianos do setor de sisal acabam de vender US$ 300 mil para os Estados Unidos, com perspectivas de vender mais US$ 1,5 milhão até o final do ano. Os bons resultados foram obtidos durante a participação de representantes do estado na Farm Progress Hay Expo, feira especializada, em Iowa (EUA). Na oportunidade, empresas como a Tecsal, a Fiação Sisal Pinheiro e a Thoro International celebraram diversos contatos para representação e distribuição de seus produtos nos estados da Flórida, Iowa e Minnesota. Além destas, mais 16 empresas estiveram representadas no evento.

De acordo com o gerente do Projeto Brazilian Sisal-Apex, Rafael Ribeiro, que esteve na feira acompanhando os empresários, a Bahia pôde mostrar que está preocupada com a qualidade do sisal, através da implantação de um selo, em parceria com o Inmetro, informando aos agricultores dos EUA as vantagens ambientais que o produto proporciona. Desde o ano passado, 5.874 pequenos produtores de 36 municípios baianos dos pólos Nordeste, Piemonte e Paraguaçu vêm recebendo reforço para reduzir custos, melhorar a qualidade da fibra e aumentar a produtividade do sisal.

Através do programa Nossa Fibra, coordenado pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), eles passaram por cursos de capacitação sobre o sistema de produção de lavoura com assistência técnica continuada. Em Campo Formoso, maior produtor de sisal do Brasil, 1.093 produtores foram beneficiados.

Sisal da Bahia faz bons negócios com o mercado norte-americano. Diário Oficial, 07/07/2006.

Indicadores

Agronegócio: uma das riquezas da Bahia

O agronegócio baiano é responsável por 1/3 das riquezas geradas no estado da Bahia. Nos três últimos

anos - 2003 a 2005 - o agronegócio trouxe riquezas da ordem de R$ 83 bilhões para a economia do estado e contribuiu com 31% das riquezas produzidas na Bahia. No ano passado, dos R$ 95,1 bilhões do PIB estadual, cerca de R$ 28 bilhões vieram desse segmento. No plano nacional, as expectativas positivas dão conta de que o agronegócio baiano respondia por 5% do agronegócio nacional em 2004 e encerrou o ano passado com 5,17%. O Valor Bruto da Produção Agropecuária, entre 2003 a 2005, gerou receitas de R$ 48 milhões e as lavouras foram os segmentos mais expressivos com 72% do Valor Bruto da Produção.

Um dado interessante diz respeito ao recorde histórico no comércio exterior do agronegócio baiano - as exportações alcançaram as cifras de US$ 1,6 bilhão anual. As exportações, em 2005, cresceram 24,8% em relação a 2004, que registrou US$ 1,247 bilhão e 62,5%, em relação a 2003, época em que as exportações eram de US$ 957 milhões. Em relação ao saldo comercial, 2005 teve US$ 1,4 bilhão - considerada recorde no Estado. Dos US$ 5,98 bilhões exportados pela Bahia em 2005, 26% são do agronegócio e as importações registraram 5,1% do total de US$ 3,3 bilhões. O desempenho deste segmento foi responsável por manter a Bahia em superávit comercial, totalizando US$ 2,67 bilhões. Os seis segmentos mais importantes para o crescimento das exportações foram: papel, celulose, soja, cacau, algodão e fibras têxteis, frutas e café.

Agronegócio baiano movimenta 1/3 das riquezas do Estado. Tribuna da Bahia, 31/07/2006.

Cresce a arrecadação do Estado

O aumento da arrecadação estadual nos primeiros meses de 2006 foi puxado pelo aquecimento do mercado interno, pelo aumento dos combustíveis e pelo efeito da alta dos preços administrados sobre os serviços públicos. Por outro lado, apesar do enfraquecimento das exportações, a arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cresceu menos na indústria do que em serviços e no comércio varejista.

De janeiro a maio deste ano (período para o qual já existem dados setorizados), a arrecadação de ICMS em todo o país aumentou 8,1% em valores nominais. Na mesma comparação, a indústria recolheu 4,8% mais. A força do mercado interno - impulsionado pelos programas de transferência de renda e pelo aumento real de 16% do salário mínimo - aparece na comparação regional, onde o Nordeste lidera o ranking ,com alta de 12,6% na arrecadação do principal imposto estadual. No Sudeste, o total arrecadado subiu 7,5%, mas a indústria recolheu 3,5% a mais.

A Bahia é um exemplo da força da demanda interna e das perdas na indústria. A arrecadação baiana de ICMS somou R$ 3,914 bilhões no primeiro semestre, um crescimento real (descontado o IGPM do período) de 3,8%. Este acréscimo, entretanto, não impedirá uma possível frustração do Estado com sua arrecadação em 2006, acredita o secretário de Planejamento da Bahia, Armando Avena. Segundo ele, o Estado pode não atingir a meta prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias de arrecadar R$ 8 bilhões em ICMS em 2006.

A perspectiva pouco otimista leva em conta os números registrados até abril. Somadas todas as fontes, a arrecadação da Bahia, no primeiro quadrimestre, foi de R$ 4,8 bilhões - a previsão era de chegar a R$ 5,1 bilhões. Desempenhos abaixo do esperado, em setores como a indústria e o atacadista, impediram maior recolhimento de ICMS na primeira metade do ano. Até maio, o atacado respondeu por R$ 320,9 milhões em ICMS, número praticamente idêntico aos R$ 320,7 milhões apurados no mesmo período de 2005. A indústria registrou decréscimo de quase 7%, para R$ 744,1 milhões.

Arrecadação estadual cresce com ajuda do varejo e combustíveis. Valor Econômico, 20/07/2006.

Petrobrás possui grandes reservas inexploradas

O volume de reservas de petróleo e gás da Petrobrás que ainda não estão em fase de produção (ou não desenvolvidas, no jargão do setor) equivale a 54,3% das reservas totais da companhia, que são de 11,77 bilhões de barris de óleo equivalente, segundo critério aceito pelas bolsas americanas. Outro fator que traz conforto para a companhia é o fato de precisar captar apenas US$ 400 milhões até 2011, ou US$ 80 milhões por ano, para cumprir o plano de investir US$ 87,1 bilhões nos próximos cinco anos até 2011. Desses, US$ 86,7 bilhões virão de recursos gerados pelo próprio caixa da companhia, já deduzidos o pagamento de dividendos. Esse é todo o aumento de dívida programada pela estatal para o período, já contando com a rolagem de US$ 12,2 bilhões.

Entre 2007 e 2011 a Petrobrás vai investir pesadamente em exploração e produção, tanto no Brasil como no exterior. A companhia, praticamente ,vai dobrar a atividade exploratória - o que significa buscar novas áreas para sustentar ,no longo prazo, o crescimento da produção - e também antecipar o máximo possível a produção de óleo leve, que hoje precisa ser importado e responde entre 12% a 15% do total. A companhia também planeja dar um salto na produção de gás natural e na recuperação de campos maduros, alguns deles no mar da bacia de Campos. O objetivo é reduzir a taxa de declínio da produção.

A Petrobras também pretende ser líder no mercado de biocombustíveis. Para isso, entrará na próxima década produzindo 855 milhões de litros de biodiesel por ano - em três unidades que serão construídas no Ceará, Bahia e Minas Gerais - e processando 425 milhões de litros por ano de H-Bio, um óleo vegetal misturado ao diesel. Além disso, a meta da empresa é exportar cerca de 3,5 bilhões de litros de etanos.

Petrobrás lidera ranking de reservas não exploradas. Valor Econômico, 20/07/2006.

Ação Governamental

Clube de benefícios aos turistas

A Bahia espera alcançar, já no próximo verão, a marca de 100 mil turistas associados ao Programa Fidelidade Bahia. Lançado, no final de 2003, pelo governo estadual, como um clube de vantagens pioneiro no país, em se tratando de um destino turístico, o Programa oferece descontos e vantagens para os visitantes cadastrados, estimulando o retorno ao estado, bem como o uso de serviços e a aquisição de produtos nos cerca de 110 estabelecimentos que já foram credenciados em Salvador, Praia do Forte e Costa do Sauípe.

As principais responsáveis pelo salto nas expectativas da Bahiatursa quanto ao Fidelidade Bahia são as novas estratégias de conquista de clientes, a exemplo de parcerias com empresas de telefonia celular, realização de ações pontuais nos aeroportos e shows, estabelecimento de novas categorias (prata e ouro), além de equipes itinerantes para divulgar o Programa nos estabelecimentos credenciados. Até o início deste ano, o órgão de incentivo ao turismo no estado registrava apenas 20 mil associados.

Entre os resultados das ações de marketing, destaca-se a entrada de novas empresas parceiras, agregando milhares de clientes, como ocorreu com a operadora de telefonia TIM, logo no início do ano. A expectativa é de que sejam emitidos, até o final do ano, mais de 70 mil cartões só para os clientes da empresa. Ao se cadastrar, gratuitamente, ao Programa, o turista recebe o Cartão Fidelidade. Passa, então, a acumular pontos.ao visitar o estado, usando os serviços ou fazendo compras nos estabelecimentos credenciados, entre restaurantes, boates, livrarias, cinemas, hotéis, agências de turismo etc.

Os pontos acumulados são trocados por benefícios, como descontos, jantares, hospedagens e pacotes turísticos para fins de semana na Bahia. O turista associado também tem a sua disposição uma central de atendimento pronta a fornecer dicas de roteiro e informações, como localização e horário de funcionamento dos serviços disponíveis no estado, bem como a acompanhar o saldo de pontos e as tabelas para resgate dos benefícios. Os valores das contas telefônicas pagas ou recargas realizadas serão convertidos em pontos. Nos casos dos clientes pós-pagos, cada R$ 1,00(um Real) da conta equivale a um ponto. Para os clientes pré-pagos, um ponto será obtido a cada R$ 3,00 (três Reais) em recargas. Além disso, todas as suas despesas nos estabelecimentos credenciados se transformam em pontos. Cada R$ 1,00(um Real) gasto nos estabelecimentos credenciados garante um ponto. Os centavos da sua despesa serão transformados em pontos da seguinte forma: até R$ 0,50(cinqüenta centavos) são descartados; a partir de R$ 0,51(cinqüenta e um centavos) valem um ponto. Por exemplo, gastando R$ 63,48 acumulam-se 63 pontos. Já uma despesa de R$ 63,60 garante 64 pontos. Os pontos ganhos terão validade de 36 meses.

Venda de produtos e serviços turísticos é estimulada por clube de benefícios. Diário Oficial, 22 e 23/07/2006.

Estado concretiza 507 projetos produtivos

Até 2008, a Bahia terá a consolidação de 507 projetos industriais, que vão somar R$ 17 bilhões em investimentos e gerar 83 mil empregos diretos. Desses empreendimentos, 448 (88%) serão destinados à implantação de novas unidades e os 59 restantes serão ampliados ou reativados. Dentre os segmentos contemplados, estão os de papel e celulose, produtos químicos e petroquímicos, têxteis, borracha e plástico, calçados, eletroeletrônicos, agroalimentar e bebidas.

Oito empreendimentos se destacam pelo valor elevado, representando 57,73% do total de investimentos. Dentre eles, o projeto de ampliação da Bahia Sul Celulose, no município de Mucuri, que reúne 22,32% das intenções de investimentos. Com previsão de ampliar em mais um milhão de toneladas a produção atual (430 mil toneladas), a segunda linha produtiva da unidade baiana do grupo vai entrar em operação no fim de 2007. Só na fase de construção, serão gerados cerca de oito mil empregos diretos. Com o início da produção, serão mais 1,5 mil ocupações, somadas às 800 da fábrica atual, que responde por 4,8 mil empregos indiretos.

Os investimentos previstos para o complexo de transformação petroquímica se destacam no que se refere ao grau de diversificação e adensamento industrial. Exemplo disso é o segmento de embalagens, devido à vinculação com outros setores produtivos, como o de alimentos e bebidas, de material de construção, automotivo, de calçados e eletroeletrônicos. O segmento representa 43,6% dos projetos previstos no setor de transformação petroquímica, sendo que a maior parte dos produtos será destinada ao ramo de alimentos e bebidas: sacos plásticos, sacolas, frascos, pré-fôrmas (PET).

Destacam-se também os projetos relacionados ao setor automotivo, representado pelos segmentos de borracha (pneus) e plásticos (peças injetadas e automotivas, capacetes e acessórios e espumas de plástico), que ,juntos, respondem por cerca de 12% do total de projetos do complexo de transformação petroquímica. Outros 11,7% referem-se a projetos na área de material para construção. No segmento de celulose, dois grandes projetos encontram-se em fase de ampliação: Bahia Sul Celulose e Bahia Pulp. Juntos, os empreendimentos vão representar investimentos de R$ 4 bilhões e a geração de milhares de postos de trabalho, quando estiverem com a capacidade plena de produção instalada.

A Bahia Pulp já iniciou as obras de ampliação de sua unidade, que terá a capacidade produtiva triplicada, passando das atuais 115 mil toneladas para 365 mil toneladas anuais. Com a ampliação, que deve ser concluída até o final de 2007, a indústria vai gerar 1,4 mil empregos diretos, sendo mil nas áreas de plantação de eucalipto e outros 400 na fábrica do Pólo Petroquímico de Camaçari. Na área de produtos químicos, aparecem a Braskem (R$ 391 milhões), a Acrinor (R$ 250 milhões) e a Companhia de Carbonos Coloidais (CCC), com projeto de R$ 150 milhões. “O setor responde hoje por 48,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado”, afirmou Armando Avena.

Estado consolida 507 projetos produtivos até o próximo ano, Diário Oficial, 26 /07/2006.

Bahia impulsiona desenvolvimento

O crescimento industrial da Bahia está impulsionando o crescimento dos demais estados do Nordeste. Outro dado animador é que os investimentos do banco aumentaram bastante nos últimos anos. No primeiro semestre de 2006, o Banco do Nordeste investiu R$ 3,2 bilhões e realizou 742 mil operações na região, representando incremento da ordem de 32,9% sobre o valor aplicado no período de 2005, que correspondia a R$ 2,4 bilhões contrastando com as 201 mil operações da época e, destes, R$ 2 bilhões, equivalentes a 323,2 mil operações com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE.

A Bahia tem concentrado grande foco dos investimentos do Banco e, por esta razão, também é vista como responsável por impulsionar o desenvolvimento na região nordestina. Entre janeiro a junho deste ano todos os financiamentos globais no estado contabilizaram R$ 995 milhões em 110 mil operações. “No ano passado foram investidos no mesmo período R$ 657 milhões em 85 mil operações. Os números de 2006 são otimistas. Em 2005 encerramos o ano com R$ 1,3 bilhão em investimentos no estado. Este número quase foi superado pelo primeiro semestre deste ano. Acreditamos que, em 2006, encerraremos com R$ 6 bilhões em investimentos na região Nordeste e a Bahia é o grande foco”.

O Banco do Nordeste, que está completando 54 anos de existência, é responsável por uma série de programas voltados à atração de investimentos para a região Nordeste e geração de emprego e renda. Com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Pronaf, foram aplicados, neste primeiro semestre ,R$ 665,5 milhões, cerca de R$ 125 milhões foram destinados à Bahia.

O CrediAmigo - maior programa de microcrédito da América do Sul e segundo da América Latina - assume uma importante parcela nos empréstimos. Ao todo, foram contabilizados 318 mil empréstimos no valor de R$ 294 milhões, representando incremento de 15,3% no comparativo janeiro a junho 2006/2005.

Bahia impulsiona desenvolvimento do Nordeste. Tribuna da Bahia, 20/07/2006.

União

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.828, de 4 de julho de 2006 – Promulga o Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Estônia, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2000.

Decreto nº 5.835, de 6 de julho de 2006 – Dispõe sobre a execução do Trigésimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica no 14, entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina, de 28 de junho de 2006.

Decreto nº 5.838, de 10 de julho de 2006 – Fixa os preços mínimos básicos para cafés arábica e robusta, safra 2005/2006.

Decreto nº 5.850, de 18 de julho de 2006 – Promulga o Acordo de Cooperação Técnica na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Brasília, em 6 de dezembro de 2002.

Decreto nº 5.860, de 26 de julho de 2006 – Altera e acresce dispositivos aos Arts. 35 e 36 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, aprovado pelo Decreto no 99.684, de 8 de novembro de 1990, e altera o Art. 5o do Decreto no 3.913, de 11 de setembro de 2001, que tratam da movimentação da conta vinculada do FGTS.

Decreto nº 5.861, de 28 de julho de 2006 – Dá nova redação ao parágrafo único do Art. 12 e aos Anexos VIII, IX, X e XI do Decreto no 5.780, de 19 de maio de 2006, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2006, e dá outras providências.

Leis

Lei de nº 11.322, de 13 de julho de 2006 – Dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE e dá outras providências.

Lei de nº 11.326, de 24 de julho de 2006 – Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiares Rurais.

Lei de nº 11.329, de 25 de julho de 2006 – Dispõe sobre a prorrogação de incentivos fiscais para aplicação em fundos destinados ao desenvolvimento da indústria cinematográfica, alterando a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

Lei de nº 11.333, de 25 de julho de 2006 – Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R$ 361.554.596,00 (trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinqüenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais), para os fins que especifica.

Medidas provisórias

Medida provisória nº 310 de 13 de julho de 2006 – Abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS, no valor total de R$ 14.875.000,00, para os fins que especifica.

Medida provisória nº 312 de 19 de julho de 2006 – Prorroga, para o trabalhador rural empregado, o prazo previsto no Art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Secretaria da Receita Federal

Portarias

Portaria nº 198, de 26 de julho de 2006 – Métodos da aplicação da Convenção para evitar a dupla tributação e a prevenir a evasão fiscal em relação ao imposto sobre a renda, assinada pela República Federativa do Brasil com a Ucrânia.

Instruções Normativas

Instrução Normativa nº 658, de 4 de julho de 2006 – Dispõe sobre a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins incidentes sobre as receitas relativas a contratos firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003.

Instrução Normativa nº 659, de 11 de julho de 2006 – Dispõe a entrega da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) relativa ao exercício de 2006 e dá outras providências.

Instrução Normativa nº 660, de 17 de julho de 2006 – Dispõe sobre a suspensão da exigibilidade da Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a venda de produtos, na forma dos Arts. 8º, 9º e 15 da Lei nº 10.925 de 2004.

Instrução Normativa nº 664, de 21 de julho de 2006 – Aprova o Termo de Opção por domicílio Tributário Eletrônico e o Termo de Cancelamento de Opção por Domicílio Tributário Eletrônico, para efeito de comunicação de atos oficiais por meio eletrônico no âmbito da Secretaria da Receita Federal.

Instrução Normativa nº 667, de 27 de julho de 2006 – Altera a Instrução Normativa SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefício de caráter previdenciário, Fapi e seguros de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.

Banco Central do Brasil

Resoluções

Resolução nº 3.383, de 4 de julho de 2006 – Inclui entre os beneficiários do Grupo "A" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) agricultores familiares reassentados em função da construção de barragens.

Resolução nº 3.385, de 4 de julho de 2006 – Altera dispositivos do Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar (Pronaf).

Resolução nº 3.386, de 4 de julho de 2006 – Altera a data constante do Art. 1º, § 1º, da Resolução 3.345, de 2006, que reprograma o pagamento das dívidas de financiamentos ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

Resolução nº 3.387, de 21 de julho de 2006 – Dispõe sobre ajustes no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota).

Comissão de Valores Mobiliários

Instruções

Instrução nº 438, de 12 de julho de 2006 – Aprova o Plano Contábil dos Fundos de Investimento – COFI.

ESTADO

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 10.055 de 18 de julho de 2006 – Dispõe sobre a suspensão dos prazos que indica, no período de implantação do Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária – SIGAT.

Decreto nº 10.056 de 18 de julho de 2006 – Altera o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE instituído pelo Decreto nº 7.798, de 5 de maio de 2000.

Decreto nº 10.058 de 18 de julho de 2006 – Dispõe sobre prazo especial para recolhimento do ICMS devido pelos contribuintes vinculados à campanha de promoção de vendas denominada "Liquida Interior-2006".

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 244 de 4 de julho de 2006 – Altera para o exercício de 2006, o Orçamento Analítico da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências. ■

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC[1] - Salvador: Jul/2006

Grandes grupos	Variações do mês %		Variações acumuladas%		Índice acumulado	
	Jul/05	Jul/06	No ano[2]	Últimos 12 meses[3]	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	-0,57	-0,26	1,26	3,65	354186,8	237,44
Habitação e encargos	1,35	2,71	18,16	25,99	827163,0	661,47
Artigos de residência	-2,72	-0,14	-1,03	-1,13	275872,4	230,57
Vestuário	-0,73	-1,95	-3,47	-0,73	306146,5	179,67
Transporte e comunicação	1,04	0,12	4,74	11,50	636081,8	688,38
Saúde e cuidados pessoais	0,60	-0,09	3,53	4,33	615259,5	327,80
Despesas pessoais	0,41	-0,98	2,35	3,41	659831,6	378,35
Geral	-0,13	-0,25	2,66	5,71	469973,5	327,49

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI

[1] O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos
[2] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[3] Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras - Jul/2006

Capitais	Valor da cesta (R$)	Variação no mês[1] (%)	Variações acumuladas %		Porcentagem do salário mínimo
			No ano[2]	Últimos 12 meses[3]	
Aracaju	134,03	-0,16	-7,76	-4,21	41,47
Belém	152,64	-2,50	-2,63	2,13	47,22
Belo Horizonte	156,75	-2,01	-11,38	-4,92	48,50
Brasília	162,28	-0,76	-8,42	-1,73	50,21
Curitiba	157,86	-1,39	-10,77	-3,28	48,84
Florianópolis	160,31	0,81	-7,13	-2,14	49,60
Fortaleza	134,83	-1,71	1,35	-3,89	41,71
Goiânia	143,43	-3,93	-3,82	-6,06	44,37
João Pessoa	134,14	-6,84	-7,23	-6,79	41,50
Natal	137,24	-0,43	0,97	-2,15	42,46
Porto Alegre	171,02	1,60	-10,60	-2,13	52,91
Recife	135,89	-6,27	-3,15	-5,24	42,04
Rio de Janeiro	159,68	-3,27	-10,34	-5,29	49,40
Salvador	135,07	-4,13	-0,83	0,63	41,79
São Paulo	170,50	-1,05	-7,05	-4,33	52,75
Vitória	151,47	-0,56	-8,54	-5,63	46,86

Fonte: DIEESE

[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
[2] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[3] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia 2005/2006

Produtos do LSPA[1]	Produção física (t)			Rendimento médio (Kg/ha)		
	2005[2]	2006[3]	Variação (%)	2005[2]	2006[3]	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi[4]	119.712	126.296	5,5	24.914	25.284	1,5
Algodão Herbáceo	819.977	794.957	-3,1	3.184	3.330	4,6
Alho	7.432	7.260	-2,3	6.939	7.523	8,4
Amendoim	7.042	7.933	12,7	1.150	1.103	-4,1
Arroz Total	92.683	19.531	-78,9	2.376	1.849	-22,2
Arroz Sequeiro	74.832	15.800	-78,9	2.156	1.637	-24,1
Arroz Irrigado	17.851	3.731	-79,1	4.161	4.100	-1,5
Batata-inglesa	177.150	178.500	0,8	31.578	36.061	14,2
Cana-de-açúcar	5.636.887	5.786.980	2,7	58.761	60.352	2,7
Cebola	121.631	147.870	21,6	20.428	25.058	22,7
Feijão Total	460.505	414.903	-9,9	670	665	-0,7
Feijão 1ª Safra	122.830	62.187	-49,4	482	340	-29,4
Sequeiro	61.912	35.625	-42,5	434	391	-9,9
Irrigado	5.520	5.340	-3,3	2.667	3.456	29,6
Caupi	55.398	21.222	-61,7	503	235	-53,2
Feijão 2ª Safra	337.675	352.716	4,5	781	799	2,3
Sequeiro	302.735	320.834	6,0	749	783	4,6
Irrigado	23.947	18.800	-21,5	2.241	2.293	2,3
Caupi	10.993	13.082	19,0	629	557	-11,4
Fumo	11.021	10.632	-3,5	923	909	-1,5
Mamona	135.394	75.749	-44,1	734	671	-8,6
Mandioca	4.512.817	4.414.164	-2,2	12.840	12.623	-1,7
Milho Total	1.614.899	1.192.913	-26,1	2.067	1.698	-17,9
Milho 1ª Safra	1.206.621	690.666	-42,8	3.020	2.167	-28,3
Sequeiro	1.155.660	640.186	-44,6	2.966	2.054	-30,7
Irrigado	50.961	50.480	-0,9	5.176	7.070	36,6
Milho 2ª Safra	408.278	502.247	23,0	1.070	1.309	22,4
Sequeiro	406.946	500.162	22,9	1.068	1.305	22,2
Irrigado	1.332	2.085	56,5	3.149	3.084	-2,1
Soja	2.401.200	1.991.400	-17,1	2.760	2.282	-17
Sorgo Granífero	104.196	72.487	-30,4	1.798	1.463	-18,6
Tomate	204.599	191.561	-6,4	38.927	40.050	2,9
Trigo	1.915	nd	nd	5.583	nd	nd
Lavouras Permanentes						
Banana[5]	865.221	1.059.877	22,5	13.880	14.282	2,9
Cacau	142.240	137.459	-3,4	255	266	4,1
Café	140.339	161.412	15,0	962	1.028	6,9
Castanha-de-cajú	5.964	5.666	-5,0	289	238	-17,6
Coco-da-baía[4]	723.600	709.331	-2,0	8.873	8.725	-1,7
Guaraná	1.293	1.410	9,0	209	227	8,8
Laranja[5]	800.852	780.115	-2,6	15.877	15.214	-4,2
Mamão[5]	679.083	705.837	3,9	50.429	54.576	8,2
Pimenta-do-reino	3.224	3.483	8,0	2.457	2.531	3,0
Sisal	195.680	206.907	5,7	887	879	-0,9
Uva	86.338	89.596	3,8	25.230	28.977	14,9

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

[1] A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996
[2] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 (dados sujeitos a retificação)
[3] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), julho/2006 (dados sujeitos a retificação)
[4] Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare
[5] Produção física em toneladas e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro (Desconsidera variação percentual)

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2005 / 2006

Produtos do LSPA[1]	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha)[4]	
	2005[2]	2006[3]	Variação (%)	2005[2]	2006[3]	Variação (%)	2005[2]	2006[3]
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.805	4.995	4,0	4.805	4.995	4,0	0	0
Algodão Herbáceo	257.567	239.355	-7,1	257.567	238.755	-7,3	0	600
Alho	1.071	965	-9,9	1.071	965	-9,9	0	0
Amendoim	6.122	7.192	17,5	6.122	7.192	17,5	0	0
Arroz Total	39.004	17.064	-56,3	39.004	10.564	-72,9	0	6.500
Arroz Sequeiro	34.714	16.154	-53,5	34.714	9.654	-72,2	0	6.500
Arroz Irrigado	4.290	910	-78,8	4.290	910	-78,8	0	0
Batata-inglesa	5.610	4.950	-11,8	5.610	4.950	-11,8	0	0
Cana-de-açúcar	96.319	96.117	-0,2	95.929	95.887	0,0	390	230
Cebola	5.954	5.901	-0,9	5.954	5.901	-0,9	0	0
Feijão Total	775.368	738.683	-4,7	687.440	623.975	-9,2	87.928	114.708
Feijão 1ª Safra	342.929	297.441	-13,3	255.001	182.733	-28,3	87.928	114.708
Sequeiro	230.147	189.604	-17,6	142.717	91.016	-36,2	87.430	98.588
Irrigado	2.070	1.545	-25,4	2.070	1.545	-25,4	0	0
Caupi	110.712	102.686	-7,2	110.214	90.172	-18,2	498	12.514
Feijão 2ª Safra	432.439	441.242	2,0	432.439	441.242	2,0	0	0
Sequeiro	404.273	409.548	1,3	404.273	409.548	1,3	0	0
Irrigado	10.687	8.200	-23,3	10.687	8.200	-23,3	0	0
Caupi	17.479	23.494	34,4	17.479	23.494	34,4	0	0
Fumo	11.939	11.690	-2,1	11.939	11.690	-2,1	0	0
Mamona	185.521	115.860	-37,5	184.346	112.951	-38,7	1.175	2.909
Mandioca	380.078	392.881	3,4	351.473	349.700	-0,5	28.605	43.181
Milho Total	808.761	778.739	-3,7	781.121	702.580	-10,1	27.640	76.159
Milho 1ª Safra	427.140	394.936	-7,5	399.500	318.777	-20,2	27.640	76.159
Sequeiro	417.295	387.796	-7,1	389.655	311.637	-20,0	27.640	76.159
Irrigado	9.845	7.140	-27,5	9.845	7.140	-27,5	0	0
Milho 2ª Safra	381.621	383.803	0,6	381.621	383.803	0,6	0	0
Sequeiro	381.198	383.127	0,5	381.198	383.127	0,5	0	0
Irrigado	423	676	59,8	423	676	59,8	0	0
Soja	870.000	872.600	0,3	870.000	872.600	0,3	0	0
Sorgo Granífero	57.945	50.051	-13,6	57.945	49.530	-14,5	0	521
Tomate	5.256	4.783	-9,0	5.256	4.783	-9,0	0	0
Trigo	343	nd	nd	343	nd	nd	0	nd
Lavouras Permanentes								
Banana	62.424	78.584	25,9	62.336	74.210	19,0	88	4.374
Cacau	556.727	548.989	-1,4	556.727	517.603	-7,0	0	31.386
Café	145.957	158.213	8,4	145.957	156.986	7,6	0	1.227
Castanha-de-cajú	20.779	23.818	14,6	20.660	23.818	15,3	119	0
Coco-da-baía	81.604	82.117	0,6	81.547	81.302	-0,3	57	815
Guaraná	6.197	6.343	2,4	6.197	6.206	0,1	0	137
Laranja	50.593	51.359	1,5	50.441	51.275	1,7	152	84
Mamão	13.611	13.357	-1,9	13.466	12.933	-4,0	145	424
Pimenta-do-reino	1.312	1.401	6,8	1.312	1.376	4,9	0	25
Sisal	226.458	247.117	9,1	220.558	235.417	6,7	5.900	11.700
Uva	3.422	3.142	-8,2	3.422	3.092	-9,6	0	50

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 (dados sujeitos a retificação)

Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), julho/2006 (dados sujeitos a retificação)

Equivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Maio/2006 %

Classes e Gêneros	No Mês[1]	Mensal[2]	Acumulado no Ano [3]	Acumulado 12 meses [4]
Indústria Geral	**-0,6**	**6,6**	**6,3**	**5,3**
Extrativa mineral	0,0	1,5	1,8	-1,6
Indústria de transformação	-0,8	6,9	6,6	5,8
Alimentos e Bebidas	-13,6	-14,8	-4,8	1,6
Celulose, papel e produtos de papel	-1,2	41,3	36,6	34,5
Refino de petróleo e álcool	7,5	21,4	11,4	9,2
Produtos químicos	2,7	-6,5	-1,6	-3,2
Borracha e plástico	0,8	1,9	10,5	11,2
Minerais não metálicos	9,1	8,4	12,2	13,2
Metalurgia básica	-10,4	47,2	21,5	14,6
Veículos automotores	nd	-0,4	-9,6	6,5

Fonte: IBGE
Elaboração: CAC - SEI
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível.

[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[2] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[3] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[4] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Maio/2005 - Maio/2006 %

Períodos	No Mês [1]	Mensal [2]	Acumulado no Ano [3]	Acumulado 12 meses [4]
Maio 2005	**-3,0**	**0,3**	**3,5**	**8,6**
Junho	6,2	-1,8	2,5	6,6
Julho	-1,3	9,2	3,5	6,9
Agosto	3,2	11,4	4,5	7,3
Setembro	-4,4	4,7	4,5	7,3
Outubro	-2,0	1,9	4,3	6,8
Novembro	1,6	1,1	4,0	4,6
Dezembro	6,9	10,6	4,5	4,5
Janeiro	-3,3	6,6	6,6	4,5
Fevereiro	-0,5	7,6	7,1	4,7
Março	-0,4	6,6	6,9	5,3
Abril	1,4	5,3	6,5	5,2
Maio 2006	**-0,8**	**7,2**	**6,7**	**5,8**

Fonte: IBGE
Elaboração: CAC - SEI

[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[2] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[3] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[4] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Maio/2006 %

Classes	No mês[3]	Mensal[4]	Acumulado no ano[5]	Acumulado 12 meses[6]
Rural/Irrigação	39,6	-6,3	7,3	-1,3
Residencial	-3,7	2,3	3,1	5,2
Industrial[1]	6,3	4,5	0,2	-1,9
Comercial	-6,9	-4,0	0,6	3,7
Utilidades Públicas[2]	-4,5	3,1	3,6	4,7
Setor Público	-7,7	-1,6	5,3	7,5
Concessionária	-10,6	-4,2	1,8	4,6
Total	**-0,7**	**0,6**	**2,5**	**2,9**

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: CAC - SEI

[1] Consumo industrial corresponde à COELBA
[2] Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica
[3] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[4] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[5] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[6] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Pesquisa Mensal de Comércio - PMC
Variação mensal no volume de vendas no varejo[1] - Bahia: Maio/2006 %

Classes e Gêneros	No mês[2]	Mensal[3]	Acumulado no ano[4]	Acumulado 12 meses[5]
Comércio Varejista	-0,4	9,7	9,8	8,1
Combustíveis e Lubrificantes	-0,4	-2,4	-2,8	-9,5
Hipermercados, Supermercados, produtos alimentícios, Bebidas e Fumo	-6,9	11,7	12,4	8,1
Hipermercados e Supermercados	-5,9	21,0	19,4	10,5
Tecidos, Vestuário e Calçados	0,2	-0,4	3,1	12,2
Móveis e Eletrodomésticos	7,8	29,4	25,5	32,7
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	nd	2,4	3,8	9,8
Livros, jornais, revistas e papelaria	nd	-48,1	-26,8	-8,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	nd	33,5	58,5	73,2
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	nd	12,3	12,2	13,5
Veículos, Motos e Peças	21,1	29,7	20,0	12,9
Material de construção	nd	6,3	3,4	nd

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

[1] Dados deflacionados pelo IPCA
[2] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[3] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[4] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[5] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito
Salvador: Set/2002 - Set/2003

%

Períodos	Consultas			Inadimplências[1]		
	No mês[2]	Mensal[3]	Acumulado no Ano[4]	No mês[2]	Mensal[3]	Acumulado no Ano[4]
Setembro 2002	**-25,5**	**-45**	**4,2**	**48,5**	**-94,8**	**-51,4**
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	**-10,5**	**-46,3**	**-46,3**	**-25,2**	**-89,0**	**-89,0**
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

[1] Novos Registros
[2] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
[3] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[4] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Total de cheques compensados - Bahia: Jun/2005 - Jun/2006

%

Períodos	Quantidade			Valor		
	No mês[1]	Mensal[2]	Acumulado no Ano[3]	No mês[1]	Mensal[2]	Acumulado no Ano[3]
Junho 2006	**-7,4**	**-7,9**	**-6,6**	**-5,6**	**-6,2**	**3,7**
Julho	-2,7	-11,9	-7,3	-2,9	-11,4	2,9
Agosto	14,0	-2,7	-6,7	13,0	-3,5	2,5
Setembro	-8,5	-0,1	-6,1	-7,6	-5,8	2,1
Outubro	0,8	-1,3	-5,6	1,1	-8,6	1,6
Novembro	-1,5	-10,1	-6,0	0,6	0,0	1,5
Dezembro	1,5	-9,0	-6,3	5,0	-11,3	0,9
Janeiro	6,3	-0,8	-0,8	3,3	-2,1	-4,9
Fevereiro	-26,7	-19,5	-9,7	-23,3	-13,8	-7,5
Março	37,4	-0,2	-6,4	31,2	4,7	-3,5
Abril	-23,2	-12,4	-7,8	-21,1	-6,2	-4,1
Maio	18,0	-8,2	-7,9	18,7	-0,5	-3,3
Junho 2006	**-9,5**	**-10,2**	**-8,2**	**-8,9**	**-4,0**	**-3,4**

Fonte: Banco Central do Brasil

[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
[2] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano interior
[3] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano interior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Taxas de desemprego e de participação
Região Metropolitana de Salvador - Jul/2006 %

Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios
Desemprego Total	23,9	22,9	27,9
Desemprego Aberto	15,9	15,0	19,6
Desemprego Oculto	8,0	7,9	8,3
Participação (PEA/PIA)	60,2	61,2	56,5

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Jun/2006 %

Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 2005	**14,0**	**13,9**	**61,0**	**61,8**
Fevereiro	13,4	12,8	60,5	60,9
Março	14,0	13,0	60,4	60,6
Abril	14,9	13,7	60,3	60,7
Maio	15,5	14,4	60,7	61,2
Junho	15,1	13,9	60,7	61,5
Julho	14,5	13,3	61,1	61,7
Agosto	14,3	13,0	61,1	61,5
Setembro	14,1	13,2	61,5	61,7
Outubro	14,1	13,1	61,4	61,7
Novembro	13,9	13,0	61,7	62,0
Dezembro	13,6	12,9	61,8	62,3
Janeiro 2006	**13,9**	**13,4**	**61,8**	**62,3**
Fevereiro	14,1	13,8	61,8	62,3
Março	14,9	14,4	61,1	61,7
Abril	15,3	14,6	60,7	61,5
Maio	15,7	14,9	60,1	61,1
Junho	15,8	15,1	60,0	61,1

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais e de participação e taxa de desemprego total Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Jun/2006

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Num. absolutos[1]	Índice[2]	Num. absolutos[1]	Índice[2]	Num. absolutos[1]	Índice[2]	Num. absolutos[1]	Índice[2]	Participação (PEA/PIA)	Desemp. total (PEA/PIA)	
Janeiro 2005	**1.693**	**129,0**	**1.273**	**121,7**	**420**	**157,7**	**1.083**	**118,3**	**61,0**	**24,8**	**3.287**
Fevereiro	1.683	128,3	1.269	121,3	414	155,5	1.099	120,1	60,5	24,6	3.293
Março	1.684	128,4	1.256	120,1	428	160,7	1.104	120,6	60,4	25,4	3.298
Abril	1.685	128,4	1.252	119,7	433	162,6	1.109	121,2	60,3	25,7	3.304
Maio	1.700	129,6	1.261	120,6	439	164,9	1.101	120,3	60,7	25,8	3.310
Junho	1.704	129,9	1.270	121,4	434	163,0	1.103	120,5	60,7	25,5	3.316
Julho	1.719	131,0	1.291	123,4	428	160,7	1.094	119,5	61,1	24,9	3.321
Agosto	1.723	131,3	1.299	124,2	424	159,2	1.096	119,8	61,1	24,6	3.327
Setembro	1.738	132,5	1.328	127,0	410	154,0	1.088	118,8	61,5	23,6	3.333
Outubro	1.739	132,5	1.334	127,5	405	152,1	1.093	119,4	61,4	23,3	3.339
Novembro	1.751	133,5	1.352	129,3	399	149,9	1.088	118,8	61,7	22,8	3.345
Dezembro	1.758	134,0	1.350	129,1	408	153,2	1.086	118,7	61,8	23,2	3.350
Janeiro 2006	**1.762**	**134,3**	**1.344**	**128,5**	**418**	**157,0**	**1.089**	**119,0**	**61,8**	**23,7**	**3.356**
Fevereiro	1.766	134,6	1.346	128,7	420	157,7	1.091	119,2	61,8	23,8	3.362
Março	1.750	133,4	1.318	126,0	432	162,2	1.114	121,7	61,1	24,7	3.368
Abril	1.742	132,8	1.317	125,9	425	159,6	1.128	123,3	60,7	24,4	3.374
Maio	1.729	131,8	1.307	125,0	422	158,5	1.148	125,4	60,1	24,4	3.380
Junho	1.730	131,9	1.320	126,2	410	154,0	1.153	126,0	60,0	23,7	3.386
Variação mensal											
Jun-06/Maio-06		**0,1**		**1,0**		**-2,8**		**0,5**	**-0,2**	**-2,9**	
Variação no ano											
Jun-06/Dez-05		**-1,6**		**-2,2**		**0,5**		**6,2**	**-2,9**	**2,2**	
Variação anual											
Jun-06/Jun-05		**1,5**		**3,9**		**-5,5**		**4,5**	**-1,2**	**-7,1**	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

[1] Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000
[2] Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Jun/2006

%

Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção[1]	Serviços pessoais[2]	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2005	**8,6**	**4,9**	**16,3**	**32,3**	**26,4**	**10,0**	**1,5**
Fevereiro	8,7	5,5	16,3	32,9	25,2	9,8	1,6
Março	8,8	5,4	15,9	33,7	25,6	9,1	1,5
Abril	8,9	5,7	16,4	32,5	26,3	8,9	1,3
Maio	9,1	5,1	16,0	31,5	27,7	9,2	1,4
Junho	9,2	4,8	16,2	31,2	27,5	9,6	1,5
Julho	9,3	4,1	16,2	31,8	27,4	9,7	1,5
Agosto	9,2	4,3	16,1	32,8	26,4	9,6	1,6
Setembro	9,3	4,3	16,0	33,2	26,2	9,4	1,6
Outubro	9,1	4,3	15,7	33,3	26,5	9,4	1,7
Novembro	9,6	4,2	16,1	32,1	27,1	9,3	1,6
Dezembro	9,7	4,6	16,2	31,5	26,8	9,4	1,8
Janeiro 2006	**9,4**	**5,0**	**16,3**	**31,4**	**26,8**	**9,3**	**1,8**
Fevereiro	8,9	5,4	16,6	31,6	26,3	9,6	1,6
Março	8,7	5,3	16,6	31,7	26,7	9,4	1,6
Abril	9,2	5,6	16,8	31,3	25,7	9,7	1,7
Maio	9,2	5,6	16,7	31,4	25,9	9,5	1,7
Junho	9,2	5,5	16,7	31,7	26,0	9,6	1,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

[1] Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

[2] Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Jun/2006 %

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros[1]
	Total	Ass. priv. c/ carteira	Ass. priv. S/ carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/ público	Aut. trab. P/ empresa			
Janeiro 2005	**60,3**	**35,7**	**11,5**	**13,1**	**23,4**	**19,2**	**4,2**	**4,2**	**10,0**	**2,1**
Fevereiro	60,5	36,0	11,2	13,3	23,3	19,3	4,0	4,4	9,8	2,0
Março	61,7	37,2	11,0	13,5	22,8	19,0	3,8	4,5	9,1	1,9
Abril	61,6	37,3	11,2	13,1	22,8	18,9	3,9	4,6	8,9	2,1
Maio	60,8	36,2	11,6	13,0	23,5	19,8	3,7	4,3	9,2	2,2
Junho	60,8	35,8	12,1	12,9	23,7	19,6	4,1	3,7	9,6	2,2
Julho	61,8	36,0	12,2	13,6	22,6	18,9	3,7	3,8	9,7	2,1
Agosto	62,1	36,5	12,0	13,6	22,3	18,4	3,9	3,9	9,6	2,1
Setembro 2005	62,2	36,7	11,4	14,1	22,0	18,4	3,6	4,2	9,4	2,2
Outubro	62,1	36,6	11,3	14,1	22,3	18,7	3,5	3,8	9,4	2,4
Novembro	62,6	37,2	11,2	14,1	22,0	18,4	3,5	3,6	9,4	2,4
Dezembro	62,4	37,7	11,6	13,2	22,6	19,0	3,7	3,2	9,5	2,3
Janeiro 2006	**61,8**	**37,5**	**11,8**	**12,4**	**23,2**	**19,4**	**3,9**	**3,6**	**9,2**	**2,1**
Fevereiro	62,2	38,2	11,8	12,1	22,5	19,0	3,5	3,5	9,6	2,2
Março	62,4	37,8	11,6	12,9	21,7	18,5	3,1	4,1	9,4	2,5
Abril	62,5	37,3	11,7	13,5	21,4	18,5	2,9	3,7	9,7	2,7
Maio	61,8	36,6	11,7	13,4	21,8	18,8	3,0	4,0	9,5	2,8
Junho	62,4	36,4	11,8	14,0	21,7	18,8	2,9	3,6	9,6	2,7

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

[1] Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal[1]
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Maio/2006 **R$**

Períodos	Rendimento médio real					
	Ocupados[1]			Assalariados[2]		
	Valor absoluto[3]		Índice[4]	Valor absoluto[3]		Índice[4]
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2005	**743**	**400**	**79,7**	**856**	**494**	**80,0**
Fevereiro	771	422	82,6	876	513	81,9
Março	799	421	85,7	907	515	84,8
Abril	770	408	82,5	878	485	82,1
Maio	757	397	81,2	863	476	80,7
Junho	739	405	79,3	850	480	79,5
Julho	748	422	80,2	866	507	81,0
Agosto	756	422	81,1	876	528	81,9
Setembro	755	422	81,0	875	523	81,8
Outubro	753	419	80,8	860	518	80,4
Novembro	743	414	79,7	857	516	80,1
Dezembro	741	415	79,4	840	513	78,5
Janeiro 2006	**756**	**413**	**81,0**	**858**	**513**	**80,2**
Fevereiro	763	411	81,8	862	509	80,6
Março	752	407	80,7	869	507	81,3
Abril	750	406	80,4	866	505	80,9
Maio	738	404	79,2	850	502	79,5
Variação mensal						
Maio-06/Abr-06	**-1,5**	**-0,6**	**-1,5**	**-1,8**	**-0,6**	**-1,8**
Variação no ano						
Maio-06/Dez-05	**-0,3**	**-2,6**	**-0,3**	**1,3**	**-2,2**	**1,3**
Variação anual						
Maio-06/Maio-05	**-2,5**	**1,8**	**-2,5**	**-1,5**	**5,4**	**-1,5**

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.
[2] Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.
[3] Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Maio - 2006.
[4] Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 =100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução[1]
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Maio/2006

R$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau completo
Janeiro 2005	**256**	**366**	**443**	**798**	**2.299**
Fevereiro	273	373	469	812	2.277
Março	290	372	472	819	2.345
Abril	291	364	474	783	2.304
Maio	285	371	468	771	2.336
Junho	266	379	451	759	2.319
Julho	276	384	454	783	2.298
Agosto	296	391	453	796	2.260
Setembro	291	379	450	797	2.199
Outubro	266	369	452	802	2.214
Novembro	251	352	456	785	2.195
Dezembro	277	364	486	786	2.212
Janeiro 2006	**291**	**377**	**508**	**780**	**2.213**
Fevereiro	278	379	502	795	2.222
Março	257	373	484	782	2.237
Abril	243	376	463	766	2.255
Maio	241	393	446	739	2.163

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Junho de 2006

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador[1]

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Maio/2006 R$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-Assinada
Janeiro 2005	**726**	**983**	**546**	**732**	**817**	**421**
Fevereiro	738	982	549	744	825	428
Março	768	1.118	582	741	857	453
Abril	741	1.061	562	708	829	451
Maio	730	1.026	568	703	819	452
Junho	700	906	566	692	785	432
Julho	704	924	597	687	789	431
Agosto	711	974	577	689	790	437
Setembro	718	1.061	572	682	799	444
Outubro	715	1.049	549	681	797	434
Novembro	718	1.048	588	677	802	432
Dezembro	706	1.006	589	675	793	417
Janeiro 2006	**722**	**1.007**	**595**	**710**	**805**	**436**
Fevereiro	727	1.056	573	699	815	424
Março	724	1.053	530	699	811	427
Abril	707	1.028	533	670	790	430
Maio	690	926	526	685	764	437

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Junho de 2006

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal[1]

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Maio/2006

R$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados[2]					Assalariados[3]				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2005	**130**	**281**	**400**	**770**	**1.635**	**281**	**327**	**494**	**917**	**1.756**
Fevereiro	141	281	422	862	1.636	281	327	513	971	1.834
Março	161	280	421	860	1.731	279	324	515	970	1.948
Abril	139	279	408	816	1.618	278	322	485	962	1.887
Maio	128	277	397	764	1.611	277	321	476	859	1.906
Junho	128	278	405	749	1.604	278	317	480	855	1.795
Julho	127	316	422	803	1.588	316	317	507	939	1.889
Agosto	127	317	422	845	1.637	317	338	528	950	1.846
Setembro	126	315	422	839	1.678	315	348	523	951	1.888
Outubro	156	311	419	820	1.583	311	337	518	943	1.794
Novembro	155	310	414	777	1.572	310	331	516	929	1.819
Dezembro	154	308	415	816	1.556	308	330	513	914	1.659
Janeiro 2006	**154**	**306**	**413**	**816**	**1.631**	**306**	**341**	**513**	**924**	**1.819**
Fevereiro	152	305	411	813	1.631	305	347	509	917	1.829
Março	152	303	407	808	1.529	303	344	507	915	1.819
Abril	151	303	406	805	1.592	303	352	505	909	1.811
Maio	150	303	404	800	1.515	303	352	502	905	1.800

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

[1] Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Junho de 2006
[2] Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício
[3] Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego
Bahia: Jan/2005 - Jun/2006

Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total[1]	Ind. Trans.	Const. Civil	Comércio	Serviços
2005	**63.952**	**10.810**	**9.507**	**15.552**	**28.003**
Janeiro	4.882	1.133	1.455	1.269	1.299
Fevereiro	3.112	786	-640	717	1.111
Março	6.426	1.665	1.418	-154	2.847
Abril	9.387	1.334	1.061	1.001	4.806
Maio	9.511	810	1.093	1.557	1.488
Junho	9.807	1.576	787	2.348	2.720
Julho	7.377	540	2.454	735	3.458
Agosto	6.047	464	1.961	1.465	3.713
Setembro	5.975	2.354	1.616	1.604	2.322
Outubro	4.564	1.448	-577	1.785	3.166
Novembro	2.655	-374	211	2.360	2.539
Dezembro	-5.791	-926	-1.332	865	-1.466
2006	**22.846**	**4.647**	**1.973**	**4.540**	**4.595**
Janeiro	6.994	569	1.592	1.074	2.890
Fevereiro	2.449	-320	173	607	1.853
Março	101	782	69	-841	-1.346
Abril	2.869	1.384	-727	771	901
Maio	6.038	1.240	519	1.872	816
Junho	4.395	992	347	1.057	-519
Jul/05 - Jun/06	**43.673**	**8.153**	**6.306**	**13.354**	**18.327**

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4 923/65 - Perfil do Estabelecimento

[1] Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Jun/2006

Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total[1]	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2005	**36.057**	**3.555**	**6.414**	**5.322**	**21.610**
Janeiro	-175	389	760	450	783
Fevereiro	974	-174	-343	358	1.199
Março	3.358	547	785	-199	1.959
Abril	4.514	647	516	256	2.882
Maio	1.713	-39	562	293	479
Junho	3.253	425	543	611	1.615
Julho	5.217	563	1.883	-69	2.702
Agosto	5.547	252	1.429	419	3.203
Setembro	5.145	725	1.119	876	2.325
Outubro	4.419	481	-66	859	2.832
Novembro	2.932	-2	-350	1.147	2.098
Dezembro	-840	-259	-424	321	-467
2006	**5.400**	**1.135**	**1.772**	**1.173**	**1.319**
Janeiro	3.315	610	1.356	327	986
Fevereiro	1.371	226	97	302	790
Março	-1.386	-48	17	-535	-859
Abril	375	6	-806	386	761
Maio	1.022	-103	588	413	177
Junho	703	444	520	280	-536
Jul/05 - Jun/06	**27.820**	**2.895**	**5.363**	**4.726**	**14.012**

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

[1] Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Maio/2006 **R$ 1.000**

Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Abr-Maio/ 2006 (c)	% (c/a)	Até o bim. (d)	% (d/b)	
Receitas Correntes	**-**	**-**	**94.778.726**	**-**	**234.346.011**	**-**	**(234.346.011)**
Receita Tributária	-	-	28.356.503	-	69.146.979	-	(69.146.979)
Receita de Contribuições	-	-	50.598.228	-	124.087.144	-	(124.087.144)
Receita Patrimonial	-	-	9.166.466	-	18.234.849	-	(18.234.849)
Receita Agropecuária	-	-	3.257	-	13.373	-	(13.373)
Receita Industrial	-	-	42.969	-	139.104	-	(139.104)
Receita de Serviços	-	-	3.820.925	-	10.772.855	-	(10.772.855)
Transferências Correntes	-	-	23.560	-	87.488	-	(87.488)
Outras Receitas Correntes	-	-	2.766.817	-	11.864.219	-	(11.864.219)
Receitas de Capital	**-**	**-**	**23.656.148**	**-**	**76.987.632**	**-**	**(76.987.632)**
Operações de Crédito	-	-	11.677.644	-	52.019.117	-	(52.019.117)
Alienação de Bens	-	-	2.867.139	-	3.579.527	-	(3.579.527)
Amortizações de Empréstimos	-	-	3.846.454	-	8.431.416	-	(8.431.416)
Transferências de Capital	-	-	5.020	-	14.996	-	(14.996)
Outras Receitas de Capital	-	-	5.259.890	-	12.942.576	-	(12.942.576)
Subtotal das Receitas (I)	**-**	**-**	**118.434.873**	**-**	**311.333.643**	**-**	**(311.333.643)**
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	**-**	**-**	**45.245.475**	**-**	**109.614.000**	**-**	**(109.614.000)**
Operações de Crédito Internas	-	-	45.245.475	-	105.287.041	-	(105.287.041)
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	4.326.959	-	(4.326.959)
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	**-**	**-**	**163.680.348**	**-**	**420.947.643**	**-**	**(420.947.643)**
Déficit (IV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**27.748.510**	**-**	**-**
Total (V)=(III+IV)	**-**	**-**	**163.680.348**	**-**	**448.696.153**	**-**	**(420.947.643)**
Saldo de Exercícios Anteriores	**-**	**-**	**-**	**-**		**-**	**-**

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Despesas da União
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Maio/2006

R$ 1.000

Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)=a+b)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% (g/c)	Saldo a liquidar (c-g)
				Abr-Maio/2006 (d)	Até o Bimestre (e)	Abr-Maio/2006 (f)	Até o Bimestre (g)		
Despesas Correntes	**664.865.476**	**(14.249.914)**	**650.615.562**	**43.043.926**	**457.408.758**	**102.875.792**	**225.490.538**	**34,7**	**425.125.024**
Pessoal e Encargos Sociais	114.316.699	(11.477.575)	102.839.124	7.667.465	79.121.849	15.007.827	39.808.483	38,7	63.030.641
Juros e Encargos da Dívida	179.525.234	-	179.525.234	(1.653.307)	176.959.224	32.851.424	58.869.898	32,8	120.655.336
Outras Despesas Correntes	371.023.543	(2.772.339)	368.251.204	37.029.768	201.327.685	55.016.541	126.812.157	34,4	241.439.047
Transf. a Estados, DF e Munícipios	124.986.449	(2.774.367)	122.212.082	2.744.813	99.430.997	19.685.307	43.446.243	35,5	78.765.839
Benefícios Previdenciários	154.987.072	-	154.987.072	24.411.306	59.122.510	24.418.051	59.118.605	38,1	95.868.467
Demais Despesas Correntes	91.050.022	2.028	91.052.050	9.873.649	42.774.178	10.913.183	24.247.309	26,6	66.804.741
Despesas de Capital	**144.958.880**	**2.156.330**	**147.115.210**	**4.566.304**	**102.221.333**	**33.052.425**	**48.067.473**	**32,7**	**99.047.737**
Investimentos	21.688.498	2.034.386	23.722.884	1.745.858	2.039.683	133.085	134.014	0,6	23.588.870
Inversões Financeiras	30.777.333	121.944	30.899.277	2.351.038	14.191.671	2.644.292	4.808.722	15,6	26.090.555
Amortização da Dívida	92.493.049	-	92.493.049	469.408	85.989.979	30.275.048	43.124.737	46,6	49.368.312
Reserva de Contingência	**22.846.522**	**-**	**22.846.522**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**22.846.522**
Subtotal das Despesas (I)	**832.670.878**	**(12.093.584)**	**820.577.294**	**47.610.230**	**559.630.091**	**135.928.217**	**273.558.011**	**33,3**	**547.019.283**
Amortização da Dívida Refinanciamento (II)	**834.588.711**	**0**	**834.588.711**	**(64.130.868)**	**770.457.843**	**94.516.953**	**175.138.142**	**21,0**	**659.450.569**
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	826.884.493	0	826.884.493	(64.130.868)	762.753.625	92.691.278	171.224.738	20,7	655.659.755
Refinanciamento de Outras Dívidas	7.704.218	0	7.704.218	0	7.704.218	1.825.675	3.913.404	50,8	3.790.814
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	**1.667.259.589**	**(12.093.584)**	**1.655.166.005**	**(16.520.638)**	**1.330.087.934**	**230.445.170**	**448.696.153**	**27,1**	**1.206.469.852**
Superávit (IV)	-	-	-	-	-			**-**	-
Total (III+IV)	**1.667.259.589**	**(12.093.584)**	**1.655.166.005**	**(16.520.638)**	**1.330.087.934**	**230.445.170**	**448.696.153**	**-**	**1.206.469.852**

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Estado

Balanço Orçamentário - Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Abr/2006

R$ 1.000

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Mar/Abr	%	No exercício	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes	**15.484.891**	**15.529.377**	**2.310.045**	**14,88**	**4.756.512**	**30,63**	**10.772.865**
Receita Tributária	8.800.006	8.800.006	1.287.116	14,63	2.637.413	29,97	6.162.593
Impostos	8.550.199	8.550.199	1.249.827	14,62	2.561.237	29,96	5.988.962
Taxas	249.807	249.807	37.289	14,93	76.175	30,49	173.631
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	1.603.995	1.603.995	274.542	17,12	534.104	33,30	1.069.891
Contribuições Sociais	1.603.995	1.603.995	274.542	17,12	534.104	33,30	1.069.891
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	129.018	129.020	29.084	22,54	57.245	44,37	71.776
Receitas Imobiliárias	7.986	7.986	1.030	12,90	2.407	30,14	5.579
Receitas de Valores Mobiliários	115.389	115.391	27.464	23,80	53.569	46,42	61.822
Receitas de Concessões e Permissões	5.550	5.550	448	8,06	985	17,76	4.565
Outras Receitas Patrimoniais	93	93	142	153,15	283	305,64	(191)
Receita Agropecuária	1.635	1.635	3	0,18	3	0,16	1.632
Receita da Produção Vegetal	150	150	-	-	-	-	150
Receita da Produção Animal e Derivados	1.205	1.205	3	0,25	3	0,25	1.202
Outras Receitas Agropecuárias	280	280	-	-	-	-	280
Receita Industrial	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Transformação	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	79.558	89.104	7.438	8,35	18.585	20,86	70.519
Receita de Serviços	79.558	89.104	7.438	8,35	18.585	20,86	70.519
Transferências Correntes	5.497.055	5.507.897	780.296	14,17	1.655.694	30,06	3.852.204
Transferências Intergovernamentais	5.331.744	5.331.744	772.320	14,49	1.628.743	30,55	3.703.001
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	1.183	1.183	29	2,45	57	4,90	1.125
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	164.128	174.971	7.947	4,54	26.893	15,37	148.078
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	790.585	814.680	136.987	16,81	275.284	33,79	539.396
Multas e Juros de Mora	128.797	128.797	13.281	10,31	31.618	24,55	97.179
Indenizações e Restituições	28.752	28.752	817	2,84	4.689	16,31	24.063
Receita da Dívida Ativa	7.339	7.339	1.049	14,30	2.064	28,13	5.275
Receitas Diversas	625.697	649.792	121.840	18,75	236.914	36,46	412.879
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.417.061)	(1.417.061)	(205.420)	14,50	(421.815)	29,77	(995.246)
Receitas de Capital	**941.058**	**942.718**	**75.136**	**7,97**	**121.669**	**12,91**	**821.049**
Operações de Crédito	698.573	698.573	61.560	8,81	102.828	14,72	595.745
Operações de Crédito Internas	383.402	383.402	8.380	2,19	32.582	8,50	350.820
Operações de Crédito Externas	315.171	315.171	53.180	16,87	70.247	22,29	244.924
Alienação de Bens	37.727	38.887	2.085	5,36	4.046	10,40	34.841
Alienação de Bens Móveis	33.170	33.170	1.398	4,21	2.249	6,78	30.921
Alienação de Bens Imóveis	4.557	5.717	687	12,01	1.797	31,43	3.920
Amortização de Empréstimos	5.132	5.132	395	7,70	789	15,38	4.343
Amortização de Empréstimos Imobiliários	5.132	5.132	395	7,69	789	15,38	4.342
Transferências de Capital	196.387	196.887	11.097	5,64	14.006	7,11	182.881
Transferências Intergovernamentais	12.716	12.716	-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	71	71	-	-	-	-	71
Transferências do Exterior	300	300	-	-	-	-	300
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	183.300	183.800	11.097	6,04	14.006	7,62	169.794
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Div. Atv. Prov. Da Amortiz. De Emp. E Financ.	-	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	3.240	3.240	-	-	-	-	3.240
Subtotal das Receitas (I)	**16.425.949**	**16.472.095**	**2.385.182**	**14,48**	**4.878.181**	**29,61**	**11.593.914**

continua...

Balanço Orçamentário - Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Abr/2006

R$ 1.000

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Mar/Abr	%	No exercício	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Subtotal das Receitas (I)	**16.425.949**	**16.472.095**	**2.385.182**	**14,48**	**4.878.181**	**29,61**	**11.593.914**
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III=(I+II)	**16.425.949**	**16.472.095**	**2.385.182**	**14,48**	**4.878.181**	**29,61**	**11.593.914**
Déficit (IV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total (V)= (III+IV)	**16.425.949**	**16.472.095**	**2.385.182**	**14,48**	**4.878.181**	**29,61**	**11.593.914**
Saldos de Exercícios Anteriores	**-**	**-**	**-**	**-**	**24.095**	**-**	**-**

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balanço Orçamentário - Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan - Abr/2006

R$ 1.000

Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Mar-Abr	No Exercício	Bim. Mar-Abr	No Exercício	
Despesas Correntes	**13.650.484**	**41.942**	**13.692.426**	**2.038.765**	**3.994.813**	**2.026.697**	**3.867.189**	**9.825.238**
Pessoal e Encargos Sociais	6.991.340	12.170	7.003.510	1.048.455	2.182.565	1.057.734	2.173.065	4.830.445
Juros e Encargos da Dívida	805.880	1.000	806.880	90.272	171.503	90.272	171.503	635.377
Outras Despesas Correntes	5.853.264	28.772	5.882.036	900.038	1.640.744	878.690	1.522.621	4.359.416
Despesas de Capital	**2.743.965**	**5.003**	**2.748.968**	**387.858**	**631.732**	**357.593**	**584.297**	**2.164.671**
Investimentos	1.611.710	27.809	1.639.520	193.316	238.778	163.049	191.343	1.448.177
Inversões Financeiras	135.869	(6)	135.863	11.718	25.368	11.720	25.368	110.495
Amortização da Dívida	996.385	(22.800)	973.585	182.824	367.586	182.824	367.586	605.999
Reserva de Contingência	**31.500**	**(800)**	**30.700**	**-**	**-**	**-**	**-**	**30.700**
Subtotal das Despesas (VIII)	**16.425.949**	**46.145**	**16.472.095**	**2.426.623**	**4.626.545**	**2.384.290**	**4.451.486**	**12.020.609**
Amortização da Dívida-Refinanciamento (IX)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida Interna	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)= (VIII+IX)	**16.425.949**	**46.145**	**16.472.095**	**2.426.623**	**4.626.545**	**2.384.290**	**4.451.486**	**12.020.609**
Superávit (XI)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**426.695**	**-**
Total (XII)=X+XI	**16.425.949**	**46.145**	**16.472.095**	**2.426.623**	**4.626.545**	**2.384.290**	**4.878.181**	**12.020.609**

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2005 - Maio/2006						R$ 1.000
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Janeiro	636.043	617.773	30.157	52.834	666.200	670.607
Fevereiro	525.513	601.436	63.017	78.254	588.530	679.690
Março	486.953	567.745	48.790	58.047	535.743	625.792
Abril	526.342	601.722	67.908	59.602	594.250	661.324
Maio	601.883	551.866	66.249	87.458	668.132	639.324
Junho	616.439		65.828		682.267	
Julho	514.707		85.607		600.314	
Agosto	490.534		82.891		573.425	
Setembro	625.826		77.998		703.824	
Outubro	634.026		52.120		686.146	
Novembro	618.966		49.475		668.441	
Dezembro	599.895		82.788		682.683	
Total	**6.877.127**		**772.828**		**7.649.955**	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais
Elaboração: SEI

Arrecadação mensal da Receita Tributária[1] - Bahia: Jan/2005 - Maio/2006						R$ 1.000
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Janeiro	645.617	617.085	30.611	52.775	676.228	669.860
Fevereiro	531.275	601.113	63.708	78.212	594.983	679.325
Março	487.482	570.005	48.843	58.278	536.325	628.284
Abril	524.264	603.979	67.640	59.826	591.904	663.805
Maio	601.034	551.866	66.156	87.458	667.190	639.324
Junho	618.349		66.032		684.381	
Julho	518.393		86.220		604.614	
Agosto	497.960		84.146		582.106	
Setembro	636.141		79.284		715.424	
Outubro	640.418		52.645		693.063	
Novembro	623.145		49.809		672.954	
Dezembro	603.551		83.292		686.843	
Total	**6.927.629**		**778.386**		**7.706.015**	

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP
Elaboração:SEI
[1] Valores atualizados a preços de Maio/2006 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para Bahia : Jan/2005 - Maio/2006

R$ 1.000

Períodos	Receitas											
	FPE		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO		Outras		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
Janeiro 2005	**213.700**	**213.700**	**10.766**	**10.766**	**21.084**	**21.084**	**17.367**	**17.367**	**9.217**	**9.217**	**272.134**	**272.134**
Fevereiro	187.072	400.772	9.167	19.933	-	21.084	15.236	32.603	9.217	18.433	220.692	492.826
Março	179.413	580.185	9.168	29.101	-	21.084	14.592	47.196	9.217	27.650	212.389	705.215
Abril	194.791	774.976	10.609	39.710	21.274	42.358	15.788	62.984	9.217	36.867	251.680	956.895
Maio	219.866	994.842	10.347	50.057	-	42.358	17.453	80.437	9.217	46.083	256.883	1.213.778
Junho	213.015	1.207.857	8.594	58.651	-	42.358	17.116	97.553	9.217	55.300	247.942	1.461.720
Julho	174.920	1.382.778	8.756	67.407	22.431	64.789	14.183	111.736	9.217	64.517	229.507	1.691.227
Agosto	179.965	1.562.743	10.832	78.239	-	64.789	14.653	126.389	9.217	73.733	214.666	1.905.894
Setembro	150.327	1.713.070	10.620	88.859	-	64.789	12.357	138.746	9.217	82.950	182.521	2.088.415
Outubro	174.078	1.887.148	11.491	100.350	22.385	87.175	14.224	152.970	9.217	92.167	231.395	2.319.810
Novembro	210.430	2.097.578	11.895	112.245	-	87.175	17.045	170.015	9.217	101.383	248.586	2.568.396
Dezembro	295.024	2.392.602	13.220	125.465	-	87.175	24.118	194.132	22.639	124.023	355.000	2.923.396
Janeiro 2006	**242.173**	**242.173**	**12.638**	**12.638**	**22.090**	**22.090**	**18.191**	**18.191**	**13.422**	**13.422**	**308.514**	**308.514**
Fevereiro	208.287	450.461	10.696	23.334	-	22.090	15.639	33.830	-	13.422	234.622	543.136
Março	196.780	647.240	9.885	33.219	-	22.090	14.821	48.650	-	13.422	221.486	764.622
Abril	221.540	868.780	11.436	44.655	22.782	44.872	16.693	65.343	-	13.422	272.451	1.037.073
Maio	243.136	1.111.917	10.099	54.754	-	44.872	18.419	83.763	3.850	17.273	275.505	1.312.578

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração:SEI

Nota: A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15% (quinze por cento) destinada ao FUNDEF.

Município

Balanço Orçamentário[1]
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Abr/2006

R$ 1.000

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Mar-Abr/ 2006 (b)	% b/a	Mar-Abr 2006 (c)	% c/a	
Receitas Correntes	**2.153.816**	**2.156.086**	**271.566**	**12,6**	**544.139**	**25,2**	**1.611.947**
Receita Tributária	572.188	572.188	94.534	16,5	227.357	39,7	344.831
Impostos	482.454	482.454	78.162	16,2	187.683	38,9	294.771
Taxas	89.734	89.734	15.971	17,8	38.837	43,3	50.897
Outras Receitas Tributárias	-	-	401	-	837	-	-
Receita de Contribuições	82.793	82.793	11.282	13,6	22.200	26,8	60.593
Contribuições Sociais	37.254	37.254	3.940	10,6	7.966	21,4	29.288
Contribuições Econômicas	45.539	45.539	7.342	16,1	14.234	31,3	31.305
Receita Patrimonial	49.043	49.043	6.174	12,6	11.903	24,3	37.140
Receitas Imobiliárias	1.382	1.382	152	11,0	286	20,7	1.096
Receitas de Valores Mobiliários	10.251	10.251	3.123	30,5	6.064	59,2	4.187
Receitas de Concessões e Permissões	24.977	24.977	2.842	11,4	5.488	22,0	19.489
Outras Receitas Patrimoniais	12.433	12.433	57	0,5	65	0,5	12.368
Receita Industrial	3.900	3.900	-	-	-	-	3.900
Receita da Indústria de Construção	3.900	3.900	-	-	-	-	3.900
Receita de Serviços	29.303	31.273	424	1,4	2.635	8,4	28.638
Receita de Serviços	29.303	31.273	424	1,4	2.635	8,4	28.638
Transferências Correntes	1.190.445	1.190.745	144.952	12,2	250.615	21,0	940.130
Transf. Intergovernamentais	1.144.185	1.144.185	141.742	12,4	243.730	21,3	900.455
Transf. de Instituições Privadas	8	8	166	2.075,0	166	2.075,0	(158)
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	46.252	46.552	3.044	6,5	6.719	14,4	39.833
Outras Receitas Correntes	226.144	226.144	14.200	6,3	29.429	13,0	196.715
Multas e Juros de Mora	76.359	76.359	5.745	7,5	10.992	14,4	65.367
Indenizações e Restituições	-	-	764	-	1.399	-	(1.399)
Receita da Dívida Ativa	137.484	137.484	6.163	4,5	12.741	9,3	124.743
Receitas Correntes Diversas	12.301	12.301	1.528	12,4	4.297	34,9	8.004
Receitas de Capital	**66.317**	**66.367**	**6.628**	**10,0**	**10.099**	**15,2**	**56.268**
Operações de Crédito	11.628	11.628	-	-	-	-	11.628
Operações de Crédito Internas	11.628	11.628	-	-	-	-	11.628
Alienação de Bens	151	151	-	-	3	-	148
Alienação de Bens Móveis	151	151	-	-	3	2,0	148
Transferências de Capital	54.438	54.488	6.628	12,2	10.096	18,5	44.392
Transf. Intergovernamentais	4.020	4.020	-	-	-	-	4.020
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-		-		-	-
Transferências de Convênios	50.418	50.468	6.628	13,1	10.096	20,0	40.372
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	100
Integralização do Capital Social	-	-		-		-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-		-		-	-
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-		100
Deduções da Receita Corrente	(77.883)	(77.883)	(7.962)	10,2	(19.342)	24,8	(58.541)
Subtotal das Receitas (I)	**2.142.250**	**2.144.570**	**270.232**	**12,6**	**534.896**	**24,9**	**1.609.674**
Déficit (II)	-	-	**39.798**	-	-	-	-
Total (III)= (I+II)	**2.142.250**	**2.144.570**	**310.030**	**14,5**	**534.896**	**24,9**	**1.609.674**

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

[1] Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF).

Balanço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Salvador: Jan - Abr/2006 **R$ 1.000**

Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Mar-Abr/ 2006 (d)	Jan-Abr/ 2006 (e)	Mar-Abr/ 2006 (f)	Jan-Abr/ 2006 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	**1.879.810**	**3.446**	**1.883.256**	**363.941**	**811.616**	**285.806**	**454.915**	**24,2**	**1.428.341**
Pessoal e Encargos Sociais	600.567	(2.332)	598.235	72.380	349.098	108.721	180.223	30,1	418.012
Juros e Encargos da Dívida Interna	80.095	-	80.095	10.050	31.993	11.791	21.627	27,0	58.468
Outras Despesas Correntes	1.199.148	5.778	1.204.926 -	281.511	430.525	165.294	253.065	21,0	951.861
Despesas de Capital	**259.921**	**(10)**	**259.911**	**31.030**	**64.175**	**24.224**	**40.905**	**15,7**	**219.006**
Investimentos	180.947	(10)	180.937	9.131	21.082	9.139	16.586	9,2	164.351
Inversões Financeiras	4.018	-	4.018	660	1.520	743	1.486	37,0	2.532
Amortização da Dívida	74.956	-	74.956	21.239	41.573	14.342	22.833	30,5	52.123
Reserva de Contingência	2.519	-	2.519	-	-	-	-	-	2.519
Subtotal das Despesas (I)	**2.142.250**	**3.436**	**2.145.686**	**394.971**	**875.791**	**310.030**	**495.820**	**23,1**	**1.649.866**
Superávit (II)	-	-	-	-	-	**-**	**-**	**-**	**-**
Total (III) = (I+II)	**2.142.250**	**3.436**	**2.145.686**	**394.971**	**875.791**	**310.030**	**495.820**	**23,1**	**1.649.866**
Superávit (IV)	-	-	-	-	-		**39.076**	**-**	**-**
Total (V) = (III+IV)	**2.142.250**	**3.436**	**2.145.686**	**394.971**	**875.791**	**310.030**	**534.896**	**24,9**	**1.649.866**

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG
Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros inéditos que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: cac@sei.ba.gov.br
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

C&P
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

SEI
SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA

GOVERNO
DA BAHIA
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO